Jornal **O DIA** SP

Fundado em 5 de abril de 1933

www.jornalodiasp.com.br | SEXTA-FEIRA, 5 DE ABRIL DE 2024 | Nª 25.624 | Preço banca: R$ 3,50

Fugitivos de penitenciária federal em Mossoró são recapturados no Pará

Os dois presos que escaparam da Penitenciária Federal em Mossoró (RN), em 14 de fevereiro, foram recapturados na quinta-feira (4), em Marabá (PA).

Segundo o Ministério da Justiça e Segurança Pública, Rogério da Silva Mendonça e Deibson Cabral Nascimento foram presos, após 50 dias em fuga, a cerca de 1,6 mil quilômetros de distância do presídio de segurança máxima.

"Na tarde da quinta-feira, em uma ação conjunta das polícias Federal e Rodoviária Federal, foram presos, em Marabá (PA), os foragidos do Sistema Penitenciário Federal", informou o ministério, em nota.

Mendonça e Nascimento escaparam da penitenciária na Quarta-feira de Cinzas. A fuga foi a primeira registrada no sistema penitenciário federal desde que este foi criado, em 2006, com o objetivo de isolar lideranças de organizações criminosas e presos de alta periculosidade.

A unidade potiguar estava passando por uma reforma interna. Investigações preliminares indicam que Mendonça e Nascimento usaram ferramentas que encontraram largadas dentro do presídio para abrir o buraco por onde fugiram de suas celas individuais. Quatro dias após a fuga inédita, o próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva cogitou que os dois detentos teriam recebido algum tipo de ajuda para deixar a unidade, considerada de segurança máxima. Página 6

Lula inaugura novo trecho da transposição do Rio São Francisco

Página 4

Capital inaugura centro de qualificação para pessoas em extrema vulnerabilidade social

Página 2

SP restituirá R$ 24,5 mi em IPVA a donos de veículos roubados ou furtados em 2023

Os proprietários paulistas que tiveram seus veículos furtados ou roubados em 2023 no estado de São Paulo podem ter direito à restituição de valores proporcionais do IPVA. No total, a Secretaria da Fazenda e Planejamento (Sefaz-SP) reembolsará mais de R$ 24,5 milhões, divididos em quatro lotes (abril e maio), por período de ocorrência, com início na próxima segunda-feira (8).

Com o fechamento do ano, a Sefaz-SP calculou que proprietários de 39.175 veículos fizeram Boletim de Ocorrência (BO) sobre a subtração de seus automóveis no território paulista e fazem jus a valores do reembolso, proporcionais ao pagamento do imposto de 2023, durante o período em que ficaram sem o bem.

Os valores ficarão à disposição do proprietário no Banco do Brasil durante dois anos e obedecerão ao calendário de restituição de acordo com a tabela abaixo.

Após o prazo de dois anos sem o resgate, a restituição deverá ser solicitada à Sefaz-SP, por meio do SIVEI. É importante frisar que o contribuinte que estiver inadimplente não poderá resgatar o valor enquanto houver a pendência, como, por exemplo, débitos de IPVA de outro veículo de sua propriedade.

Desde 2008, o Estado de São Paulo realiza a restituição aos cidadãos, conforme norma estabelecida na Lei do IPVA. A norma garante a dispensa proporcional do pagamento do tributo a partir do mês que aconteceu o fato, à razão de 1/12 por mês do valor do imposto devido ao Estado, desde que o proprietário tenha registrado Boletim de Ocorrência (BO).

O cálculo vai depender de cada caso – os três principais fatores levados em consideração são:

período do ano em que foi registrado o BO

formas de pagamento do tributo devido ao Estado (integral ou parcial)

se o bem foi recuperado ou não

Caso o proprietário do veículo tenha pago o tributo integralmente, em janeiro, e logo após tenha seu carro furtado, terá reembolsado o valor integral. Porém, se o automóvel for recuperado, o imposto deverá ser pago proporcionalmente aos meses que restarem até o final do respectivo ano, à razão de 1/12 por mês.

Para verificar se a sua restituição já está disponível, basta acessar a página do IPVA no Portal da Secretaria da Fazenda e Planejamento.

Balança comercial tem superávit de US$ 7,482 bi em março

Foto/Tânia Rêgo/ABr

Página 3

TV 3.0 viabilizará serviços por meio de canais abertos

Página 4

Endividamento aumenta entre as famílias em março

O endividamento das famílias brasileiras cresceu em março. No mês, 78,1% das famílias afirmaram ter dívidas a vencer, o que representa um aumento de 0,2 ponto percentual (p.p.) em relação a fevereiro. Em comparação com março de 2023, porém, o índice ficou 0,2 p.p. abaixo.

É o que aponta a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), realizada mensalmente pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

"O momento mais favorável dos juros, com menor custo, tem contribuído para uma maior demanda das famílias por crédito, sobretudo, parcelado", afirma o presidente da CNC, José Roberto Tadros. Página 3

Esporte

Troféu Adhemar reúne federados e universitários em Bragança Paulista

Com a participação de atletas federados e universitários, o Troféu Adhemar Ferreira da Silva Loterias Caixa de Atletismo marca o início de uma temporada que promete ser emocionante com a disputa de clubes pelos títulos nacionais e a corrida por pontos no Ranking e índices olímpicos. A TV Atletismo Brasil transmite ao vivo e a entrada no estádio do Centro Nacional Loterias Caixa de Desenvolvimento do Atletismo é franca, a partir de sexta-feira e até domingo (5 a 7/4). Página 10

Foto/Wagner Carmo

Troféu *Adhemar Ferreira da Silva*

Jovens kartistas disputam prêmio no BRB Fórmula 4 Brasil

Foto/Jackson de Souza

Destaques *da Copa São Paulo Light de Kart vão testar carro da Fórmula 4 Brasil*

Com o objetivo de dar oportunidades para jovens talentos vindos do kart, o BRB Fórmula 4 Brasil Certificado pela FIA fechou parceria com a Copa São Paulo Light RBC de Kart para uma ação especial. Quatro aspirantes a pilotos profissionais serão premiados com treinos e a oportunidade de vivenciar os bastidores da categoria que se consolidou como formadora de pilotos no país.

Serão contemplados dois pilotos da categoria Graduados A e B e dois da categoria Júnior. Os premiados vão ter a oportunidade de participar de treinos, acelerando com o carro da Fórmula 4 Brasil. Página 10

Léo Sanchez acelera no Velocitta em busca de repetir pódio da abertura

A Porsche Cup retoma a temporada 2024 neste final de semana com a disputa da segunda etapa do campeonato de corridas Sprint, marcada para o Velocitta, em Mogi Guaçu (SP). Piloto da EMS Racing, Léo Sanchez parte empolgado para a visita da categoria ao interior paulista após conquistar um pódio na rodada dupla de Goiânia, em março. Na ocasião, o piloto foi o segundo colocado da divisão Rookie da Carrera Cup, a principal categoria do campeonato.

O piloto do Porsche número 16 disputa nesta temporada todas as etapas da Porsche Cup, o que inclui os seis encontros da categoria para corridas curtas e também as três etapas de endurance da Porsche Cup. Página 10

Brasil cresce no Mundial de Rally Raid

Foto/ Benimoto

A *dupla Varela/Bianchini durante treino já em território português*

A terceira etapa do Mundial de Rally Raid iniciou suas atividades na quarta-feira (3) e será disputada até sete de abril. Os competidores passarão por Portugal e Espanha em um desafio de mais de mil quilômetros. Ao todo, uma comitiva de 11 pilotos representará o Brasil na prova, reafirmando o crescimento da modalidade no país. No último Dakar, principal prova do Campeonato, disputada em janeiro, a representação contava com 17 brasileiros.

Embora não tenha o carisma do Dakar, a etapa realizada em Portugal e na Espanha atrai nomes de destaque do cenário brasileiro. Um deles é o tricampeão mundial da modalidade na divisão UTV, Reinaldo Varela, que participa da prova com a equipe Benito Racing em parceria com o navegador Filipe Bianchini – também brasileiro. Página 10

Governo abre inscrições do vestibulinho das Etecs para o 2º semestre

O Governo de São Paulo abriu as inscrições do vestibulinho das Escolas Técnicas Estaduais (Etecs) para o segundo semestre de 2024, que vão até o dia 9 de maio, às 15h, exclusivamente pelo site www.vestibulinho etec.com.br. O valor da taxa para a participação no processo seletivo é de R$ 40. A prova será aplicada no dia 9 de junho, às 13h30.

O Centro Paula Souza, autarquia que administra as Etecs, oferece 41.790 vagas para cursos técnicos, especializações técnicas e vagas remanescentes de segundo módulo, distribuídas entre as unidades da Grande São Paulo, interior e litoral. O candidato pode optar pelo estudo na modalidade presencial, semipresencial ou online, de acordo com as opções disponíveis.

As vagas disponíveis são destinadas às Etecs e às classes descentralizadas – unidades que oferecem um ou mais cursos técnicos sob a administração de uma Etec – por meio de parcerias com as prefeituras e a Secretaria da Educação.

Como se inscrever

Para se inscrever no Vestibulinho das Etecs, é preciso acessar o site www.vestibulinho etec.com.br e preencher a ficha de inscrição disponível no menu "Área do candidato" até o prazo final, além de responder ao questionário socioeconômico.

O pagamento da taxa de inscrição pode ser feito até 9 de maio em qualquer agência bancária, aplicativo ou sites de bancos ou ainda por meio da ferramenta Getnet, disponível no site oficial do vestibulinho, com cartão de crédito. A inscrição no Vestibulinho só será efetivada após o pagamento da taxa.

As informações fornecidas no ato da inscrição são de responsabilidade do candidato ou de seu representante legal, quando menor de 16 anos. A lista de documentos e orientações de inscrição estão disponíveis na portaria do processo seletivo e no Manual do Candidato.

O candidato com deficiência que necessite de condições especiais para fazer a prova deve indicá-las na ficha de inscrição e encaminhar o laudo médico, emitido por especialista, descrevendo o tipo e o grau da necessidade, no link específico que se encontra na "Área do Candidato", impreterivelmente, até as 15h do dia 9 de maio.

A relação completa de unidades, cursos e vagas do processo seletivo para o segundo semestre de 2024 pode ser consultada no site do Vestibulinho das Etecs. Outras informações podem ser solicitadas pelos telefones (11) 3471-4071 (Capital e Grande São Paulo) e 0800-772 2829 (demais localidades).

Procon-SP notifica Enel por diversas infrações ao Código de Defesa do Consumidor

A concessionária de distribuição de energia elétrica Enel Distribuição São Paulo foi novamente multada pelo Procon-SP, por diversas infrações ao Código de Defesa do Consumidor, constatadas pela sua área de fiscalização. O valor da nova multa é de R$ 12.914.591,84.

Dentre as infrações, a mais impactante foi a falta de fornecimento de energia para a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, localizada na região central da cidade, tanto pela rede normal quanto por geradores, que demoraram muito para serem acionados.

Também fazem parte do rol de falhas constatadas pela fiscalização do ProconSP as interrupções na região da Rua 25 de Março e em muitos endereços nos bairros de Higienópolis e Santa Cecília. Além disso, cobranças indevidas, problemas no serviço de atendimento ao cliente e falta de respostas à notificação anteriormente enviada à empresa.

Essa nova sanção contra a Enel Distribuição São Paulo foi baseada nos artigos 56, inciso I, e artigo 57, da Lei nº. 8078/90, sem prejuízo das demais sanções previstas no artigo 56 da referida Lei. A pena poderá ser atenuada ou agravada, conforme o previsto no artigo 44 da Portaria Normativa Procon nº 0229/2022, publicada no D.O.E.S.P. em 23/12/2022.

CÂMARA (São Paulo)
Vereador e secretário (área social do prefeito Nunes) Carlos Bezerra; vereadora e secretária (políticas pra mulher) Sonaira (ex-Republicanos, agora no PL) e Gilbertinho Jr. (ex-PSC) na área social do governador Tarcísio reassumem as cadeiras

PREFEITURA (São Paulo)
Históricos petistas e agora históricos tucanos tão batendo muito em mais uma 'filiação' do Datena pra talvez ser vice da Tabata (ex-PDT, no PSB) no que resta do PSDB]. Acreditam que - de novo - não vai vingar como foi em 2016 e em 2020

ASSEMBLEIA (São Paulo)
Quem mais - além do veterano deputado e ex-presidente Barros Munhoz - permanecerá no PSDB, agora que além da debandada na Câmara de vereadores paulistana o partido que foi do Alckmin filiou Datena, que foi filiado a 10 partidos ?

GOVERNO (São Paulo)
Como fica a situação do Tarcísio (Republicanos), que visitou e apoiou - com o colega goiano Caiado (União) - o 1º ministro de Israel Netanyahu, se até Biden (EUA) ficou contra o tipo de guerra pra acabar com o hamas - faixa de Gaza - Palestina ?

CONGRESSO (Brasil)
Senadores e deputados [por São Paulo], que na maioria se relacionam bem com o ex-governador e atual vice-presidente Alckmin (ex-PSDB, no PSB) só devem criticar a filiação do Datena se [por milagre] ele for mesmo candidato pela 1ª vez ...

PRESIDÊNCIA (Brasil)
Como fica o 3º governo do Lula (dono do PT), caso não se coloque frontalmente contra o que tá aprontado o colega - que se diz amigo - Maduro na Venezuela, agora que sua ditadura 'anexou' a região de Essequibo (ex-Guiana britânica) ?

PARTIDOS (Brasil)
Datena, que diz poder ser vice-prefeito [São Paulo] na chapa de Tabata (PSB), esteve no PT do Lula; PP do Maluf; PRP; DEM; MDB do Temer; PSL; PSC; União, agora do ACM; PDT que foi do Brizola; PSB agora do Alckmin e PSDB que foi do FHC

JUSTIÇAS (Brasil)
O PL, que com o PT quer a cassação do senador Sérgio Moro (União) no TRE-PR ou TSE, segue apostando em Paulo Martins, bem votado em 2022. Já o PT, pode lançar o deputado federal Zeca Dirceu, filho do renascido das cinzas Zé Dirceu

ANO 32
O jornalista Cesar Neto assina esta coluna de política na imprensa (Brasil) desde 1993. Recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara [São Paulo] e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia [Estado São Paulo], como referência das liberdades possíveis

cesar@cesarneto.com

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar
CEP: 01332-030

Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável
Angelo Augusto D.A. Oliveira
Mtb. 69016/SP

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50
Impressão: Grafica Pana

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Prefeitura inaugura centro de qualificação para pessoas em extrema vulnerabilidade social

Unidade foi entregue pelo prefeito Ricardo Nunes durante o Prefeitura Presente em Santana, na Zona Norte; Programa Operação Trabalho oferece bolsas de até R$ 1.482,60 aos participantes

O prefeito Ricardo Nunes inaugurou nesta quinta-feira (4) a segunda unidade do Centro POT - Programa Operação Trabalho, um importante equipamento para o acolhimento e qualificação profissional de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Com capacidade para atender cerca de 6 mil beneficiários por mês, a nova unidade funciona em Santana, na Zona Norte, e foi entregue durante a 26ª edição do Prefeitura Presente.

"Em 2017 o POT tinha 1.063 vagas, em 2018 eram 1.800 vagas e 2.200 vagas em 2020. Em 2021 e 2022 nós chegamos a 10 mil vagas e agora, ano passado e esse ano, chegamos a 18 mil vagas", contou o prefeito Ricardo Nunes. "Melhorou muito e dessas quase 20 mil pessoas muitas vão abraçar a oportunidade e transformar a sua vida para melhor", completou.

A outra unidade do Centro POT fica no Vale do Anhangabaú e foi inaugurada em janeiro. Em ambos os serviços são atendidas pessoas que já participam do Programa Operação Trabalho da Prefeitura de São Paulo. O espaço funciona de segunda a sexta-feira com aulas de gastronomia, economia criativa, área administrativa, zeladoria urbana, entre outras.

O Centro POT é composto por salas para aulas teóricas, laboratório de informática, oficinas socioemocionais, cozinha experimental para atividades voltadas ao preparo de pratos doces e salgados e orientação sobre segurança alimentar. Para melhor acolhimento dos beneficiários também são disponibilizadas salas de atendimento individual e brinquedoteca.

O Centro é referência aos participantes para as atividades de frente de trabalho, que ocorrem diariamente, conforme carga horária do projeto. As formações da qualificação profissional são realizadas uma vez na semana, durante todo o período em que o beneficiário estiver no programa.

"Essa iniciativa fortalece o compromisso da Prefeitura de São Paulo em criar políticas públicas efetivas para a população em extrema vulnerabilidade social. Além do acolhimento, de relevância incontestável, se faz necessário que essas pessoas possam voltar ao mercado de trabalho. Os centros surgem para complementar essa trilha dentro dos serviços da administração municipal, auxiliando na recolocação profissional e na geração de renda. Muitos ainda reconquistam os laços familiares, fundamentais para o resgate da autoestima", ressalta a secretária municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, Aline Cardoso.

Mudança de vida

Os Centros POT já encaminharam mais de 300 pessoas para o mercado de trabalho, em ações que envolvem o Cate - Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo, em atividade conjunta com as gerenciadoras, entidades selecionadas por meio de editais para administrar os espaços.

O beneficiário José Cícero Rodrigues da Silva, que deixou o Programa Operação Trabalho recentemente, participou de um processo seletivo intermediado pelo Cate para a empresa Ambev e deve iniciar neste mês na empresa. "O programa veio para agregar na minha carreira, pois já tinha formação técnica. Passei por dificuldades e aqui tive o acolhimento necessário para me tornar uma pessoa digna e que pudesse mostrar a minha capacidade", afirma.

Já a beneficiária Bruna Majela Trentino tem conseguido gerar renda com as aulas de gastronomia do Centro POT. "Faço as capacitações na área de culinária e já estou vendendo as produções que aprendi. A última foi para a Páscoa. Essa renda tem me ajudado muito. Estou no programa Mães Guardiãs, em hortas das escolas, um projeto que está possibilitando minha volta ao mercado de trabalho", conta.

Programa Operação Trabalho – POT

O programa da Prefeitura de São Paulo é voltado à população em vulnerabilidade social, visando estimulá-la à busca de ocupação, bem como a sua reinserção no mercado de trabalho. Atualmente, são 18 mil vagas, distribuídas em 17 projetos, que contam com uma bolsa que varia entre R$ 1.482,60 - 30 horas semanais, 6 horas por dia, ou R$ 988,34 - 20 horas semanais, 4 horas diárias. Entre as ocupações em frentes de trabalho estão zeladoria, manutenção e apoio administrativo. O diferencial desta ação é que os serviços são realizados em locais públicos, fazendo com que o cidadão devolva à cidade o apoio que está recebendo.

Para participar é necessário seguir critérios como ter mais de 18 anos, morar na cidade de São Paulo, estar desempregado há mais de quatro meses e não receber benefícios como seguro-desemprego, FGTS, entre outros. A renda familiar permitida é de até meio salário-mínimo por pessoa da família.

Estão previstas para este ano a abertura de Centros POT nas zonas Sul e Leste da cidade.

'Reconhecer a nossa arquitetura', diz Afif sobre concurso para nova sede do governo

O Governo de São Paulo avança no processo para transferir a sede administrativa do Estado para o centro da capital paulista. Após o estudo técnico contratado junto à Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) apontar a viabilidade da transferência para o bairro Campos Elíseos, a gestão lançou um concurso público para eleger o projeto arquitetônico. O novo complexo abrigará toda a estrutura do Poder Executivo estadual.

"Resolvemos não pegar um só arquiteto e fazer o desenho, mas chamar todos os arquitetos e fazer um concurso, organizado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB). Estamos chamando a comunidade de arquitetos de todo o país para participar. É uma forma de reconhecer o valor da nossa arquitetura", afirma o secretário estadual de Projetos Estratégicos, Guilherme Afif Domingos, coordenador do projeto. O concurso terá um júri de 7 especialistas, e o resultado está previsto para sair em agosto. O projeto vencedor ganhará um prêmio de R$ 850 mil.

O estudo da Fipe levantou informações como a quantidade de funcionários que terão de ser abrigados e a volumetria do projeto, indicando, por exemplo, as dimensões dos prédios que serão erguidos em cada quadra. O relatório técnico será repassado para os arquitetos para a inscrição dos projetos no concurso público. Assim, o projeto vencedor vai integrar a modelagem preliminar da Fipe, que deve ser concluída em novembro.

O novo complexo administrativo é um dos projetos qualificados no Programa de Parcerias de Investimentos de São Paulo (PPI-SP). De acordo com a modelagem, a iniciativa privada ficará responsável pela construção e manutenção predial de toda a infraestrutura, por meio de um contrato de Parceria Público Privada.

O cronograma prevê que o edital seja publicado em abril de 2025, com realização do leilão em julho. O concessionário vencedor deverá contratar o projeto escolhido pelo concurso arquitetônico. A assinatura do contrato deve acontecer no segundo semestre do ano que vem.

Como será a transferência

Aproximadamente 22 mil servidores serão transferidos para trabalhar no conjunto de prédios, cuja construção será no entorno da Praça Princesa Isabel. O Palácio Campos Elíseos, local que já abrigou a sede do Estado no século passado, voltará a ser a unidade central do governo paulista.

A estimativa é que o complexo tenha área total construída de cerca de 450 mil metros quadrados, incluindo subsolos, áreas verdes e comuns. A área que abrigará somente o Centro Administrativo será de 230 mil metros quadrados. Em termos de comparação, a atual estrutura estadual, espalhada em dezenas de prédios, soma mais de 800 mil metros quadrados.

"O governo tem cerca de 60 imóveis espalhados. Isso gera um custo alto de manutenção, vigilância, segurança, água, entre outros. Quando alguém vai despachar com um secretário ou com o governador, precisa cruzar a cidade. Com a centralização, queremos no máximo que ele cruze a praça", afirma Afif.

Para a construção dos prédios que abrigarão as secretarias, o governo editou um Decreto de Utilidade Pública (DUP) relacionado à área necessária para a instalação do novo centro administrativo. A medida é um requisito para que as avaliações técnicas e financeiras avancem sobre os imóveis situados na área em que o complexo será construído. Os dados sobre os imóveis são necessários para calcular os investimentos envolvidos e os valores necessários para indenização dos proprietários dos imóveis caso haja desapropriações.

Após o resultado do concurso e com o DUP já decretado, o projeto será estruturado para a realização do leilão da PPP. O investidor será responsável pela gestão e manutenção dos prédios durante a vigência da parceria. Passado este período, o complexo passa para o poder do Governo de São Paulo.

A ideia é que o complexo tenha fachada ativa, sendo ocupado por comércios, restaurantes e serviços na parte térrea. A proposta também prevê a construção de habitações de médio padrão e de interesse social no entorno do complexo administrativo.

"Temos que ter uma estrutura para atender as demandas e para que a região seja fervilhante, que não funcione só no horário de funcionamento das repartições. Isso se faz, inclusive, incentivando os funcionários a morarem em edificações no entorno. E a iniciativa privada, quando vê a oportunidade, se mobiliza para ofertar as habitações. Além disso, ali há um zoneamento de áreas de interesse social que serão destinados para habitação popular", diz Afif, justificando que a medida vai ajudar a povoar e, consequentemente, revitalizar o centro histórico da cidade.

Ao centralizar os órgãos do Executivo estadual, o governo pretende alienar parte dos cerca de 60 prédios que possui espalhados pela cidade. O objetivo é que algumas repartições desocupadas sejam também destinadas para projetos habitacionais de interesse social. Já os prédios de maior valor histórico e cultural serão mantidos sob a tutela do estado e transformados em equipamentos de lazer como museus.

"O mercado imobiliário de São Paulo é muito forte. O que precisamos é organizar a oferta (dos prédios) e fazer leilão. O investidor precisa saber que aquele imóvel está com a documentação e a estrutura em ordem", argumenta o secretário de Projetos Estratégicos.

Outro aspecto destacado por Afif é o fato de a transferência de sede contribuir para o aumento da segurança no centro histórico da capital, com presença maior de pessoas e de efetivo policial. "Ou seja, você tem que ter exatamente a imagem de domínio de território, mobilizando pelotões do comando da capital para o entorno das edificações ali. Mas não é só a presença da polícia, também tem um lado social que está sendo administrado", explica Afif.

Por fim, além dos ganhos de eficiência, de custo e de praticidade, Guilherme Afif Domingos ressalta o valor simbólico de levar o centro do poder estadual para o coração da cidade de São Paulo. "O centro é lindo. Historicamente falando, os edifícios que temos ali são preciosos. É um patrimônio urbanístico extraordinário e o governador Tarcísio de Freitas se viu muito entusiasmado com a ideia de resgatar os sentimentos do paulistano pela sua cidade", afirma.

Jornal O DIA SP
SEXTA-FEIRA, 5 DE ABRIL DE 2024 — Economia — PÁGINA 3

Balança comercial tem superávit de US$ 7,482 bilhões em março

A queda de preços da soja e do petróleo e o feriado de Semana Santa fizeram o superávit da balança comercial cair em março. No mês passado, o país exportou US$ 7,482 bilhões a mais do que importou, informou na quinta-feira (4) o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

O resultado representa queda de 30,4% em relação ao mesmo mês do ano passado, mas é o terceiro melhor para meses de março, só perdendo para o recorde de março de 2022 (US$ 10,751 bilhões) e de 2023 (US$ 7,613 bilhões).

Apesar do saldo positivo menor em março, a balança comercial acumula superávit de US$ 19,078 bilhões nos três primeiros meses de 2024. Este é o maior resultado para o período desde o início da série histórica, em 1989. O valor representa alta de 22,2% em relação aos mesmos meses do ano passado.

Quanto ao resultado mensal, as exportações caíram em ritmo maior que o da queda das importações. Em março, o Brasil vendeu US$ 27,98 bilhões para o exterior, recuo de 14,8% em relação ao mesmo mês de 2023. As compras do exterior somaram US$ 20,498 bilhões, queda de 7,1%. Parte dessa diminuição se deve ao menor número de dias úteis em março desde ano, por causa do feriado prolongado da Semana Santa.

Do lado das exportações, a queda no preço internacional da soja, do petróleo e das carnes foram os principais fatores do recuo das exportações. As vendas de alguns produtos, como algodão, café e frutas, subiram no mês passado, mas não em ritmo suficiente para compensar a diminuição de preço dos demais produtos.

Do lado das importações, o recuo na aquisição de fertilizantes, de petróleo e derivados e de compostos químicos foi o principal responsável pela diminuição das compras externas.

Após baterem recorde em 2022, após o início da guerra entre Rússia e Ucrânia, as commodities recuam desde a metade de 2023. A principal exceção é o minério de ferro, cuja cotação vem reagindo por causa dos estímulos econômicos da China, a principal compradora do produto.

No mês passado, o volume de mercadorias exportadas caiu 10,6%, puxado pelo menor número de dias úteis, enquanto os preços caíram 5,1% em média na comparação com o mesmo mês do ano passado. Nas importações, a quantidade comprada subiu 1%, mas os preços médios recuaram 9%.

Setores

No setor agropecuário, a queda de preços pesou mais nas exportações. O volume de mercadorias embarcadas caiu 1,5% em março na comparação com o mesmo mês de 2023, enquanto o preço médio caiu 19,2%. Na indústria de transformação, a quantidade caiu 20,8%, com o preço médio recuando 3,5%. Na indústria extrativa, que engloba a exportação de minérios e de petróleo, a quantidade exportada caiu 6,5%, enquanto os preços médios diminuíram apenas 0,2%.

Os produtos com maior destaque na queda das exportações agropecuárias foram soja (-26,7%), milho não moído (-72,5%) e arroz (-99,9%). Em valores absolutos, o destaque negativo é a soja, cujas exportações caíram US$ 1,965 bilhão em relação a março do ano passado. A diminuição do preço caiu 23,1%, enquanto a quantidade média diminuiu em ritmo menor: 4,6%.

Na indústria extrativa, as principais quedas foram registradas em óleos brutos de petróleo (-54%), minérios de cobre (-27,4%) e outros minerais brutos (-54%). No caso do ferro, o valor exportado subiu 3,4%, com a quantidade embarcada caindo 1,9%, e o preço médio subindo 5,4%.

Em relação aos óleos brutos de petróleo, também classificados dentro da indústria extrativa, as vendas caíram 35,5% na comparação com março do ano passado. Em parte por causa da queda de 10,4% no preço médio e em parte, por causa do recuo de 28% na produção, cujo ritmo varia bastante de um mês para outro.

Na indústria de transformação, as maiores quedas ocorreram em carnes de aves (-23,6%); farelo de soja e outros alimentos para animais (-23,8%); e ferro-gusa, spiegel, ferro-esponja, grânulos e pó de ferro ou aço e ferro-ligas (-36,6%). Com a crise econômica na Argentina, principal destino das manufaturas brasileiras, as vendas para o país vizinho caíram 27,9% em março em relação ao mesmo mês do ano passado.

Quanto às importações, os principais recuos foram registrados nos seguintes produtos: trigo e centeio, não moídos (-13,5%), café não torrado (-90,5%) e cacau bruto ou torrado (-52,3%), na agropecuária; minérios e concentrados dos metais de base (-28,4%) e carvão em pó, não aglomerado (-24,5%), na indústria extrativa; compostos organo-inorgânicos (-29,7%), e adubos ou fertilizantes químicos (-43,5%), na indústria de transformação.

Em relação aos fertilizantes, cujas compras do exterior ainda são impactadas pela guerra entre Rússia e Ucrânia, os preços médios caíram 34,5%, e a quantidade importada recuou 13,6%.

Estimativa

Com a desvalorização das *commodities*, o governo revisou para baixo a projeção de superávit comercial para 2024. A estimativa caiu de US$ 94,4 bilhões para US$ 73,5 bilhões, queda de 25,7% em relação a 2023. A próxima projeção será divulgada em julho.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, as exportações cairão 2,1% em 2024, encerrando o ano em US$ 332,6 bilhões. As importações subirão 7,6% e fecharão o ano em US$ 259,1 bilhões. As compras do exterior deverão subir por causa da recuperação da economia, que aumenta o consumo, em um cenário de preços internacionais menos voláteis do que no início do conflito entre Rússia e Ucrânia.

As previsões estão mais pessimistas que as do mercado financeiro. O boletim Focus, pesquisa com analistas de mercado divulgada toda semana pelo Banco Central, projeta superávit de US$ 82 bilhões neste ano. (Agência Brasil)

Custo da cesta básica sobe em 10 capitais, diz Dieese

Em março, o custo da cesta básica subiu em 10 das 17 capitais brasileiras analisadas pela Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, divulgada mensalmente, em São Paulo, pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

As maiores elevações foram registradas no Recife (5,81%), Fortaleza (5,66%), Natal (4,49%) e Aracaju (3,90%). Já as reduções mais expressivas foram observadas no Rio de Janeiro (-2,47%), Porto Alegre (-2,43%), Campo Grande (-2,43%) e Belo Horizonte (-2,06%).

Custo das cestas

A cesta mais cara do país foi encontrada em São Paulo, onde o conjunto dos alimentos básicos custava, em média, R$ 813,26. Em seguida, figuram as cestas do Rio de Janeiro (R$ 812,25), Florianópolis (R$ 791,21) e Porto Alegre (R$ 777,43).

Nas cidades do Norte e do Nordeste, onde a composição da cesta é diferente, os menores valores médios foram anotados em Aracaju (R$ 555,22), João Pessoa (R$ 583,23) e Recife (R$ 592,19).

Salário-mínimo ideal

Com base no valor da cesta mais cara do país - a de São Paulo – e, levando em consideração a determinação constitucional que estabelece que o salário-mínimo deve ser suficiente para suprir as despesas de um trabalhador e da família dele com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, o Dieese estimou que o salário-mínimo ideal deveria ser de R$ 6.832,20 em março, valor 4,84 vezes superior ao do salário mínimo atual de R$ 1.412,00. (Agência Brasil)

Contas externas têm saldo negativo de US$ 4,4 bilhões em fevereiro

As contas externas do país tiveram saldo negativo em fevereiro de 2024, chegando a US$ 4,373 bilhões, informou na quinta-feira (4) o Banco Central (BC). No mesmo mês de 2023, o déficit foi em nível semelhante, de US$ 4,355 bilhões nas transações correntes, que são as compras e vendas de mercadorias e serviços e transferências de renda com outros países.

A diferença na comparação interanual é resultado do superávit comercial, que aumentou R$ 1,2 bilhão, e do déficit em renda primária (pagamento de juros e lucros e dividendos de empresas), que diminuiu R$ 343 milhões, contribuindo para melhora do resultado. Em sentido contrário, houve aumento nos déficits em serviços, de US$ 1,5 bilhão.

Em 12 meses encerrados em fevereiro, o déficit em transações correntes foi US$ 24,705 bilhões, 1,11% do Produto Interno Bruto (PIB, a soma dos bens e serviços produzidos no país), ante o saldo negativo de US$ 24,687 bilhões (1,12% do PIB) no mês anterior, janeiro de 2024. A retração foi mais significativa em relação ao período equivalente terminado em fevereiro de 2023, quando o déficit em 12 meses somou US$ 52,328 bilhões (2,63% do PIB).

De acordo com o BC, as transações correntes têm um cenário bastante robusto, com déficits decrescentes e baixos, principalmente em razão dos resultados positivos da balança comercial.

Já no acumulado de janeiro e fevereiro de 2024, o déficit ficou em US$ 9,472 bilhões, contra saldo negativo de US$ 13,318 bilhões no primeiro bimestre de 2023.

As exportações de bens totalizaram US$ 23,855 bilhões em fevereiro, alta de 12,2% em relação a igual mês de 2023. As importações somaram US$ 20,415 bilhões, aumento de 7,3% na comparação com fevereiro de 2023. Com esses resultados, a balança comercial fechou com o superávit de US$ 3,440 bilhões em fevereiro, ante saldo positivo de US$ 2,247 bilhões no mesmo período de 2023.

O déficit na conta de serviços – viagens internacionais, transporte, aluguel de equipamentos e seguros, entre outros – somou US$ 3,669 bilhões em fevereiro, ante os US$ 2,149 bilhões em igual mês de 2023. Houve aumento nas despesas em viagens, transporte e aluguel de equipamentos.

O déficit na rubrica de transportes passou de US$ 946 milhões em fevereiro de 2023 para US$ 1,163 bilhão no mesmo mês de 2024, alta de 22,9%. Já em aluguel de equipamentos, as despesas líquidas somaram US$ 836 milhões, aumento de 46,4% em comparação a fevereiro de 2023, que foi US$ 571 milhões, o que explica, em parte, o aumento de déficit na conta de serviços. Essas duas rubricas estão associadas ao aumento da atividade produtiva e, no caso, do frete do volume importado.

No caso das viagens internacionais, a conta vem em trajetória de recuperação, ainda que com o crescimento do déficit em patamares inferiores ao período antes da pandemia da covid-19. Em fevereiro, o déficit na conta de viagens fechou o mês com alta de 11,8%, chegando a US$ 379 milhões, ante déficit de US$ 339 milhões fevereiro de 2023.

As receitas de estrangeiros em viagem ao Brasil cresceram 27,2% na comparação interanual e chegaram a US$ 673 milhões em fevereiro, contra US$ 529 milhões no mesmo mês de 2023. As despesas de brasileiros no exterior passaram de US$ 868 milhões em fevereiro do ano passado para US$ 1,052 bilhão no mesmo mês de 2024, aumento de 21,2%.

Também contribuíram para o aumento do déficit em serviços as despesas líquidas com serviços de propriedade intelectual, que somaram US$ 681 milhões em fevereiro de 2024, ante US$ 365 milhões em fevereiro do ano passado.

Na mesma base comparativa, as receitas líquidas de outros serviços de negócio totalizaram US$ 230 milhões, ante US$ 749 milhões em fevereiro de 2023. Essa conta inclui serviços de pesquisa e desenvolvimento, serviços jurídicos, de publicidade, engenharia e arquitetura, serviços de limpeza e despoluição.

Em fevereiro de 2024, o déficit em renda primária - lucros e dividendos, pagamentos de juros e salários - chegou a US$ 4,249 bilhões, redução de 7,5% ante os US$ 4,592 bilhões no mesmo mês de 2023. Normalmente, essa conta é deficitária, já que há mais investimentos de estrangeiros no Brasil – e eles remetem os lucros para fora do país – do que de brasileiros no exterior.

As despesas líquidas com juros passaram de US$ 2,116 bilhões em fevereiro de 2023 para US$ 1,369 bilhão em fevereiro deste ano, redução de 35,3%, influenciadas por menores despesas brutas em operações intercompanhia (redução de US$ 791 milhões), quando a matriz ou filial no país envia recursos para o braço da empresa no exterior, por exemplo.

No caso dos lucros e dividendos associados aos investimentos direto e em carteira, houve déficit de US$ 2,923 bilhões no mês de fevereiro do ano passado, frente aos US$ 2,490 de déficit observado em fevereiro de 2023.

A conta de renda secundária – gerada em uma economia e distribuída para outra, como doações e remessas de dólares, sem contrapartida de serviços ou bens – teve resultado positivo de US$ 106 milhões no mês de fevereiro, contra superávit US$ 139 milhões em fevereiro de 2023.

Os ingressos líquidos em investimentos diretos no país (IDP) caíram na comparação interanual. O IDP somou US$ 5,012 bilhões em fevereiro, ante US$ 7,168 bilhões em fevereiro de 2023. O IDP acumulado em 12 meses totalizou US$ 62,006 bilhões (2,8% do PIB) em fevereiro de 2024, ante US$ 64,162 bilhões (2,92% do PIB) no mês anterior e US$ 74,834 bilhões (3,76% do PIB) no período encerrado em fevereiro de 2023.

Quando o país registra saldo negativo em transações correntes, precisa cobrir o déficit com investimentos ou empréstimos no exterior. A melhor forma de financiamento do saldo negativo é o IDP, porque os recursos são aplicados no setor produtivo e costumam ser investimentos de longo prazo. A previsão do BC é que os investimentos diretos no país cheguem a US$ 70 bilhões em 2024, segundo o último Relatório de Inflação, divulgado no fim de março.

No caso dos investimentos em carteira no mercado doméstico, houve saída líquida de US$ 2,947 bilhões em fevereiro de 2024, compostas por despesas líquidas de US$ 2,090 bilhões em ações e fundos de investimento e de US$ 857 milhões em títulos de dívida. Nos 12 meses encerrados em fevereiro último, os investimentos em carteira no mercado doméstico somaram ingressos líquidos de US$ 4,4 bilhões.

O estoque de reservas internacionais atingiu US$ 352,705 bilhões em fevereiro de 2024, recuo de US$ 2,4 bilhões em comparação ao mês anterior. (Agência Brasil)

Endividamento aumenta entre as famílias em março

O endividamento das famílias brasileiras cresceu em março. No mês, 78,1% das famílias afirmaram ter dívidas a vencer, o que representa um aumento de 0,2 ponto percentual (p.p.) em relação a fevereiro. Em comparação com março de 2023, porém, o índice ficou 0,2 p.p. abaixo.

É o que aponta a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), realizada mensalmente pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

"O momento mais favorável dos juros, com menor custo, tem contribuído para uma maior demanda das famílias por crédito, sobretudo, parcelado", afirma o presidente da CNC, José Roberto Tadros.

O percentual de consumidores considerados "muito endividados" registrou aumento de 0,1 p.p, interrompendo a queda contínua dos últimos quatro meses. Por outro lado, cresceu, em 0,2 p.p., o número de famílias consideradas "pouco endividadas".

A quantidade de famílias com dívidas atrasadas também aumentou, em 0,5 p.p., após cinco meses em queda, alcançando 28,6% das famílias. Entretanto, o indicador manteve-se abaixo do registrado em março de 2023 (29,4%).

"A alta da inadimplência também é vista pelo crescimento do percentual de famílias que afirmam que não terão condições de pagar as dívidas atrasadas em março, que é o grupo mais complexo dos inadimplentes. Nesse caso, o percentual já supera o do mesmo mês do ano passado", disse a economista da CNC Izis Ferreira.

Menor renda

As famílias consideradas de baixa renda (até 3 salários-mínimos) impulsionaram o endividamento no mês (79,7%), com alta mensal de 0,5 p.p. e anual de 0,8 p.p. Já os outros grupos apresentaram redução ou estabilidade no percentual. Além disso, a faixa de famílias com menor renda foi responsável pelo aumento das dívidas em atraso, na comparação mensal, um acréscimo de 0,6 p.p.

Já o aumento das famílias que não terão condições de pagar as dívidas em atraso ocorreu apenas nas faixas de renda intermediárias (de 3 a 5 e de 5 a 10 salários-mínimos).

A faixa de baixa renda apresentou a maior necessidade de recorrer ao crédito, assim como a maior dificuldade de amortizar essas dívidas. Porém, teve melhora do indicador de expectativa para pagar essas contas atrasadas, reflexo dos programas sociais e de auxílio ao crédito.

O valor médio das dívidas registrou queda, pelo segundo mês seguido, entre os consumidores que relataram ter mais da metade dos seus rendimentos comprometidos. A redução foi 0,5 p.p. no primeiro trimestre do ano, alcançando 20,7% dessas famílias.

"Para ampliar a renda disponível, as famílias buscaram aumentar o prazo para pagamento das suas dívidas. Tanto que o tempo de comprometimento com dívidas atingiu 7,1 meses em março de 2023, o maior nível desde abril de 2022", afirma a economista da CNC.

O percentual de famílias com dívidas em atraso por mais de 90 dias permaneceu em 47,5% pelo terceiro mês, com aumento daquelas com atraso entre 30 e 90 dias para 28,7%. Dessa forma, o tempo médio de atraso foi 63,9 dias em março.

Cartão de crédito

O cartão de crédito representou 86,9% dos endividados no mês, aumento de 0,8 p.p., na comparação com o mesmo mês do ano passado, e estável diante de fevereiro de 2024.

O crédito pessoal apresentou o maior crescimento (1,6 p.p.), resultado da queda dos juros médios da modalidade, o menor entre os últimos três meses – 41,2% em janeiro de 2024. Os financiamentos imobiliário e de carro vêm logo em seguida, com acréscimo de 1,5 p.p. no volume de endividados, cada.

Em relação ao gênero, o endividamento cresceu 0,3 p.p. entre o público masculino, em relação a fevereiro, mais do que entre as mulheres (+0,2 p.p.). Quando comparado a março de 2023, entretanto, o endividamento entre as mulheres registrou queda de 0,7 p.p. e, por outro lado, aumentou 0,4 p.p. entre os homens. (Agência Brasil)

Aumento na produção de carnes deve manter preços baixos

Um aumento de 3,9% na produção das carnes bovina, suína e de aves deve assegurar o abastecimento do mercado brasileiro em 2024 e manter os preços em patamares mais baixos, aponta a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). A avaliação foi divulgada pela instituição com o quadro de suprimento de carnes para 2024.

A estimativa é que o Brasil alcance a produção de 30,88 milhões de toneladas neste ano, com disponibilidade de 21,12 milhões de toneladas destinadas a abastecer o mercado interno. "Além desse aumento na produção, os preços dos insumos para alimentação animal estão menores para o criador. Essa combinação de fatores tende a sustentar os preços das carnes em patamares mais baixos para os brasileiros e as brasileiras", afirmou o presidente da Conab, Edegar Pretto.

Da estimativa total de produção, cerca de 10 milhões de toneladas deverão ser de carne bovina, com 6,6 milhões de toneladas disponibilizadas para o Brasil. No caso da carne suína, devem ser produzidos este ano 5,55 milhões de toneladas, das quais 4,22 milhões de toneladas serão para consumo dos brasileiros. Já a avicultura de corte tem estimativa de produção de 15,4 milhões de toneladas e poderá disponibilizar para o mercado interno 10,3 milhões de toneladas.

A exportação desses produtos também tem projeção de crescimento, de 6,6% para a carne suína, de 0,9% para a carne de frango e 15,7% para a carne bovina.

Para a produção de ovos, também informada pelo quadro de suprimentos da Conab, a expectativa é que este ano haja um recorde com a produção de 41,1 bilhões de unidades para consumo, que deve atender à expectativa de disponibilidade interna de 200,2 unidades por habitante do país. (Agência Brasil)

Lula inaugura novo trecho da transposição do Rio São Francisco

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou, na quinta-feira (4), da inauguração da Estação Elevatória de Água Bruta Ipojuca e do trecho Belo Jardim-Caruaru da Adutora do Agreste de Pernambuco, no município de Arcoverde (PE). O sistema abastecerá o interior pernambucano com água da transposição do Rio São Francisco.

Em discurso, Lula abordou os desafios políticos do projeto de deslocamento de parte das águas do rio, iniciado em 2005, e explicou a importância da água tratada para a saúde pública e o desenvolvimento das comunidades. O presidente lembrou das dificuldades enfrentadas pela população em razão da escassez hídrica e defendeu os investimentos públicos no projeto.

"Havia uma bobagem de que tinha algum estado que se achava dono do rio. Graças a Deus, a gente elegeu o companheiro Jacques Wagner, governador do PT, e o Jacques Wagner, enquanto governador, falou: a água não é da Bahia, a água passa na Bahia, ela é do povo brasileiro. E, portanto, o Brasil tem o direito de fazer a transposição para trazer água para 12 milhões de brasileiros e brasileiras que moram no semiárido", disse Lula.

"A obsessão que eu tenho pelo Nordeste e pela questão da água no Nordeste é porque, quando eu tinha sete anos de idade, eu morava em Caetés [PE] e a gente tinha que buscar água num açude, buscar água no pote, eu e meus irmãos", lembrou o presidente, contando os problemas de saúde em razão do consumo de água não tratada.

"Agora, o estado de Pernambuco terá água para todo mundo se fartar, bebendo, tomando banho e cuidando dos animais e cuidando da nossa agricultura", acrescentou.

Adutoras

Quando estiver finalizado, o sistema integrado contará com 1,5 mil quilômetros de adutoras. Atualmente, seis municípios são atendidos pela Adutora do Agreste de Pernambuco. Com a inauguração de hoje, passarão a ser nove. Assim, o abastecimento regular será expandido de 190 mil para 615 mil pessoas.

A estação elevatória inaugurada na quinta-feira faz parte da primeira etapa do projeto, que vai garantir - até 2026 - que 23 municípios e 1,3 milhão de pessoas sejam beneficiadas com as águas do São Francisco. Com isso, serão atendidos os municípios de Arcoverde, Pesqueira, Alagoinha, Sanharó, Belo Jardim, Tacaimbó, São Bento do Una, São Caetano, Caruaru, Bezerros, Gravatá, Santa Cruz do Capibaribe, Toritama, Brejo da Madre de Deus, Pedra, Venturosa, Buíque, Tupanatinga, Itaíba, Águas Belas, Iati, Cachoeirinha e Lajedo.

Como é o sistema

O sistema completo é composto por unidades de captação, adutoras de água bruta, estações elevatórias de água bruta, reservatórios de água bruta, estações de tratamento, adutoras de água tratada e estações elevatórias de água tratada. Até o momento, o governo federal investiu mais de R$ 1,2 bilhão no projeto, enquanto o estado, como contrapartida, aplicou R$ 200 milhões.

A primeira etapa do projeto compreende 790 quilômetros de tubulações, além de três obras complementares de captação e interligações para fornecimento antecipado de água ao sistema. O empreendimento, atualmente, está com 79,40% de execução física. A segunda etapa está em fase de contratação. Quando ela for concluída, o sistema adutor pernambucano vai beneficiar dois milhões de habitantes em 68 municípios. (Agência Brasil)

ATAS / BALANÇOS / EDITAIS / LEILÕES

ALTO VALE DO RIO NEGRO PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 09.249.380/0001-77

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à V.Sas. o balanço encerrado em 31 de dezembro de 2023 com todos os demonstrativos contábeis e financeiros correspondentes e permanecemos ao seu dispor para os esclarecimentos que julguem necessários. São Paulo, 22 de março de 2024. **A Diretoria**

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em reais)*

	Controladora		Consolidado	
ATIVO	**31/12/23**	31/12/22	**31/12/23**	31/12/22
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	**1.000.711**	313.040	**10.062.183**	5.711.791
Clientes	**–**	–	**33.967.975**	27.116.398
Estoques	**–**	–	**17.498.908**	19.959.193
Impostos a recuperar	**12.244**	5.294	**1.103.417**	880.094
Outros créditos	**–**	–	**1.337.243**	334.987
Despesas antecipadas	**2.708**	–	**188.476**	278.364
Total do ativo circulante	**1.015.663**	318.334	**64.158.202**	54.280.827
NÃO CIRCULANTE				
Realizável à longo prazo				
Impostos diferidos	**–**	–	**1.981.570**	2.891.629
Outros créditos	**–**	–	**–**	4.756
Total do realizável à longo prazo	**–**	–	**1.981.570**	2.896.385
Investimentos				
Investimentos	**37.993.673**	30.400.084	**–**	–
Outras participações	**133**	133	**133**	133
Investimentos	**37.993.806**	30.400.217	**133**	133
Imobilizado	**–**	–	**8.938.697**	5.563.929
Intangível	**–**	–	**1.590.673**	1.943.412
Total do ativo não circulante	**37.993.806**	30.400.217	**12.511.073**	10.403.859
TOTAL DO ATIVO	**39.009.469**	30.718.551	**76.669.275**	64.684.686

	Controladora		Consolidado	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**31/12/23**	31/12/22	**31/12/23**	31/12/22
CIRCULANTE				
Fornecedores	**–**	–	**21.756.495**	22.539.924
Obrigações trabalhistas	**–**	–	**2.279.564**	2.126.550
Obrigações tributárias	**63**	300	**4.490.877**	3.504.338
Outras obrigações	**–**	–	**6.529.039**	2.988.010
Total do passivo circulante	**63**	300	**35.055.975**	31.158.822
NÃO CIRCULANTE				
Total do passivo não circulante				
Patrimônio líquido				
Capital social	**19.400.282**	19.400.282	**19.400.282**	19.400.282
Reserva de lucros	**27.780.320**	15.116.897	**27.780.320**	15.116.897
Ajuste de avaliação patrimonial	**(8.171.196)**	(3.798.928)	**(8.171.196)**	(3.798.928)
Patrimônio líquido atribuido aos acionistas da controladora	**39.009.406**	30.718.251	**39.009.406**	30.718.251
Total do patrimônio líquido	**39.009.406**	30.718.251	**39.009.406**	30.718.251
Participação dos não controladores	**–**	–	**2.603.894**	2.807.613
Total do patrimônio líquido	**39.009.406**	30.718.251	**41.613.300**	33.525.864
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**39.009.469**	30.718.551	**76.669.275**	64.684.686

Demonstração do resultado - Exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em reais)*

	Controladora		Consolidado	
	31/12/23	31/12/22	**31/12/23**	31/12/22
Receita operacional líquida	**–**	–	**147.388.784**	111.284.412
Custos das mercadorias vendidas	**–**	–	**(66.268.329)**	(51.990.180)
Lucro bruto	**–**	–	**81.120.455**	59.294.232
Despesas gerais e administrativas	**(15.164)**	(8.535)	**(39.479.495)**	(34.352.024)
Despesas comerciais	**–**	–	**(9.375.404)**	(4.779.284)
Ganho (Perda) na participação de investimentos	**(3.714.823)**	–	**(3.714.823)**	–
Equivalência patrimonial	**16.372.837**	11.063.278	**–**	–
Outras receitas e despesas	**–**	–	**2.996.966**	3.615.901

	Controladora		Consolidado	
	31/12/23	31/12/22	**31/12/23**	31/12/22
Lucro antes do resultado financeiro	**12.642.850**	11.054.743	**31.547.699**	23.778.825
Resultado financeiro	**21.665**	12.260	**(11.100.313)**	(5.826.880)
Lucro antes dos impostos	**12.664.515**	11.067.003	**20.447.386**	17.951.945
Impostos correntes	**(1.092)**	(626)	**(5.569.454)**	(4.906.469)
Impostos diferidos	**–**	–	**(910.058)**	(1.226.935)
Lucro líquido do exercício	**12.663.423**	11.066.377	**13.967.874**	11.818.541
Atribuível a:				
Acionistas controladores			**12.663.423**	**11.066.377**
Acionistas não controladores			**1.304.451**	**752.164**
Lucro (prejuízo) por ação:	1,39	1,14		

São Paulo, 31 de dezembro de 2023

DIRETORIA

Rolf Buddemeyer Diretor **Claus Buddemeyer** Diretor **Orly Fendrich** Contador 1SC011403

O balanço patrimonial e as demonstrações financeiras foram auditados pela Martinelli Auditores em 14 de março de 2024, com parecer sem ressalvas e, estão à disposição dos senhores acionistas na sede da Companhia.

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF Nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 377ª E 401ª SÉRIES DA 4ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos certificados de recebíveis imobiliários das 377ª e 401ª séries da 4ª emissão da **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**, sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gerivatiba, nº 207, cj 162, Butantã - CEP 05501-900, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 08.769.451/0001-08 ("CRI", "Titulares dos CRI", "Emissão", e "Emissora" respectivamente), a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com filial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 12.901, 11º andar, Cidade Monções, CEP 04578-910, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0004-34 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, a reunirem-se em **primeira convocação**, para Assembleia Geral ("Assembleia" ou "Assembleia Geral"), **a ser realizada em 25 de abril de 2024 às 14h, de forma exclusivamente remota e eletrônica por meio da plataforma Microsoft Teams**, conforme amparado na Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme alterada ("Resolução CVM 60"), nos termos deste edital, a fim de, conforme cláusula 11.3 do "Termo de Securitização de Créditos Imobiliários das 377ª e 401ª Séries da 4ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Virgo Companhia de Securitização" celebrado em 3 de novembro de 2021 e aditado de tempos em tempos ("Termo de Securitização"), para deliberar sobre: **a)** Aprovar a não declaração do vencimento antecipado da Emissão em decorrência da ocorrência do Evento de Vencimento Antecipado previsto na cláusula 6.1.2, alínea "w", item "i", subitem "b", do "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Nota comercial, em Série Única, para Colocação Privada, da ABV Comércio de Alimentos Ltda.*" celebrado entre a ABV Comércio de Alimentos Ltda., sociedade limitada, com sede na Cidade de Dourados, Estado do Mato Grosso do Sul, na Rua Aquidauana, nº 1.111, Jardim Paulista, CEP 79830-100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.757.459/0001-95 ("ABV"), a Emissora, a Arinavi - Administração e Participação Ltda., sociedade por cotas de responsabilidade limitada com sede na cidade de Dourados, estado do Mato Grosso do Sul, na Rua Aquidauana, nº 1.111, 1º Andar, Sala B, Jardim Paulista, CEP 79830-100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.952.397/0001-60 ("Arinavi"), o Aricleness Bento Vicentin, brasileiro, casado, empresário, portador da carteira de identidade nº 046.471, expedida por SSP/MS, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Física do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o nº 256.744.981-72, residente e domiciliado na Cidade de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul, na Rua Ciro Melo, nº 2380, Jardim Central, CEP 79805-031 ("Aricleness") e a Eliane Duarte Leão Vicentin, brasileira, casada, empresária, portadora da carteira de identidade nº 000.572.735, expedida por SSP/MS, inscrita no CPF/MF sob o nº 554.079.271-87, residente e domiciliada na Cidade de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul, na Rua Ciro Melo, nº 2380, Jardim Central, CEP 79805-031 ("Eliane") em 29 de outubro de 2021, conforme aditado de tempos em tempos ("Escritura de Emissão de Nota Comercial"), na cláusula 4.2.2, alínea "v", item "i", subitem "b", do "*Instrumento Particular de Cessão de Créditos Imobiliários e Outras Avenças*" celebrado entre a Arinavi, a Emissora, a ABV, o Aricleness e a Eliane em 29 de outubro de 2021, conforme aditado de tempos em tempos ("Contrato de Cessão") e na cláusula 6.2.2, alínea "w", item "i", subitem "b", do Termo de Securitização, bem como em qualquer outra cláusula ou disposição análoga nos demais documentos da Emissão, conforme apurado com base nas demonstrações financeiras referentes ao 1º (primeiro), 2º (segundo) e 3º (terceiro) trimestres dos anos de 2022 e 2023, assim como nas demonstrações financeiras anuais auditadas da ABV elaboradas nos anos de 2023 (com relação ao exercício de 2022) e 2024 (com relação ao exercício de 2023), conforme aplicáveis; **b)** Aprovar a não declaração do vencimento antecipado da Emissão, nos termos das cláusulas 16.1.2, alínea "f", da Escritura de Emissão de Nota Comercial, e 6.2.2, alínea "f", do Termo de Securitização, em decorrência do não cumprimento, pela ABV e pela Arinavi, da obrigação prevista na cláusula 7.1, alínea "i" "e", da Escritura de Emissão de Nota Comercial, e na cláusula 3.1, alínea "i" "e", do Contrato de Cessão, desde a data de celebração da Escritura de Emissão de Nota Comercial e do Contrato de Cessão até esta data; **c)** Aprovar a prévia renúncia e consentimento (*waiver*) em relação ao descumprimento, pela ABV, da cláusula 6.1.2, alínea "w" "i" "b", da Escritura de Emissão de Nota Comercial, da cláusula 4.2.2, alínea "v" "i" "b", do Contrato de Cessão e da cláusula 6.2.2, alínea "w" "i" "b", do Termo de Securitização, bem como de qualquer outra cláusula ou disposição análoga nos demais documentos da Emissão, referente ano-exercício de 2024, a ser apurado com base nas demonstrações financeiras referentes ao 1º (primeiro), 2º (segundo) e 3º (terceiro) trimestres de 2024, assim como nas demonstrações financeiras anuais auditadas da ABV elaboradas no ano de 2025 (referente ano-exercício de 2024), condicionado ao fato de que o Índice Financeiro (conforme definido no Termo de Securitização), a ser apurado com base nas demonstrações financeiras referentes ao 1º (primeiro), 2º (segundo) e 3º (terceiro) trimestres de 2024, assim como nas demonstrações financeiras anuais auditadas da ABV elaboradas no ano de 2025 (referente ano-exercício de 2024) seja de, no máximo, 3,0; **d)** Aprovar a inclusão, nos documentos da Emissão, de (i) vedação à ABV, à Arinavi, ao Aricleness e à Eliane de abrirem novas filiais, lojas ou estabelecimentos comerciais, exceto pelas filiais inscritas no CNPJ/MF sob os números 04.757.459/0040-00 (Levemax Superatacado Aquidauana), 04.757.459/0039-68 (Leve Max Superatacado Marcelino Pires) e 04.757.459/0007-80 (Abeve Água Boa) e suas respectivas lojas e estabelecimentos ("Inclusão de Vedação Adicional"). Tal vedação não será aplicável caso o Índice Financeiro (conforme definido no Termo de Securitização) esteja sendo integralmente adimplido, sendo certo que, para o ano-exercício de 2024, será considerado, exclusivamente para os fins da aplicabilidade da vedação retromencionada, a razão entre "Dívida Líquida/EBITDA" deverá ser menor ou igual a 2,5x (dois inteiros e cinco décimos) e, para os demais anos-exercícios, serão considerados os parâmetros previstos nos documentos da Emissão; e (ii) obrigação de conclusão da averbação do georreferenciamento do Imóvel Adicional (conforme abaixo definido) na matrícula do Imóvel Adicional no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da assinatura do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel Adicional (conforme abaixo definido), prorrogável automaticamente por igual período no caso de apresentação de exigências pelo cartório de registro de imóveis competente ("Obrigação de Averbação do Georreferenciamento"); **e)** Aprovar a constituição, pela Arinavi, de alienação fiduciária sobre o imóvel matriculado sob o nº 88.794 perante o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Dourados, no Estado do Mato Grosso do Sul ("Imóvel Adicional"), nos termos do "*Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia e Outras Avenças*", cuja minuta foi disponibilizada aos titulares dos CRI por meio do Material de Apoio ("Alienação Fiduciária de Imóvel Adicional" e o "Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel Adicional", respectivamente), sendo certo que o Imóvel Adicional encontra-se em fase de desmembramento, de modo que, caso seja concretizado o desmembramento da matrícula do Imóvel Adicional, nos termos previstos no Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel Adicional, a definição de Imóvel Adicional passará a englobar, automaticamente, (i) os Imóveis Resultantes do Desmembramento (conforme definido no Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel Adicional); e (ii) caso um dos Imóveis Resultantes do Desmembramento (conforme definido no Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel Adicional) seja liberado da garantia, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel Adicional, a Alienação Fiduciária de Imóvel Adicional vigerá tendo como objeto apenas o Imóvel Resultante do Desmembramento (conforme definido no Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel Adicional) remanescente. Adicionalmente, a Alienação Fiduciária de Imóvel Adicional poderá ser terminada ou resolvida, mediante solicitação da Arinavi com, no mínimo, 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data do efetivo término ou resolução, caso seja atingido o Índice Financeiro (conforme definido no Termo de Securitização) equivalente ou inferior a 2,5x, calculado conforme procedimentos previstos na Escritura de Emissão de Nota Comercial, no Contrato de Cessão e no Termo de Securitização, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel Adicional. O Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel deverá ser protocolado e registrado perante o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Dourados, no Estado do Mato Grosso do Sul nos prazos ali previstos; **f)** Caso seja aprovada a constituição da Alienação Fiduciária de Imóvel Adicional, conforme item acima, aprovar a diminuição do Montante da Cessão Fiduciária (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis) da seguinte forme: (i) a partir da data em que a Arinavi comprove à Securitizadora a conclusão do registro do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel Adicional perante o Cartório de Registro de Imóveis competente, e desde que tenha sido apresentado, pela Arinavi à Securitizadora, laudo de avaliação do Imóvel Adicional emitido por um dos Avaliadores Autorizados (conforme definido no Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel Adicional) em que conste que o valor de venda forçada do Imóvel Adicional é equivalente ou superior a R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), o Montante da Cessão Fiduciária passará a ser de R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais); e (ii) a partir do último Dia Útil do 6º (sexto) mês contado da data em for concluído o registro do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel Adicional perante o Cartório de Registro de Imóveis competente, e desde que não esteja em curso ou tenha ocorrido qualquer Evento de Vencimento Antecipado e Recompra Compulsória (conforme definido no Termo de Securitização), o Montante da Cessão Fiduciária passará a ser de R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) (sendo este item "ii" denominado "Redução do Montante da Cessão Fiduciária para 20MM"), conforme previsto na cláusula 3.1.5 do "*Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia Sob Condição Suspensiva e Outras Avenças*" celebrado entre a ABV, a Arinavi e a Emissora em 29 de outubro de 2021, conforme aditado de tempos em tempos ("Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis"); **g)** Caso seja aprovada a constituição da Alienação Fiduciária de Imóvel Adicional, conforme item acima, aprovar a liberação de recursos constantes na Conta Arrecadadora de acordo com os seguintes termos e condições: os montantes que eventualmente estejam retidos na Conta Arrecadadora, caso aplicável, na data da Redução do Montante da Cessão Fiduciária para 20MM e que serão liberados à ABV, até o limite de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) ("Valor a Liberar"), permanecerão retidos e serão utilizados mensalmente pela Securitizadora, de forma fracionada, em valores correspondentes à amortização e remuneração dos CRI, conforme cronograma de pagamentos previsto no Termo de Securitização, para a realização do pagamento de cada parcela dos Créditos Imobiliários Nota Comercial (conforme definido no Termo de Securitização) e dos Créditos Imobiliários Locações (conforme definido no Termo de Securitização). De forma a restar claro, (i) tais liberações deverão corresponder ao pagamento das parcelas dos Créditos Imobiliários Nota Comercial e dos Créditos Imobiliários Locações, sendo certo que a ABV e a Arinavi permanecerão responsáveis por todo e qualquer valor que sobejar o Valor a Liberar; e (ii) o Valor a Liberar não será considerado para os fins de apuração e verificação do Montante da Cessão Fiduciária. De forma exemplificativa, caso, na data da Redução do Montante da Cessão Fiduciária para 20MM, o valor dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente retidos na Conta Arrecadadora corresponda, por qualquer motivo, a R$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), (a) serão liberados R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) diretamente à Fiduciante; (b) os demais R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) serão utilizados mensalmente pela Securitizadora, de forma fracionada, em valores correspondentes à amortização e remuneração dos CRI, conforme cronograma de pagamentos previsto no Termo de Securitização, para a realização do pagamento de cada parcela dos Créditos Imobiliários Nota Comercial e dos Créditos Imobiliários Locações; e (c) por fim, R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) deverão permanecer retidos na Conta Arrecadadora; **h)** Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar o deliberado no âmbito da presente Assembleia Geral, incluindo, sem limitação, (i) o 1º (primeiro) aditamento à Escritura de Emissão de Nota Comercial; (ii) o 2º (segundo) aditamento ao Contrato de Cessão; (iii) o 3º aditamento ao Termo de Securitização; (iv) o 3º (terceiro) aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária; e (v) o Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel Adicional, conforme previstos e constantes no Material de Apoio à Assembleia Geral; **i)** Aprovar a contratação de escritório de advocacia de primeira linha, conforme informações constantes no Material de Apoio, para a realização da auditoria jurídica sobre o Imóvel Adicional, a análise de determinadas certidões da Arinavi passíveis de emissão por meio da rede mundial de computadores e elaboração dos instrumentos necessários para a implementação das deliberações aqui previstas. Para os fins de clareza, a autoria jurídica realizada por tal escritório terá o escopo restrito do Imóvel Adicional, determinadas certidões da Arinavi passíveis de emissão por meio da rede mundial de computadores e, adicionalmente, serão analisados os documentos societários da ABV e da Arinavi para os fins da verificação dos poderes de assinatura da ABV e da Arinavi no âmbito dos instrumentos retromencionados, sendo certo que a ABV e a Arinavi declararão que as certidões não obtidas previamente à convocação da presente Assembleia Geral não impactam na repactuação dos CRI e/ou na capacidade da ABV e Arinavi de adimplirem com suas obrigações oriundas dos documentos a serem assinados em decorrência das deliberações constantes neste edital. Caso sejam aprovadas as matérias previstas acima, determinados fatores de risco constantes no Termo de Securitização serão atualizados para refletir os ajustes realizados nos demais documentos da Emissão, conforme previsto no Material de Apoio a este instrumento. O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI ("Material de Apoio") foi disponibilizado aos Titulares de CRI por e-mail, juntamente com este edital, e está disponível (i) no site da Emissora: (www.virgo.inc); e (ii) no site da CVM (www.cvm.gov.br). A Emissora ressalta que a minuta do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel Adicional constante no Material de Apoio é parte integrante e indissociável deste edital, de modo que deve ser integralmente lida e entendida pelos Titulares dos CRI anteriormente à tomada de decisão sobre os assuntos tratados neste instrumento. A Emissora deixa registrado, para fins de esclarecimento, que o quórum de instalação da Assembleia Geral em primeira convocação será com a presença de Titulares de CRI que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos CRI em Circulação (conforme definido no Termo de Securitização) e, em segunda convocação, com qualquer número, conforme a cláusula 11.8 do Termo de Securitização. A deliberação relativa à Inclusão de Vedação Adicional e da Obrigação de Averbação do Georreferenciamento será aprovada, em primeira convocação, por Titulares de CRI que representem a maioria absoluta dos CRI em Circulação (conforme definido no Termo de Securitização) e, em segunda convocação, por Titulares dos CRI que representem, no mínimo, maioria simples dos CRI em Circulação (conforme definido no Termo de Securitização), presentes à referida Assembleia Geral de Titulares dos CRI, desde que representem, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) dos CRI em Circulação (conforme definido no Termo de Securitização), conforme a cláusula 11.14 do Termo de Securitização. Já as demais deliberações previstas neste edital serão aprovadas, tanto em primeira convocação quanto em segunda convocação, por Titulares de CRI que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos CRI em Circulação (conforme definido no Termo de Securitização), desde que presentes no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos CRI em Circulação (conforme definido no Termo de Securitização) na Assembleia Geral, conforme a cláusula 11.15 do Termo de Securitização. A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, por meio do sistema "Microsoft Teams" de conexão via internet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para monitoramento@virgo.inc com cópia para **juridico@virgo.inc** e ao Agente Fiduciário para **af.assembleias@oliveiratrust.com.br** preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia Geral, podendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular de CRI; (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia Geral, obedecidas as condições legais; e (d) manifestação de voto, conforme o caso. O Titular de CRI poderá optar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar por videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia a Agente Fiduciário, preferencialmente, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia Geral, mas necessariamente até o horário de início da Assembleia. A Emissora disponibilizará modelo de documento a ser adotado para envio da manifestação de voto à distância por e-mail e em sua página eletrônica (https://virgo.inc) e através do seu Material de Apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI por e-mail e na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular do CRI ou por seu representante legal, assinada de forma eletrônica (com ou sem certificados digitais emitidos pela ICP--Brasil) ou não; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada; e (iii) no caso de o Titular do CRI ser pessoa jurídica, deverá ser acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou contrato social ou estatuto Social que comprove os respectivos poderes. Conforme previsto na Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia Geral que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assembleia Geral será integralmente gravada.

São Paulo, 5 de abril de 2024. **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

Brasil repudia ação de Israel contra agentes humanitários e hospital

Em nota publicada na quinta-feira (4), o Ministério das Relações Exteriores (MRE) do Brasil repudiou o assassinato de trabalhadores humanitários na Faixa de Gaza na última segunda-feira (1º). Sete agentes da organização não governamental (ONG) World Central Kitchen morreram vítimas de um ataque aéreo enquanto entregavam comida para a população civil.

"O governo brasileiro tomou conhecimento, com profunda consternação, de ataque aéreo israelense, ocorrido em 1º de abril, na região de Deir el-Balah, na Faixa de Gaza, no qual sete trabalhadores da ONG humanitária World Central Kitchen (WCK) foram mortos", afirmou o Itamaraty.

A diplomacia brasileira repudiou ainda os danos humanos e materiais causados pela invasão que Israel realizou ao hospital Al-Shifa, responsável por cerca de 30% da capacidade hospitalar de Gaza. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), o centro hospitalar não pode seguir atendendo a população.

"O governo brasileiro deplora também as mortes de civis e trabalhadores de saúde palestinos e os danos causados por ação militar das últimas semanas, que resultou na destruição do hospital Al-Shifa, em contexto no qual a assistência médica à população de Gaza é fundamental", diz a nota do MRE.

O Itamaraty ainda prestou homenagem aos familiares e povos dos países vítimas do ataque à ONG de ajuda humanitária. No ataque israelense, morreram trabalhadores da Austrália, Reino Unido, Estados Unidos, Canadá e Polônia.

"O Brasil lamenta que mais de 200 agentes humanitários tenham sido mortos na Faixa de Gaza desde outubro de 2023. Esse número é o maior da história da ONU e representa, em menos de seis meses de conflito, quase três vezes mais vítimas entre trabalhadores humanitários do que jamais registrado em um único conflito, no período de um ano", acrescentou o comunicado.

O Itamaraty pediu ainda que Israel cumpra a exigência de cessar-fogo imediato aprovada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU), em 25 de março, e relembrou que as medidas cautelares proferidas pela Corte Internacional de Justiça (CIJ) tem caráter obrigatório e devem ser cumpridas por Israel.

O governo do primeiro-ministro israelense Benjamin Netanyahu afirmou que o ataque aos trabalhadores da ONG humanitária foi por engano e lamentou as mortes.

Com o ataque, a organização suspendeu a entrega de alimentos em Gaza e cerca de 240 toneladas de comida deixaram de ser entregue a população civil, afetada pela fome que se aprofunda com o passar dos meses de conflito.

Os Estados Unidos e outros países aliados de Tel Aviv pediram investigações sobre o o ataque ao comboio humanitário, que teve ampla repercussão internacional.

Sobre a invasão ao Hospital Al Shiva, Israel alegou que o local era usado por militares dos Hamas. O grupo e os profissionais de saúde negam que as instalações eram usadas para fins militares. Já a OMS diz que é inaceitável qualquer ataque militar contra hospitais ou o uso de instalações de saúde para fins militares. (Agência Brasil)

TV 3.0 viabilizará serviços por meio de canais abertos

A nova tecnologia a ser implementada na TV Digital brasileira representará uma nova etapa também para a comunicação pública do país. Ao integrar canais abertos com internet, a TV 3.0 poderá disponibilizar serviços e políticas públicas principalmente para a população de baixa renda.

Os desafios para atingir esses objetivos não são poucos. Alguns deles foram apresentados na mesa Perspectivas para TVs Públicas, na quinta-feira (4), em seminário promovido, em Brasília, pelo Ministério das Comunicações para detalhar como será a TV 3.0.

A mesa contou com a participação da diretora geral da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), Maíra Bittencourt (foto). Para ela, um dos desafios a serem encarados pela comunicação pública na nova plataforma envolve questões relativas à infraestrutura física para distribuição e implementação de conteúdos e serviços.

"Nesse sentido, vamos precisar de alguns avanços tecnológicos", disse a diretora ao se referir a investimentos necessários visando "boas respostas de internet" por meio de uma rede de infraestrutura física voltada à entrega de conteúdo, chamada CDN, destinada ao campo público.

Segundo ela, essa rede precisa ser distribuída em todo território e com velocidade adequada, inclusive fora dos grandes centros.

"Há necessidade de internet com boa resposta tanto para quem vai gerar conteúdo como para quem vai consumir esse conteúdo. Às vezes parece que quem precisa ter uma boa internet é quem acessa conteúdo. Mas quem gera conteúdo precisa ter uma internet ainda melhor", acrescentou.

A nova TV Digital, segundo Maíra Bittencourt, ajudará a aproximar diferentes veículos de comunicação pública. Entre eles, os vinculados à rede nacional de comunicação pública coordenada pela EBC.

"Refiro-me a TVs estaduais; a TVs ligadas a universidades estaduais, municipais e federais; e aos institutos federais. Vejo aqui uma presença massiva de parceiros ligados principalmente a instituições de ensino, que trazem no seu fundamento de existência essa preocupação com a educação, com a cultura, com o desenvolvimento tecnológico. Elas contribuem não somente no campo da comunicação – no fazer chegar a partir da Radiodifusão –, mas também no desenvolvimento das próprias tecnologias que nos permitem isso", argumentou a diretora da EBC.

Outro desafio observado pela diretora é o desenvolvimento de aplicativos voltados a entidades públicas. "Precisamos primeiro ver o que já foi desenvolvido e o que está sendo pensado como a entrada inicial, a partir de uma tela de aplicativo, para então, a partir dali cada um, cada entidade pública possa, pensar o seu aplicativo, enquanto campo público".

E acrescentou: "vamos pensar coletivamente como será a experiência do usuário no lado de dentro dos nossos aplicativos. Temos algumas estruturas já desenvolvidas de aplicativos de stream, como, por exemplo, o nosso TV Brasil Play. Mas sabemos que podemos avançar muito mais, porque temos outras possibilidades e potencialidades com a TV 3.0", acrescentou.

Questões como estas já vêm sendo debatidas, segundo a diretora, no âmbito do grupo de trabalho voltado à TV 3.0. "Agora, precisamos aproveitar esse momento de expansão para, depois, gradativamente migrarmos para a nova tecnologia".

Perguntada sobre como a TV 3.0 poderá colaborar para a inclusão digital da população de baixa renda, Maíra disse que este é também um desafio a ser encarado, inclusive, visando uma maior integração dos serviços públicos.

"A gente chegou a levantar essa possibilidade por meio do espaço SouGov. Há a possibilidade de integrar ele, o cadastro da TV e, também, o cadastro de serviços para que se possa ter, pela tela da televisão, acesso a serviços que hoje ainda são difíceis pelos dispositivos móveis em comunidades de baixa renda", acentuou.

Engenheiro de telecomunicações da Câmara dos Deputados, Carlos Neiva disse que a TV 3.0 trará uma série de oportunidades para os veículos públicos de comunicação.

"Além de ampliar o alcance, possibilitará a criação de novas faixas de canalização, bem como o direcionamento de políticas públicas nas mais diversas áreas", disse, referindo-se, em especial, às áreas de saúde e de educação.

"Mas para isso, como disse a Maíra, será preciso garantir estrutura de CDN. Só assim seremos acessíveis a todos", afirmou o engenheiro ao enfatizar serem também necessários "investimento eficiente de recursos e políticas públicas para viabilizar o acesso aos novos receptores". (Agência Brasil)

POLLARIX S.A.

CNPJ nº 04.755.710/0001-82

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas, as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Queremos agradecer aos nossos clientes, fornecedores e prestadores de serviços, pelo apoio, cooperação e a confiança em nós depositada e, em especial aos nossos colaboradores pelo empenho apresentado.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 *(Em milhares de reais)*

Balanço patrimonial

ATIVO	Nota	2023	2022
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	10	10.121	12.894
Aplicações financeiras	11	7.758	10.123
Contas a receber de clientes	12	18.820	3.330
Tributos a recuperar		6.002	1.974
Dividendos a receber	13	46.132	40.731
Contratos futuros de energia	17	-	22.600
		88.833	**91.652**
Ativo não circulante			
Contratos futuros de energia	17	-	20.617
Investimentos	14	325.558	342.115
		325.558	**362.732**
Total do ativo		**414.391**	**454.384**

PASSIVO	Nota	2023	2022
Passivo circulante			
Fornecedores	15	21.953	9.784
Tributos a recolher		2.696	-
Dividendos a pagar	13	-	24.126
Contratos futuros de energia	17	32.160	44.537
		56.809	**78.447**
Passivo não circulante			
Contratos futuros de energia	17	45.609	49.667
		45.609	**49.667**
Total do passivo		**102.418**	**128.114**
Patrimônio líquido	16		
Capital social		201.885	201.885
Reservas de lucros		110.088	124.385
		311.973	**326.270**
Total do passivo e patrimônio líquido		**414.391**	**454.384**

Demonstração das mutações no patrimônio líquido

	Nota	Capital social	Reserva de lucros – Legal	Reserva de lucros – Retenção	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2022		**180.154**	**22.509**	**150.623**	**-**	**353.286**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	101.585	101.585
Total do resultado abrangente do exercício		**-**	**-**	**-**	**101.585**	**101.585**
Aumento de capital	16 (a)	21.731	-	-	-	21.731
Dividendos adicionais	1.1 (a)	-	-	(126.206)	-	(126.206)
Dividendos mínimos obrigatórios	16 (d)	-	-	-	(24.126)	(24.126)
Constituição de reserva legal	16 (b)	-	5.079	-	(5.079)	-
Constituição de reserva de retenção do resultado	16 (b)	-	-	72.380	(72.380)	-
Total de contribuições e distribuições aos acionistas		**21.731**	**5.079**	**(53.826)**	**(101.585)**	**(128.601)**
Em 31 de dezembro de 2022		**201.885**	**27.588**	**96.797**	**-**	**326.270**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	119.628	119.628
Total do resultado abrangente do exercício		**-**	**-**	**-**	**119.628**	**119.628**
Dividendos adicionais	1.1 (a)	-	-	(105.513)	-	(105.513)
Dividendos mínimos obrigatórios	16 (d)	-	-	-	(28.412)	(28.412)
Constituição de reserva legal	16 (b)	-	5.981	-	(5.981)	-
Constituição de reserva de retenção do resultado	16 (b)	-	-	85.235	(85.235)	-
Total de Contribuições e distribuições aos acionistas		**-**	**5.981**	**(20.278)**	**(119.628)**	**(133.925)**
Em 31 de dezembro de 2023		**201.885**	**33.569**	**76.519**	**-**	**311.973**

Demonstração do resultado

	Nota	2023	2022
Receita líquida da venda de energia	4	58.186	35.936
Custo de compra de energia e operação	5	(84.752)	(47.613)
Prejuízo bruto		**(26.566)**	**(11.677)**
Despesas operacionais	5		
Gerais e administrativas		(637)	(793)
Outras despesas operacionais, líquidas		(28.492)	(63.306)
		(29.129)	**(64.099)**
Prejuízo operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro		**(55.695)**	**(75.776)**
Resultado de participações societárias			
Equivalência patrimonial	14	172.962	174.754
Resultado financeiro líquido	6		
Receitas financeiras		2.573	3.081
Despesas financeiras		(212)	(474)
		2.361	**2.607**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**119.628**	**101.585**
Imposto de renda e contribuição social	7		
Correntes		-	-
Lucro líquido do exercício		**119.628**	**101.585**
Quantidade média ponderado de ações ON e PN - Em milhares		266.451	253.295
Lucro básico e diluído por ação ON e PN (em reais)		0,45	0,40

Demonstração do resultado abrangente

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**119.628**	**101.585**
Outros resultados abrangentes líquidos dos impostos de renda e contribuição social	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**119.628**	**101.585**

Demonstração do fluxo de caixa

	Nota	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		119.628	101.585
Juros, variações monetárias e cambiais		(2.573)	(3.022)
Contratos futuros de energia	17	26.782	50.987
Equivalência patrimonial	14 (b)	(172.962)	(174.754)
		(29.125)	**(25.204)**
Diminuição (aumento) em ativos			
Contas a receber de clientes		(15.490)	397
Tributos a recuperar		2.226	(2.764)
Aumento (diminuição) em passivos			
Fornecedores		12.169	(8.990)
Tributos a recolher		(3.491)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		**(33.711)**	**(36.561)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Movimentação de aplicações financeiras		4.858	3.168
Compra de participação adicional - Enercan	14 (a)	-	(21.731)
Recebimento de dividendos		152.545	206.476
Recebimento de juros sobre capital próprio	14 (b)	6.586	-
Redução (aumento) de capital em investidas	14 (b)	25.000	-
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento		**188.989**	**187.913**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital	16 (a)	-	21.731
Pagamento de dividendos		(158.051)	(176.397)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		**(158.051)**	**(154.666)**
Decréscimo em caixa e equivalentes de caixa		(2.773)	(3.314)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**12.894**	**16.208**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**10.121**	**12.894**

Diretoria

Juan Ignacio Rosado Gomez De La Torre - Diretor Presidente

Jones Aparecido Belther - Diretor

Mauro Davi Boletta - Diretor

Marcio Luis Silva Godoy - Diretor

Luis Alexandre Catussi Paschoalotto - Diretor

Contadora

Jamilly Rodrigues Ignacio - CRC: PR-074815/O-6

Resumo do Relatório do Auditor Independente

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 04 de abril de 2024, sem modificações.

10B BIO PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 36.584.350/0001-90

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda leitura das demonstrações financeiras individuais e consolidadas completas auditadas, elaboradas na forma de legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas completas auditadas estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: www.jornalodiasp.com.br

Relatório da Administração

Prezados acionistas,

A Administração da 10B Bio Participações S.A. ("10B Bio" ou "Companhia") submete à apreciação de V.Sas. o relatório da Administração e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia apresentou no exercício um prejuízo de R$ 10,5 milhões comparado a lucro líquido de R$ 10,9 milhões no exercício anterior, decorrente da redução da receita operacional líquida da controlada Agrivalle Brasil Indústria e Comércio de Produtos Agrícolas S.A. "Agrivalle". O ano de 2023 se mostrou adverso para o Agronegócio, tivemos redução nos preços das *commodities*, aumento expressivo na taxa de juros da economia, fatores climáticos (El Niño) que colaboraram de forma negativa, também maior nível de estoque nos clientes em 2023 em razão da Guerra Rússia x Ucrânia, com isso, a geração de demanda do setor foi impactada, afetando o resultado da Companhia. Esperamos para 2024 reversão deste cenário. **Breve histórico da Companhia:** A 10B Bio Participações S.A. é uma *holding*, investida pelo 10B Bio Fundo de Investimento em Participações, possui investimentos nas companhias Agrivalle Brasil Indústria e Comércio de Produtos Agrícolas S.A. e Massen Produtos Biológicos S.A. doravante denominadas em conjunto como Companhias. Seguindo o plano de crescimento e de reorganização societária, em 28 de novembro de 2023 a investida MFB Agrícola Industria e Comércio S.A. foi incorporada pela também investida Agrivalle Brasil Indústria e Comércio de Produtos Agrícolas S.A. A Companhia atua no segmento de bioinsumos que atua no mercado agrícola desenvolvendo produtos biológicos, fertilizantes, bioestimulantes, adjuvantes e inoculantes para as mais diversas culturas, oferendo soluções customizadas e regenerativas, para atender as necessidades reais dos produtores. **Principais eventos de 2023:** No ano de 2023 a Companhia investiu no projeto de Biorreator que permite a multiplicação dos micro-organismos e também no ERP da SAP S/4Hana. A Administração agradece a confiança dos acionistas e o comprometimento de todos os seus colaboradores.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	9	312	117	43.056	13.856
Contas a receber de clientes	10	-	-	105.661	109.157
Estoques	11	-	-	54.166	23.247
Adiantamento a fornecedores e diversos		-	-	10.897	3.811
Outros investimentos	12	-	-	-	1.335
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	21	2.776	6.168	-	-
Impostos e contribuições a recuperar	20a	5	875	10.560	5.913
Outros ativos		58	165	1.394	1.374
Total do ativo circulante		**3.151**	**7.324**	**225.734**	**158.692**
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Outros investimentos	12	-	-	6.689	7.342
Outros ativos		-	-	34	34
Impostos diferidos	25	12.020	8.586	26.205	18.703
Total realizável a longo prazo		**12.020**	**8.586**	**32.929**	**26.079**
Investimentos	13	280.003	299.478	-	-
Direito de uso	14	-	-	23.981	25.926
Imobilizado	15	-	-	68.958	64.291
Intangível	16	-	-	161.043	176.287
Total do ativo não circulante		**292.023**	**308.064**	**286.910**	**292.583**
Total do ativo		**295.174**	**315.388**	**512.644**	**451.274**

Passivos	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Fornecedores e outras contas a pagar	17	19	22	17.631	14.395
Empréstimos e financiamentos	18	-	-	54.959	38.737
Arrendamento a pagar	14	-	-	3.391	2.664
Salários e encargos	19	-	-	6.582	9.213
Impostos e contribuições a recolher	20b	494	1.470	808	3.661
Imposto de renda e contribuição social	20c	675	-	984	212
Instrumentos financeiros derivativos	29	-	-	1.017	612
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	21	3.000	21.989	-	18.989
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Pagar	21	2.800	5.300	2.800	5.300
Outros passivos	23	807	296	22.239	19.477
Total do passivo circulante		**7.795**	**29.077**	**110.411**	**113.260**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	18	-	-	91.015	27.475
Arrendamento a pagar	14	-	-	23.289	24.921
Provisão para perdas prováveis com investimentos	13	-	919	-	-
Provisões para contingências	22	-	-	551	72
Outros passivos	23	-	-	-	153
Total do passivo não circulante		**-**	**919**	**114.855**	**52.621**
Patrimônio líquido	24				
Capital social		172.652	172.652	172.652	172.652
(-) Capital a integralizar		(1.493)	(20.482)	(1.493)	(20.482)
Ações em tesouraria		(3.256)	-	(3.256)	-
Resultado abrangente		134.092	137.348	134.092	137.348
Reserva de capital		3.256	-	3.256	-
Reserva legal		105	105	105	105
Prejuízos acumulados		(17.978)	(4.231)	(17.978)	(4.231)
Total do patrimônio líquido		**287.379**	**285.393**	**287.379**	**285.393**
Total do passivo		**7.795**	**29.995**	**225.266**	**165.881**
Total do passivo e patrimônio líquido		**295.174**	**315.388**	**512.644**	**451.274**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social – Subscrito	Capital social – A integralizar	Capital social – Total	Ações em tesouraria	Reserva de capital	Resultado abrangente	Reservas de lucros – Legal	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021		**172.652**	**(42.835)**	**129.817**	**-**	**-**	**137.348**	**-**	**(8.752)**	**258.413**
Integralização em moeda corrente do país	24a	-	22.353	22.353	-	-	-	-	-	22.353
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	10.861	10.861
Constituição de reserva legal	24e	-	-	-	-	-	-	105	(105)	-
Juros sobre o capital próprio	24g	-	-	-	-	-	-	-	(6.235)	(6.235)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**172.652**	**(20.482)**	**152.170**	**-**	**-**	**137.348**	**105**	**(4.231)**	**285.393**
Integralização de capital	24a	-	18.989	18.989	-	-	-	-	-	18.989
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	-	(10.453)	(10.453)
Ações próprias adquiridas	24b	-	-	-	(3.256)	-	-	-	-	(3.256)
Constituição de reserva de capital	24c	-	-	-	-	3.256	(3.256)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	24g	-	-	-	-	-	-	-	(3.294)	(3.294)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**172.652**	**(1.493)**	**171.159**	**(3.256)**	**3.256**	**134.092**	**105**	**(17.978)**	**287.379**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1. Contexto operacional: A 10B Bio Participações S.A. ("10B Bio" ou "Companhia"), constituída em 04 de março de 2020 como uma sociedade anônima de capital fechado é sediada na cidade de São Paulo, na Avenida Magalhães de Castro, 4800, bairro Cidade Jardim, estado de São Paulo, tem como atividade preponderante a participação em outras sociedades. Estas demonstrações financeiras consolidadas abrangem a Companhia e suas controladas ("Grupo"). O Grupo tem como atividades principais a fabricação de fertilizantes e defensivos biológicos e outros produtos químicos. **2. Relação de entidades controladas:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Controladora 10B Bio Participações S.A. e as seguintes controladas:

	Controlada	Países	Participação acionária 2023	Participação acionária 2022
Agrivalle Brasil Ind. e Com. de Produtos Agrícolas S.A. ("Agrivalle")	Direta	Brasil	100,00%	100,00%
Agrivalle Paraguay Industria Y Comercio de Productos Agropecuarios E.A.S ("Agrivalle Paraguay")	Indireta	Paraguai	100,00%	-
MFB Agrícola Ind. e Com S.A. ("MFB")	Direta	Brasil	-	100,00%
Massen Produtos Biológicos S.A. ("Massen")	Direta	Brasil	100,00%	100,00%

Em 28 de novembro de 2023, de acordo com realização da Ata de Assembleia Geral extraordinária, a controlada MFB, foi incorporada na também controlada Agrivalle, qual, sucedera em todos os seus diretos e obrigações. **3. Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base na continuidade operacional que pressupõe que a Companhia e suas controladas conseguirão cumprir suas obrigações. **Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)** - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 28 de fevereiro de 2023. Detalhes sobre as políticas contábeis materiais da Companhia e suas controladas estão apresentadas na nota explicativa nº 8. **4. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **5. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são consistentes com o gerenciamento de riscos da Companhia e suas controladas e com os compromissos relacionados ao clima, quando apropriado. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **6. Mudanças nas políticas contábeis materiais: (a) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação:** A Companhia e suas controladas avaliaram o imposto diferido relacionado a ativos e passivos que surgem de uma única transação (alterações ao CPC 32) a partir de 1º de janeiro de 2023. Para um arrendamento específico a Companhia e suas controladas contabilizaram anteriormente as diferenças temporárias de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento são consideradas pela base líquida (o arrendamento). Após as alterações, a Controlada Agrivalle reconheceu um ativo fiscal diferido separado em relação a seus passivos de arrendamento em relação a seus ativos de direito de uso. No entanto, essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **(b) Imposto mínimo complementar global** - A Companhia e suas controladas avaliaram a Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo do Pilar Dois (alterações ao CPC 32) quando da sua publicação. Tais alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras Consolidadas da Companhia e suas controladas. **(c) Informação de políticas contábeis materiais** - A Companhia e suas controladas também adotaram a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º de janeiro de 2023. A Administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na Nota explicativa nº 8 Políticas contábeis materiais (2022: Principais políticas contábeis) em determinados casos, de acordo com as alterações. **7. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo; • Instrumentos financeiros não derivativos, designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo; e • Ativos adquiridos e passivos assumidos decorrentes da combinação de negócios, incluindo contraprestação contingente, são mensurados pelo valor justo. **8. Políticas contábeis materiais:** A Companhia e suas controladas têm aplicado as políticas contábeis materiais de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **9. Patrimônio líquido: a. Capital social** - O capital social, subscrito em 31 de dezembro de 2023 e 2022, é de R$ 172.652 distribuídos em 10.000.000 de ações ordinárias pelos acionistas. **b. Juros sobre o capital próprio - "JCP"** - A política de distribuição de dividendos prevê que a Companhia poderá remunerar os acionistas por meio de dividendos e/ou JCP, conforme estabelecido no Estatuto Social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a 10B Bio destinou a título de Juros sobre Capital Próprio o valor equivalente a R$ 3.294 (R$ 6.235 em 2022). **10. Eventos subsequentes:** ***Investimentos*** - A controlada Agrivalle em 03 de janeiro de 2024 firmou um contrato com as empresas ***Bymycell Inva Simples Ltda. e Blackgenn Inova Simples Ltda***, doravante simplesmente denominadas "Sociedades", relativo a investimento financeiro nas Sociedades, por meio de subscrição de quotas e mútuo conversível, conforme informações do Instrumento Particular – Contrato de Investimento, Mútuo Conversível em Outras Avenças. As Sociedades atuam no sequenciamento de genomas completos de bactérias, fungos e plantas, a partir do DNA, além de atuar na engenharia de microrganismos.

André Kraide Monteiro - Diretor

André Moreno Uberti - Diretor financeiro

Carlos Alberto Ramalho da Silva - Contador CRC nº 1SP301054/O-8

Demonstrações de resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita operacional líquida	26	-	-	203.696	240.384
Custos dos produtos vendidos	27	-	-	(54.318)	(69.364)
Lucro bruto		**-**	**-**	**149.378**	**171.020**
Despesas comerciais	27	-	-	(25.437)	(18.615)
Despesas gerais e administrativas	27	(382)	(582)	(106.532)	(107.830)
Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas	27	(22.727)	(22.972)	(22.647)	(25.298)
(Prejuízo) lucro antes das receitas (despesas) financeiras e cambiais líquidas e dos impostos		**(23.109)**	**(23.554)**	**(5.238)**	**19.277**
Receitas financeiras	28	8	2	18.381	11.530
Despesas financeiras	28	(165)	(566)	(29.243)	(25.717)
Financeiras e cambiais líquidas		**(157)**	**(564)**	**(10.862)**	**(14.188)**
Resultado de equivalência patrimonial	13	10.055	31.545	(103)	-
Resultado antes dos impostos		**(13.212)**	**7.427**	**(16.203)**	**5.089**
Imposto de renda e contribuição social - correntes	25	(675)	-	(1.752)	(1.654)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	25	3.434	3.434	7.502	7.426
(Prejuízo) líquido lucro do exercício		**(10.453)**	**10.861**	**(10.453)**	**10.861**
(Prejuízo) lucro líquido por ação do capital final - R$		(1,05)	1,09		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações de resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - *(Em milhares de Reais)*

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
(Prejuízo) líquido lucro do exercício	(10.453)	10.861	(10.453)	10.861
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	**(10.453)**	**10.861**	**(10.453)**	**10.861**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		**(10.453)**	**10.861**	**(10.453)**	**10.861**
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa e equivalente de caixa gerados pelas atividades operacionais:					
Imposto de renda e contribuição social - diferido	25	(3.434)	(3.434)	(7.502)	(7.426)
Depreciação e amortização	27	22.727	22.727	32.266	29.109
Baixas imobilizado e intangível	15 e 16	-	-	1.632	1.354
Baixas direito de uso	14	-	-	-	2.385
Provisão para perdas de crédito esperadas	10	-	-	(290)	103
Provisão para devolução líquido e AVP		-	-	(221)	3.113
Provisão de contingência	22	-	-	479	72
Juros sobre empréstimos e financiamentos	18	-	-	13.559	8.324
Juros sobre o arrendamento	14	-	-	2.008	2.255
Variação cambial	18	-	-	(1.621)	(1.972)
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	405	612
Resultado da equivalência patrimonial, líquido de impostos	13	(10.055)	(31.545)	-	-
Variação nas contas de ativos e passivos					
Estoques		-	-	(30.919)	(2.681)
Contas a receber de clientes e outros recebíveis		-	-	4.008	(8.036)
Adiantamento a fornecedores		-	-	(7.086)	(601)
Outros créditos		976	724	(4.668)	(2.940)
Fornecedores e outras contas a pagar		(3)	22	4.157	9.917
Salários e encargos		-	-	(2.631)	235
Impostos e contribuições		(795)	(269)	(1.595)	3.365
Outros passivos		510	(104)	2.608	9.295
Caixa (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais		**(526)**	**(1.018)**	**(5.864)**	**57.342**
Pagamentos de juros de empréstimos	18	-	-	(8.049)	(7.880)
Pagamentos de juros do arrendamento	14	-	-	(2.008)	(2.255)
Impostos pagos sobre o lucro		-	-	(980)	(3.982)
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais		**(526)**	**(1.018)**	**(16.900)**	**43.226**
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Outros investimentos	12	-	-	1.988	1.006
Aquisição de imobilizado e intangível	15 e 16	-	-	(19.885)	(38.554)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos		**-**	**-**	**(17.897)**	**(37.548)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Recursos provenientes de aporte de capital de acionistas	24a	-	22.353	-	22.353
Recursos provenientes de novos empréstimos	18	-	-	116.728	74.580
Pagamento de empréstimos e financiamentos	18	-	-	(41.779)	(68.136)
Pagamento aos sócios referente contrato SPA		-	(21.791)	-	(21.791)
Pagamento de ações próprias adquiridas		(3.256)	-	(3.256)	-
Pagamento do arrendamento	14	-	-	(2.396)	(5.382)
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	24c	9.276	3.157	-	-
Pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio	24c	(5.300)	(2.817)	(5.300)	(2.817)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos		**720**	**902**	**63.998**	**(1.192)**
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		**195**	**(116)**	**29.200**	**4.486**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		117	233	13.856	9.370
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		**312**	**117**	**43.056**	**13.856**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da 10B Bio Participações S.A. - São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da 10B Bio Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da 10B Bio Participações S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 28 de fevereiro de 2024.

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda. — **CRC 2SP 027666/0 5 F SP**

Priscila Moscardini Soares Diniz — Contadora CRC 1SP289386/O-0

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

BRZ INFRA S.A.

CNPJ/MF nº 44.493.514/0001-00

Demonstrações Financeiras

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de reais

Ativo	Nota Explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	1	52	22.225	20.841
Contas a receber e outros recebíveis	8	-	-	279.047	281.608
Estoques		-	-	8.936	6.072
Impostos e contribuições a recuperar		11	-	1.891	381
Adiantamentos a fornecedores		-	-	4.206	4.849
Despesas antecipadas		-	-	761	6.733
Total do ativo circulante		**12**	**52**	**317.066**	**320.484**
Não circulante					
Contas a receber e outros recebíveis	8	91	1.042	43.368	19.053
Permanente					
Investimentos	9	425.934	333.914	-	-
Imobilizado	10	-	-	89.878	19.475
Intangível	11	-	-	72.052	56.273
Total do ativo não circulante		**426.025**	**334.956**	**205.298**	**94.800**
Total do ativo		**426.037**	**335.008**	**522.364**	**415.284**

Passivo	Nota Explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Fornecedores e outras contas a pagar		5	1	99.376	34.810
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	8.968	1.905
Provisões e encargos trabalhistas		-	-	14.901	3.803
Obrigações fiscais		8	-	8.220	12.507
Adiantamento de cliente		-	-	249	2.991
Total do passivo circulante		**13**	**1**	**131.714**	**56.016**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	83.626	1.218	47.937	25.510
Provisoes para contingencias	13	-	46	315	15
Total do passivo não circulante		**83.626**	**1.264**	**48.252**	**25.525**
Patrimônio líquido					
Capital social	15	312.190	312.190	312.190	312.190
Reserva legal		1.509	1.077	1.509	1.077
Reserva de lucros		28.699	20.476	28.699	20.476
Total do patrimônio líquido		**342.398**	**333.743**	**342.398**	**333.743**
Total do passivo e patrimônio líquido		**426.037**	**335.008**	**522.364**	**415.284**

Demonstração da mutação do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 - Em milhares de reais

	Capital social Subscrito	Reservas Legal	Reservas Lucros	Resultado do exercício	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2021	312.190	1.071	20.355	-	333.616
Resultado do exercício	-	-	-	127	127
Constituição de reservas	-	6	121	(127)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	312.190	1.077	20.476	-	333.743
Resultado do exercício	-	-	-	8.656	8.656
Constituição de reservas	-	433	8.223	(8.656)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	312.190	1.509	28.699	-	342.398

Demonstrações do Resultado em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Em milhares de reais

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita operacional líquida	-	-	441.394	247.121
Custo dos serviços prestados	-	(119)	(387.657)	(230.935)
Lucro (prejuízo) bruto	-	(119)	53.737	16.186
Despesas operacionais				
Administrativas e gerais	(52)	(6)	(33.723)	(14.691)
Outras receitas (despesas) líquidas	-	-	(2.477)	273
	-	-	(36.200)	(14.418)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	(52)	(125)	17.537	1.768
Receitas financeiras	52	-	1.600	881
Despesas financeiras	-	-	(10.457)	(2.510)
Despesa financeiras liquidas	52	-	(8.857)	(1.629)
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial	8.666	252	-	-
Resultado antes dos impostos	8.666	127	8.680	139
Imposto de renda e contribuição social corrente	(10)	-	(24)	(12)
Imposto de renda e contribuição social diferidos				
Resultado do exercício	8.656	127	8.656	127
Resultado atribuível aos:				
Acionistas controladores	8.656	127	8.656	127
Acionistas não controladores				
Resultado do exercício	8.656	127	8.656	127

Demonstrações dos resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de reais

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Resultado do exercício antes da participação dos acionistas não controladores	8.656	127	8.656	127
Resultado abrangente total	8.656	127	8.656	127
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	8.656	127	8.656	127
Acionistas não controladores				
Resultado abrangente total	8.656	127	8.656	127

Demonstração do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Em milhares de reais

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado do exercício	8.656	127	8.656	127
Depreciação e amortização	-	-	6.031	1.874
Resultado da equivalência patrimonial	(8.666)	(253)	-	-
	(10)	**(126)**	**14.687**	**2.001**
Aumento (Diminuição) em ativos operacionais				
Contas a receber e outros recebíveis	951	(1.042)	(21.754)	(125)
Estoques	-	-	(2.864)	4.570
Impostos e contribuições a recuperar	(11)	-	(1.510)	89
Adiantamentos a fornecedores	-	-	643	564
Despesas antecipadas	-	-	5.972	2.343
Aumento (Diminuição) em passivos operacionais				
Fornecedores e outras contas a pagar	4	1	64.566	5.206
Provisões e encargos trabalhistas	-	-	11.098	(3.191)
Obrigações fiscais	8	-	(4.287)	8.022
Provisão para contingencias	(46)	-	300	15
Adiantamento de cliente	-	-	(2.742)	(2.846)
Caixa líquido das atividades operacionais	**896**	**(1.167)**	**64.109**	**16.648**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Imobilizado	-	-	(76.435)	(14.909)
Intangível	-	-	(15.780)	(12.612)
Aumento de Capital	(83.354)	-	-	-
Caixa líquido das atividades investimentos	**(83.354)**	**-**	**(92.215)**	**(27.520)**
Fluxo de caixa das atividade de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos	82.407	1.218	29.490	19.114
Caixa líquido das atividades investimentos	**82.407**	**1.218**	**29.490**	**19.114**
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	**(51)**	**51**	**1.384**	**8.242**
Caixa e equivalentes de caixa no ínicio do período	**52**	**-**	**20.841**	**12.599**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	**1**	**52**	**22.225**	**20.841**
Variação das contas caixa/bancos e equivalentes de caixa	**(51)**	**52**	**1.384**	**8.242**

Notas explicativas da administração sobre as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto Operacional: A **BRZ Infra S.A.** é uma sociedade anônima, constituída no dia 19 de novembro de 2021, com sede localizada na Av. Engenheiro Luís Carlos Berrini, 1493, Edifício Berrini 1511, 6º andar, conjuntos 61 e 62, sala 02, Cidade Monções, CEP 04571-011, São Paulo - SP. A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, comerciais, civis e concessionárias de serviços públicos, como sócia, acionista ou quotista, bem como prestação de serviços de assessoria e consultoria empresarial, administrativa e/ou financeira.

2 Base de Preparação - a) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC): As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 26 de fevereiro de 2024.

3 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação: Estas informações anuais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de Estimativas e Julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo. A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

5 Base de Mensuração: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico.

6 Principais Políticas Contábeis: As políticas contábeis descritas abaixo em detalhes têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas informações anuais. **a) Imposto de renda e contribuição social - (i) Imposto diferido:** O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando estas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço. A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos. **b) Imobilizado:** Demonstrado ao custo e combinado com os seguintes aspectos: • Imobilizado: depreciação de bens do imobilizado, calculada pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na Nota 10, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens. **c) Capital social - Ações ordinárias:** Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários.

7 Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Caixa e bancos	1	52	22.225	361
Aplicações financeiras	-	-	-	20.480
	1	52	22.225	20.841

8 Contas a Receber e Outros Recebíveis

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Clientes Publico / Misto	-	-	99.833	43.009
Partes relacionadas - operações mensais	91	1.042	222.582	253.600
Outras contas	-	-	-	4.052
	91	1.042	322.415	300.661
Ativo circulante	**-**	**-**	**279.047**	**281.608**
Ativo não circulante	**91**	**1.042**	**43.368**	**19.053**

9 Investimentos

	Controladora 2023	Controladora 2022
Engibras Engenharia S.A	238.269	149.395
Eneplan Engenharia S.A	153.332	153.468
Dreen Engenharia S.A	30.933	31.051
Arko Logistica Ltda.	3.400	-
Total	425.934	333.914

10 Imobilizado

Consolidado	Equipamentos de campo	Equipamentos especiais	Computadores e Periféricos	Móveis e Utensílios	Equipamentos de Instalação	Máquinas	Veiculos	Equipamentos Oficina	Adiantamento p/ imob. Futuras	Total
Custo										
Saldo em 1º de janeiro de 2022	6.852	1.280	573	882	724	74	4.782	30	-	15.197
Adições	891	-	23	13	-	3.935	581	-	9.765	15.208
Baixas										
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.743	1.280	596	895	724	4.009	5.363	30	9.765	30.405
Adições	82.980	-	114	13	-	-	2.748	-	-	85.855
Baixas	(6.603)	(1.280)	(376)	(872)	(715)	(240)	-	-	(7.115)	(17.201)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	84.120	-	334	36	9	3.769	8.111	30	2.650	99.059
Depreciação										
Saldo em 1º de janeiro de 2022	(3.722)	(672)	(376)	(458)	(377)	(39)	(3.108)	(5)	-	(8.757)
Adições	(768)	(128)	(38)	(93)	(71)	(99)	(969)	(7)	-	(2.173)
Baixas										
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(4.490)	(800)	(414)	(551)	(448)	(138)	(4.077)	(12)	-	(10.930)
Adições	(3.488)	-	(43)	(1)	(7)	(391)	(835)	(18)	-	(4.783)
Baixas	4.304	800	376	544	446	62	-	-	-	6.532
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(3.674)	-	(81)	(8)	(9)	(467)	(4.912)	(30)	-	(9.181)
Imobilizado líquido										
Em 31 de dezembro de 2022	3.253	480	182	344	276	3.871	1.286	18	9.765	19.475
Em 31 de dezembro de 2023	80.446		253	28		3.302	3.199		2.650	89.878

11 Intangível

Consolidado	Marcas e Patentes	Outorga	Rede de agua	Estação tratamento agua	Estação tratamento esgoto	Total
Custo						
Saldo em 1º de janeiro de 2022	43.661	-	-	-	-	43.661
Adições	-	12.887	-	-	-	12.887
Baixas						
Saldo em 31 de dezembro de 2022	43.661	12.887	-	-	-	56.548
Adições	-	12.888	3.378	110	113	16.489
Baixas						
Saldo em 31 de dezembro de 2023	43.661	25.775	3.378	110	113	73.037
Amortização						
Saldo em 1º de janeiro de 2022						
Adições	-	(275)	-	-	-	(275)
Baixas						
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	(275)	-	-	-	(275)
Adições	-	(654)	(52)	(3)	(1)	(710)
Baixas						
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	(929)	(52)	(3)	(1)	(985)
Intangível líquido						
Em 31 de dezembro de 2022	43.661	12.612	-	-	-	56.273
Em 31 de dezembro de 2023	43.661	24.846	3.326	107	112	72.052

12 Empréstimos e Financiamentos

Linha de Crédito	Nota Explicativa	Indexador	Vencimento	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Capital de Giro		Pós Fixado - CETIP 100%	de 2021 a 2024	-	-	25.418	8.301
Mutuo				83.626	1.218	31.487	19.114
Total				83.626	1.218	56.905	27.415
Passivo circulante				**-**	**-**	**8.968**	**1.905**
Passivo não circulante				**83.626**	**1.218**	**47.937**	**25.510**

13 Provisões para Contingências

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Provisão para contingências	-	-	315	15
Provisão para perdas em investimentos	-	46	-	-
	-	46	315	15
Passivo circulante				
Passivo não circulante	**-**	**46**	**315**	**15**

14 Partes Relacionadas

		Ativo 2023	Ativo 2022	Passivo 2023	Passivo 2022	Resultado 2023	Resultado 2022
Consolidado							
Circulante							
Em fornecedores, clientes e outras contas a pagar e a receber		207.572	238.599				
		207.572	238.599				
Consolidado							
Não circulante							
Em fornecedores, clientes e outras contas a pagar e a receber		15.000	15.000	60	6.903		
		15.000	15.000	60	6.903		
Controladora							
Circulante							
Em fornecedores, clientes e outras contas a pagar e a receber		(nota 08)	(nota 08)				
Conta corrente	(a)	91	1.042				
		91	1.042				
Controladora							
Não circulante							
Em fornecedores, clientes e outras contas a pagar e a receber				1.219			
Conta corrente	(a)	83.626					
		83.626					

a) Refere-se a contrato de conta corrente entre as empresas do Grupo, no qual cada uma das partes pode estar simultaniamente na posição da credor e devedor, com direitos e obrigações recíprocas, podendo a qualquer momento o numerário ser exigido e restituído imediatamente.

15 Capital Social

	Em quantidade de ações 2023	Valor 2023
SP Infra S.A.	312.190	312.190
Total	312.190	312.190

16 Instrumentos Financeiros: A Companhia não contrata operações envolvendo derivativos ou qualquer outro ativo com fins de especulação. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui qualquer operação com derivativos. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital social, reservas e lucros acumulados conforme apresentado na demonstração da mutação do patrimônio líquido). **Gerenciamento dos riscos financeiros:** Visão geral: Em geral as Companhias estão expostas aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado. Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia. **Estrutura de gerenciamento de risco:** A Diretoria é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos ao qual a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de treinamento e procedimentos de gestão busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no quais todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. **Riscos de crédito:** Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentado abaixo. **Exposição a riscos de crédito:** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Contas a receber e outros créditos	-	-	322.415	300.661
Caixa e equivalentes de caixa	1	52	22.225	20.841
Saldo em 31 de dezembro	1	52	344.640	321.502

Contas a receber e outros recebíveis: A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente e das características do empreendimento negociado. A Companhia analisa novos e atuais clientes através de revisões periódicas que inclui informações de empresas de crédito (quando disponíveis), referências bancárias, documentações de cadastro e histórico do cliente. A gestão de risco entende que não há limite para aprovação de crédito em função da alta garantia do negócio que são os imóveis. **Caixa e equivalentes de caixa:** A Companhia e empresas consolidadas detinham caixa e equivalentes de caixa de R$ 1 em 31 de dezembro de 2023, os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras consideradas pelo mercado como de primeira linha. **Garantias:** A política da Companhia é fornecer garantias financeiras somente para garantia de empréstimos e financiamentos captados para investimento em negócios relacionados à atividade desta Companhia e de pessoas ligadas. **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Companhia monitora as exigências de fluxo de caixa. Tipicamente, a Companhia garante que possui caixa à vista e/ou recebíveis de curto prazo suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de curto prazo, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **Risco de taxa de juros:** A Companhia adota uma política de análise de sua exposição a mudanças na taxa de juros sobre empréstimos. **Gerenciamento do capital:** A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido.

17 Outras Informações: Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas e suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais por períodos e prazos variáveis em relação às respectivas datas de pagamento ou de entrega das declarações.

18 Eventos Subsequentes: A administração considerou todos os fatos e eventos que ocorreram entre a data das demonstrações e a data da sua autorização para conclusão não havendo eventos que requeiram ajustes em suas demonstrações contábeis.

Composição da Diretoria

Diretora Presidente - Elaine Cristina Ferreira

Diretor Corporativo - Felippe Soares Verdi

Contador

Claudio Berloffa Junior **-** CRC/SP nº 1SP216997/O

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da **BRZ Infra S.A. e empresas consolidadas -** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da BRZ Infra S.A. ("Companhia"), individuais e consolidadas, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BRZ Infra S.A., em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva. **Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos a avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Presidente Prudente, 26 de fevereiro de 2024. **Approach Auditore - Independentes S/S** - CRC 2SP023119/O-0, **Leandro Antonio Marini Pires -** Sócio - Diretor - Contador CRC 1SP185232/O-3.

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **0045277-64.2022.8.26.0100**. O MM. Juiz de Direito da 41ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr. MARCELO AUGUSTO OLIVEIRA, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Marcio Maia Monteiro de Oliveira, CPF 098.001.167-10, que WWL Comércio de Jóias Ltda ME requereu o cumprimento da sentença, para receber a quantia de R$ 3.644,88 (out/22). Estando o executado em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 15 dias, a fluir do prazo supra, pague o débito, atualizado e acrescido das importâncias de direito e demais cominações legais, sob pena de multa e honorários advocatícios de 10%, sobre o valor total da dívida (art. 523, §1º do CPC), iniciando-se o prazo de 15 dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente impugnação (art. 525 do CPC). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo **[04,05]**

Fugitivos de penitenciária federal em Mossoró são recapturados no PA

Os dois presos que escaparam da Penitenciária Federal em Mossoró (RN), em 14 de fevereiro, foram recapturados na quinta-feira (4), em Marabá (PA).

Segundo o Ministério da Justiça e Segurança Pública, Rogério da Silva Mendonça e Deibson Cabral Nascimento foram presos, após 50 dias em fuga, a cerca de 1,6 mil quilômetros de distância do presídio de segurança máxima.

"Na tarde da quinta-feira, em uma ação conjunta das polícias Federal e Rodoviária Federal, foram presos, em Marabá (PA), os foragidos do Sistema Penitenciário Federal", informou o ministério, em nota.

Mendonça e Nascimento escaparam da penitenciária na quarta-feira de Cinzas. A fuga foi a primeira registrada no sistema penitenciário federal desde que este foi criado, em 2006, com o objetivo de isolar lideranças de organizações criminosas e presos de alta periculosidade.

A unidade potiguar estava passando por uma reforma interna. Investigações preliminares indicam que Mendonça e Nascimento usaram ferramentas que encontraram largadas dentro do presídio para abrir o buraco por onde fugiram de suas celas individuais. Quatro dias após a fuga inédita, o próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva cogitou que os dois detentos teriam recebido algum tipo de ajuda para deixar a unidade, considerada de segurança máxima.

Na terça-feira (2), após um mês e meio apurando as circunstâncias da fuga, a corregedoria-geral da Secretaria Nacional de Políticas Penais, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, informou não ter encontrado qualquer indício de corrupção.

Segundo o ministério, em seu relatório sobre a responsabilidade de servidores da penitenciária, a corregedora-geral, Marlene Rosa, aponta indícios de "falhas" nos procedimentos carcerários de segurança, mas nenhuma evidência de que servidores tenham, intencionalmente, facilitado a fuga.

Ainda de acordo com o ministério, três Processos Administrativos Disciplinares (PADs) já foram instaurados para aprofundar as investigações sobre as falhas identificadas. Dez servidores são alvos desses procedimentos. Outros 17 servidores assinarão Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), se comprometendo com uma série de medidas, como, por exemplo, passar por cursos de reciclagem e não voltarem a cometer as mesmas infrações. (Agência Brasil)

Programa de passagens aéreas acessíveis deve sair nas próximas semanas

O programa Voa Brasil, que irá garantir o acesso a passagens aéreas com tarifas mais acessíveis, será lançado nas próximas semanas. Segundo o Ministério de Portos e Aeroportos, mais detalhes serão apresentados na data de sua divulgação. A ideia é que sejam oferecidas passagens aéreas a R$ 200 por trecho.

Anunciado desde o ano passado pelo governo federal, o programa estava previsto para ser lançado em janeiro de 2024. Na ocasião, o governo divulgou que os primeiros segmentos beneficiados pelo Voa Brasil serão aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e bolsistas do Programa Universidade para Todos (Prouni).

Recentemente, em entrevista ao programa Roda Viva, da TV Cultura, o ministro dos Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, informou que o público-alvo abrangerá cerca de 21 milhões de aposentados e 700 mil alunos do Programa Universidade para Todos (Prouni).

"A gente espera anunciar esse programa com cinco milhões de passagens que serão disponibilizadas pelas companhias aéreas, sem nenhum real do Tesouro", afirmou o ministro. (Agência Brasil)

FAIR CORRETORA DE CÂMBIO S/A

CNPJ nº 32.648.370/0001-26

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2023, elaboradas nas formas da legislação vigente. Colocamo-nos à disposição de V. Sas. para prestar-lhes os esclarecimentos eventualmente necessários. **A Administração**

Balanços Patrimoniais - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (R$ Mil)

ATIVO	n.e	2023	2022	PASSIVO	n.e	2023	2022
CIRCULANTE		**68.819**	**67.919**	**CIRCULANTE**		**59.455**	**58.884**
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	19.286	27.328	**Relações Interdependências**		**32.463**	**30.734**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		8.000	-	Ordens de Pagamentos	11	32.463	30.734
Carteira Própria	5.1	8.000	-	**Outras Obrigações**		**26.992**	**28.150**
Títulos e Vlres Mob. Instr. Fin. Derivativos		16.147	16.760	Carteira de Câmbio	12.1	19.390	23.859
Carteira Própria	5.1	16.147	16.760	Fiscais e Previdenciárias		6.390	2.757
Outros Ativos		**25.358**	**23.806**	Diversas	12.2	1.212	1.534
Carteira de Câmbio	6	21.033	20.333	**NÃO CIRCULANTE**			
Rendas a receber	6.1	2.823	3.106	**Outras Obrigações**		**5.287**	**19.760**
Negociação e Intermediação de Valores		-	84	Fiscais e Previdenciárias		4.976	-
Diversos	7.1	1.908	649	Provisão para Passivos Contingentes	13	311	19.760
Prov. Outros Créditos Liq. Duvidosa		(406)	(366)	**Patrimônio líquido**		**32.526**	**13.704**
Outros Valores		**28**	**25**	Capital Social			
Despesas Antecipadas		28	25	De domiciliados no país	14	13.704	12.117
NÃO CIRCULANTE		**28.449**	**24.429**	Reserva de Lucros		-	82
Outros Ativos		**28.183**	**24.132**	Lucros a Disposição dos Quotistas		18.794	1.505
Diversos	7.2	28.183	24.132	Ajuste de Aval. Patrimonial		28	-
Investimentos		**109**	**81**				
Outros Investimentos	8	109	81				
Imobilizado de uso		**135**	**191**				
Outras Imobilizações de Uso	9	1.866	1.854				
(-) Depreciação acumulada		(1.731)	(1.663)				
Intangível		**22**	**25**				
Software e outros intangíveis	10	55	55				
(-) amortização acumulada		(33)	(30)				
Total do Ativo		**97.268**	**92.348**	**Total do Passivo e Patrimônio líquido**		**97.268**	**92.348**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e 2º Semestre findo em 31 de dezembro de 2023 (R$ Mil)

	Capital Social	Aumento de Capital	Re-servas Legal	Lucros a disposição dos acionistas	Lucros Prejuízos Acumulados	Ajuste Avaliação Patrimonial	TOTAL
Saldos em 01 JAN 2023	**12.117**	**-**	**82**	**1.505**	**-**	**-**	**13.704**
Aumento de Capital - AGE de 31/ jan/2023	786	-	(42)	(744)	-	-	-
Aumento de Capital - AGE de 31/mai/2023	801	-	(40)	(761)	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	28	28
Lucro do Exercício	-	-	-	-	18.794	-	18.794
Lucro a disposição dos Acionistas	-	-	-	18.794	(18.794)	-	-
Saldos em 31 DEZ 2023	**13.704**	**-**	**-**	**18.794**	**-**	**28**	**32.526**
Mutações do Período	1.587	-	(82)	17.289	-	28	18.822
Saldos em 01 JUL 2023	**12.903**	**801**	**-**	**-**	**(103)**	**28**	**13.629**
Aumento de Capital - AGE de 31/mai/2023	801	(801)	-	-	-	-	-
Lucro do Semestre	-	-	-	-	18.897	-	18.897
Lucro a disposição dos Acionistas	-	-	-	18.897	(18.897)	-	-
Saldos em 31 DEZ 2023	**13.704**	**-**	**-**	**18.897**	**(103)**	**28**	**32.526**
Mutações do Período	801	(801)	-	18.897	-	-	18.897
Saldos em 01 JAN 2022	**12.117**	**-**	**28**	**479**	**-**	**-**	**12.624**
Resultado do Exercício	-	-	-	-	1.080	-	1.080
Transferências:							
Reserva Legal	-	-	54	-	(54)	-	-
Lucro a disposição dos Acionistas	-	-	-	1.026	(1.026)	-	-
Saldos em 31 DEZ 2022	**12.117**	**-**	**82**	**1.505**	**-**	**-**	**13.704**
Mutações do Período	-	-	54	1.026	-	-	1.080

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração de Resultados - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e 2º Semestre findo em 31 de dezembro de 2023 (R$ Mil)

Descrição	n.e.	2º Semestre 2023	Exercícios 2023	2022
Receitas da intermediação financeira		**18.364**	**39.434**	**40.728**
Resultado de Operações de Câmbio	15	17.275	37.400	39.003
Resultado de Op. com Títulos e Vlres Mobiliários		1.089	2.034	1.725
Resultado bruto de intermediação financeira		**18.364**	**39.434**	**40.728**
Outras receitas/despesas operacionais		**4.533**	**(16.640)**	**(39.055)**
Receitas de prestação de serviços		16.655	33.902	34.516
Despesas de pessoal	16	(6.029)	(12.122)	(11.820)
Outras despesas administrativas	17	(28.308)	(52.706)	(51.518)
Despesas tributárias	18	(5.019)	(10.139)	(10.403)
Provisão p/ Créditos Liquidação Duvidosa		(5)	(40)	219
Outras receitas/despesas operacionais	19	27.239	24.465	(49)
Resultado operacional		**22.897**	**22.794**	**1.673**
Resultado antes da tributação sobre os lucros e participações		**22.897**	**22.794**	**1.673**
Imposto de Renda e Contribuição Social		(4.000)	(4.000)	(593)
Lucro do período		**18.897**	**18.794**	**1.080**
Quantidade de ações	14	5.306	5.306	5.306
Lucro líquido por ações		**3,5614**	**3,5420**	**0,2035**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2023 (R$ Mil)

Descrição	2º Sem. 2023	Exercícios 2023	2022
Lucro/Prejuízo Líquido do Período	18.897	18.794	1.080
(+-) Ganhos/Perdas de conversão das Demonstrações Contábeis	-	-	-
(+ -) Mudanças nos valores justos de instrumentos de Hedge	-	-	-
(+-) Parcela de outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado do Semestre/Exercício	**18.897**	**18.794**	**1.080**
Resultado Abrangente Total	**18.897**	**18.794**	**1.080**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2023 (R$ Mil)

Descrição	2º Semestre 2023	Exercícios 2023	2022
Fluxo de Caixa das atividades operacionais			
Resultado do semestre/exercício	18.897	18.794	1.080
Depreciação e amortização	34	72	86
AtualizaçãoTítulo Patrimonial	28	28	-
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento)/Redução em Títulos e Vlres Mobiliários	1.065	(7.387)	(4.033)
(Aumento)/Redução em outros créditos	713	(5.606)	17.054
Aumento/(Redução) em outras obrigações	(16.914)	(13.902)	(3.216)
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	3.823	(8.001)	10.971
Fluxo de Caixa das atividades de investimentos			
Compras de Imobilizado	(13)	(13)	(11)
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos	(13)	(13)	(11)
Fluxo de Caixa das atividades de financiamento			
AtualizaçãoTítulo Patrimonial	(28)	(28)	-
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos	(28)	(28)	-
Aumento/(Redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	**3.782**	**(8.042)**	**10.960**
Aumento (Redução) nas disponibilidades:	**3.782**	**(8.042)**	**10.960**
No início do semestre/período	15.504	27.328	16.368
No final do semestre/período	19.286	19.286	27.328

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2023 (R$ Mil)

1) Contexto Operacional: Fair Corretora de Câmbio S/A tem por objetivo social a intermediação de operações de câmbio, inclusive em Bolsas de Mercadorias e Futuros e a prática de operações no mercado de taxas flutuantes. **2) Apresentação das Demonstrações Contábeis:** As Demonstrações foram elaboradas de acordo com as normas regulamentares constantes do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e estão sendo apresentadas em conformidade com a atual legislação societária e com as práticas contábeis, em observância aos Pronunciamentos Contábeis homologados pelo Banco Central do Brasil, que incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas de créditos a receber, estimativas do valor justo de certos instrumentos financeiros, estimativas para a determinação da vida útil de ativos e provisões necessárias para passivos contingentes, portanto, os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas. A Resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 02/2020 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. A referida norma, entre outros requisitos, estabeleceu diretrizes, incluindo divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente, abertura dos saldos no Balanço Patrimonial de provisões, depreciações e amortizações, divulgação de resultados não recorrentes, alterações que não modificam o saldo total desta demonstração, relativos as contas de ativo e passivo. De acordo com a base contábil de continuidade operacional, as demonstrações contábeis da FAIR são elaboradas com base no pressuposto de que a corretora está operando e continuará a operar em futuro previsível. Confirmamos que não temos conhecimento de incertezas significativas relacionadas com eventos ou condições que possam gerar dúvidas sobre a capacidade de a FAIR continuar em operação. A Diretoria da Fair autorizou a conclusão da elaboração das Demonstrações Contábeis em 27 de março de 2024. **3) Resumo das Principais Práticas Contábeis: a) Apuração dos Resultados**: As receitas e Despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência; **b) Caixa e Equivalentes de Caixa:** São representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações no mercado aberto, cujos vencimentos das operações na data da efetiva aplicação são iguais ou inferiores a 90 dias, apresentando risco insignificante de mudança de valor justo, e são utilizadas com objetivo de gerenciar os compromissos de curto prazo. As aplicações interfinanceiras de liquidez estão reconhecidas pelos valores de aquisição (papéis de compra), cujos rendimentos incorridos estão reconhecidos até a data do balanço. **c) Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. **d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez:** Estão apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **e) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:** Classificados com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, definidos pela Circular nº 3.068/01 do Banco Central, de acordo com a intenção da Administração, em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: Títulos para negociação, Títulos disponíveis para venda e Títulos mantidos até o vencimento. **f) Ativo Circulante e Não Circulante**: Demonstrados pelos valores de custo e/ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço; **g) Permanente:** Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou as circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos: • **Investimentos -** São avaliados pelo método de custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda, quando aplicável. • **Imobilizado -** A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: 4% a.a. para edificações, 20% para sistema de processamento de dados, 10% instalações e 10% para sistema de segurança, moveis e equipamentos e sistema de comunicação. A Corretora manteve os saldos dos bens registrados no Ativo imobilizado ao custo histórico, em razão de não terem sido identificados indícios de desvalorização, os quais não excedem o valor recuperável. **h) Ativos Intangíveis**: São demonstrados ao custo de aquisição, líquidos das respectivas amortizações acumuladas. As amortizações são calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos direitos de uso. O quadro de amortização com as taxas praticadas está demonstrado na Nota 10; **i) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes**: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e das obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo: **Ativos Contingentes:** Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. **Provisões:** São constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. **Passivos Contingentes**: De acordo com o CPC 25, é o termo utilizado para passivos que não são reconhecidos contabilmente, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas. **j) Passivo Circulante e Não Circulante:** Demonstrado por valores das obrigações assumidas e provisionadas até a data do balanço. **k) Provisão para Imposto de Renda / Contribuição Social:** O imposto de Renda da pessoa jurídica e a contribuição social sobre o lucro líquido foram calculados com base no lucro tributável ajustado nos termos da legislação pertinente. **K) Eventos Subsequentes:** Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por: • Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e • Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras. Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023.

4) Caixa e Equivalentes de Caixa:

Descrição	2023	2022
Caixa	811	627
Depósitos Bancários	3.152	6.547
Depósitos Bancários em Moedas Estrangeiras	15.323	20.154
Total	**19.286**	**27.328**

5) Instrumentos Financeiros: Estão contabilizados pelo valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis, de acordo com a Circular nº 3.068/2001, e estão classificados na seguinte categoria: **Títulos para Negociação**: Considerando que foram adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, são contabilizados a valor de mercado, com as perdas e ganhos reconhecidos diretamente no resultado do período. **5.1) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez**

Descrição	2023	2022
Títulos Federais – LFT – Banco Pine	8.000	-
Total	**8.000**	**-**

5.2) Títulos e Valores Mob. e Instr. Financ. Derivativos

Descrição	2023	2022
Títulos Federais – LFT – LTN – NIN-B	6.564	3.261
Certificado Depósito Bancário	4.505	8.002
Títulos de Capitalização	800	800
Fundos de Investimentos	4.278	4.697
Total	**16.147**	**16.760**

O valor de mercado dos CDBs foi apurado, utilizando-se os preços e taxas divulgados pela CETIP. Os valores das cotas de fundos de investimento, correspondem aos valores de cotas na data do balanço, divulgada pela instituição financeira administradora do fundo.

5.3) Classificação por Categoria e Prazos

Títulos	Sem Vencimento	1 a 30 Dias	31 a 180 Dias	181 a 360 Dias	Acima de 360 Dias	2023 Valor Mercado Contábil	2022 Valor Mercado Contábil
Livres	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**12.416**	**13.941**
Títulos Federais - LFT	-	-	1.341	3.240	1.928	6.509	1.186
Títulos Federais - LTN	-	5	-	-	3	8	12
Títulos Federais - NTN	-	-	-	-	47	47	2.063
Certificado de Depósitos Bancários	-	-	7	351	416	774	4.733
Título de Capitalização	800	-	-	-	-	800	800
Cotas Fundos de Investimentos	4.278	-	-	-	-	4.278	4.697
Garantias	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**3.731**	**3.269**
Certificado de Depósitos Bancários	-	-	-	-	3.731	3.731	3.269
Total	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**16.147**	**16.760**

6) Carteira Câmbio

Descrição	2023	2022
Câmbio Comprado a Liquidar	20.804	12.567
Direito Sobre Vendas de Câmbio	3.077	8.066
(-) Operações de Câmbio de Liquidação Pronta	(2.848)	(300)
Carteira de Câmbio Ativo	**21.033**	**20.333**

As movimentações observadas nos quadros acima, 4, 5, e 6 refletem os fluxos dos negócios, tendo parte dessa variação, a contrapartida demonstrada nas contas de passivo nas Notas 11 e 12.1. **6.1) Rendas a Receber**

Descrição	2023	2022
Corretagem de câmbio a receber	2.288	2.988
Serviços Prestados a receber	535	118
Total	**2.823**	**3.106**

7) Outros Ativos - Diversos - 7.1) Circulante

Descrição	2023	2022
Adiantamentos Salariais	57	61
Adiantamentos a Autônomos	130	105
Impostos a Compensar	1.080	364
Devedores Diversos	641	119
Total	**1.908**	**649**

7.2) Não Circulante

Descrição	2023	2022
Cofins – Interrupção de Recursos	27.254	19.498
Depósito Judicial Cofins	690	690
Recursos trabalhistas	30	59
Depósito Judicial – PMSP	209	209
Depósito Judicial – CVM Pool Net	-	1.027
Outros pagamentos a ressarcir	-	2.649
Total	**28.183**	**24.132**

8) Investimentos

Descrição	2023	2022
BBM – Bolsa Brasileira de Mercadorias	109	81
Total	**109**	**81**

9) Imobilizado

Composição	Taxa	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Líquido 2023	Valor Líquido 2022
Instalações	10%	250	234	16	22
Móveis e equipamentos	10%	628	541	87	128
Equip. de Proc. de dados	20%	667	649	18	15
Euip de Com. e Seg.	10%	231	231	-	-
Veículos	20%	28	28	-	-
Benf.em imov. de terc.	20%	62	48	14	26
Total		**1.866**	**1.731**	**135**	**191**

10) Intangível

Composição	Taxa	Custo de Aquisição	Amortização Acumulada	Valor Líquido 2023	Valor Líquido 2022
Software	25%	43	33	10	13
Marcas e Patentes	0%	12	-	12	12
Total		**55**	**33**	**22**	**25**

11) Relações Interdependências: Registra-se nesta conta o valor das ordens de pagamento em moedas estrangeiras provenientes do exterior, a serem cumpridas no país por seu contravalor em moeda nacional, bem como o valor das ordens de pagamento cumpridas no país e ainda não cumpridas no exterior: Em dez/23 - R$ 32.463 e (em 31/12/2022 R$ 30.734).

12) Outras Obrigações - 12.1) Carteira Câmbio

Descrição	2023	2022
Câmbio Vendido a Liquidar	3.317	1.595
Direito Sobre compras de Câmbio	16.073	22.264
Carteira de Câmbio Passivo	**19.390**	**23.859**

12.2) Outras Obrigações – Diversas

Descrição	2023	2022
Provisão com Despesas de Pessoal	946	1.083
Provisão de Despesas administrativas	160	220
Credores	106	232
Total	**1.212**	**1.534**

13) Provisão para Passivos Contingentes:

Descrição	2023	2022
Provisão para passivos contingentes (*)	311	19.760
Total	**311**	**19.760**

A Corretora mantém acompanhamento de todos os processos administrativos e judiciais em que a instituição é autora ou ré. Cada processo está suportado por avaliação de sua Assessoria Jurídica, que considera o risco de perda envolvida e classifica o caso como de risco provável, possível ou remoto. Considerando esses pressupostos, o principal caso classificado como risco possível são os processos relativos ao COFINS no valor de R$ 19.449 mil, que a Corretora por Prudência, até novembro de 2023, provisionou em seu Passivo. Em dezembro de 2023 a administração reverteu os saldos provisionados, adequando o enquadramento do nível de Patrimônio de Referência e adicional de Capital Principal, atendendo às regulamentações do Banco Central do Brasil. São mantidos os depósitos judiciais até a resolução das questões legais correspondentes, para serem utilizados em pagamento do débito no levantamento do saldo, quando do desfecho do processo. (*) Refere-se a processo judicial de COFINS. A Fair possui em dez/2023 depósitos judiciais no valor de R$ 27.254 mil (nota 7.2 e 19) e (R$ 19.498 mil em 31/12/2022) e contingência com imposto de Renda em 2023 e 2022 no valor de R$ 311 mil. A Corretora figura como parte em processos que versam sobre matéria fiscal, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo ações de risco possível em dez/2023 no valor de R$ 48.058 mil (R$ 43.412 em 31/12/2022). As contingências fiscais referem-se, principalmente, às discussões judiciais relativas ao COFINS e responsabilidade solidária referente ao recolhimento de IOF e IRRF sobre intermediação de câmbio. **Processos de natureza trabalhista:** A Fair Corretora é parte (polo passivo) em ações trabalhistas avaliadas pelos Assessores Jurídicos como sendo de risco possível: R$ 600 mil (R$ 36 mil em 31/12/2022) com depósito judicial de R$ 30 mil (R$ 58 mil em 31/12/2022). **14) Capital Social:** O Capital Social em 31/12/2023 é de R$ 13.704 e (em 31/12/2023 era de R$ 12.117), sendo composto de 5.306.000 mil ações ordinárias, sem valor nominal. Em 31/JAN/2023 a Fair procedeu ao aumento de capital social de R$ 12.117 para R$ 12.903, conforme AGE na qual capitalizou da conta Reserva de Lucros o valor de R$ 743 e da conta Reserva Legal o valor de R$ 42, a qual foi aprovada pelo Banco Central do Brasil em 12/MAI/2023. Em 31/MAI/2023 a Fair procedeu ao aumento do capital social de R$ 12.903 para R$ 13.703 conforme AGE na qual capitalizou da conta Reserva de Lucros o valor de R$ 760 e da conta Reserva Legal o valor de R$ 40, a qual foi aprovada pelo Banco Central do Brasil.

15) Resultado de Operações de Câmbio

Descrição	2023	2022
Receitas de câmbio	39.710	41.488
Despesas de câmbio	(2.310)	(2.485)
Total	**37.400**	**39.003**

16) Despesas de Pessoal

Descrição	2023	2022
Proventos	5.565	5.828
Benefícios	4.588	3.957
Encargos sociais	1.969	2.035
Total	**12.122**	**11.820**

17) Outras Despesas Administrativas

Descrição	2023	2022
Despesas de água, energia e gás	129	144
Despesas de aluguéis	3.044	3.145
Despesas de comunicações	743	849
Despesas de honorários	492	492
Despesas de manutenção e conservação	404	332
Despesas de material	204	195
Despesas processamento de dados	1.160	1.111
Despesas prom. e relações públicas	215	131
Despesas serv. Sistema financeiro	35.110	35.799
Despesas de serviços de terceiros	1.018	910
Despesas de serviços técnico especial	9.598	7.711
Despesas de transporte	221	252
Despesas de viagem no país	3	-
Despesas de Depreciação	72	86
Outras despesas administrativas	293	361
Total	**52.706**	**51.518**

18) Despesas Tributárias

Descrição	2023	2022
ISS	1.695	1.726
COFINS	2.853	2.943
PIS	463	478
Outros Impostos	5.128	5.256
Total	**10.139**	**10.403**

19) Resultado não Recorrente: No exercício de 2023 com base na opinião de nossos assessores jurídicos, atualizamos os valores depositados na rubrica de COFINS no Ativo e Passivo no montante de R$ 7.786 e R$ 7.804 respectivamente e em seguida revertemos a Provisão constante do Passivo para Receitas Diversas no montante de R$ 27.254, e em 2022 não incorreu em qualquer "Resultado não recorrente" que resultasse na divulgação em separado em suas demonstrações financeiras. **20) Partes Relacionadas:** A corretora não possui transações com outras partes relacionadas. **21) Distribuição de Dividendos:** Nos exercícios de 2023 e 2022 não houve distribuição de dividendos. **22) Remuneração do Pessoal Chave da Administração:** A remuneração total do pessoal chave da administração no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R$ 492 e (em 2022 - R$ 492), a qual é considerada benefício de curto prazo. **23) Gerenciamento de Risco:** Visando o atendimento à Resolução 4.557/2017 e Res. 4745/2019 do CMN: **23.1) Gerenciamento de Estrutura de Capital:** A instituição, adotou uma política de gerenciamento de capital que constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que assegurem a adequação de capital da instituição de forma tempestiva, abrangente e compatível com os riscos incorridos pela instituição de acordo com a natureza e complexidade dos produtos e serviços oferecidos a seus clientes. **23.2) Gerenciamento de Risco Operacional:** A Instituição gerencia seus riscos operacionais em total consonância com as disposições regulamentares e as melhores práticas do mercado. Sua diretoria está plenamente engajada no processo, definiu e aprovou a política de gerenciamento e coordena as atividades relacionadas ao risco operacional e disponibilizou adequados recursos humanos e materiais. É responsável pelas informações e promoveu ampla divulgação aos clientes e colaboradores em seu site na rede mundial de computadores, disponível a todos os interessados. **23.3) Gerenciamento de Risco de Mercado:** A Instituição implantou a estrutura de gerenciamento de risco de mercado, a qual é compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição em taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, da instituição. As aplicações são controladas pela Diretoria, que avalia a necessidade de diluição do Risco. **23.4) Gerenciamento de Risco de Liquidez:** O risco de liquidez é definido como a possiblidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações e possiblidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado determinadas posições. A Instituição possui uma estrutura de gerenciamento de risco de liquidez segregada das áreas de negócios proporcionando suficiente independência e autonomia para desempenho de suas atividades. A estrutura de gerenciamento de risco de liquidez conta com políticas, procedimentos, papéis e responsabilidades, assim como metodologias e ferramentas que auxiliam o gerenciamento de risco na Instituição. Em complemento, a área de gerenciamento de risco de liquidez monitora o fluxo de caixa e a composição dos recursos disponíveis, os limites mínimos de liquidez, o colchão de liquidez e fornece diretrizes para o gerenciamento e mitigação do risco de liquidez, além de contemplar o plano de contingência para situações de estresse. **23.5) Gerenciamento de Risco de Crédito:** Define-se como risco de crédito a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, as vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. A Corretora instituiu a estrutura de gerenciamento do risco de crédito capaz de permitir a identificação, mensuração, o controle e a mitigação dos riscos associados a cada instituição individualmente e ao conglomerado financeiro, bem como a identificação e o acompanhamento dos riscos associados às demais empresas integrantes do consolidado econômico-financeiro. **23.6) Gerenciamento de risco Socioambiental**: A Resolução nº 4945/2021 do CMN estabelece as diretrizes a serem seguidas na implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental. A Sociedade, seguindo a regulamentação vigente, e de acordo com as melhores práticas de mercado implementou uma Política de Responsabilidade Socioambiental a qual aborda as diretrizes do gerenciamento do risco socioambiental, critérios de análise, assim como a governança, ações e o papel das áreas no gerenciamento do risco socioambiental. **24) Limites Operacionais (Acordo de Basiléia):** O índice de Basiléia para a data-base de 31 de dezembro de 2023, apurado em conformidade com a legislação vigente é de 24,24% e (8,49% em 31 de dezembro 2022). **25) Ouvidoria:** O componente organizacional de ouvidoria encontra-se em funcionamento e a sua estrutura atende às disposições estabelecidas por meio da Resolução nº 4860/2020 do Banco Central do Brasil. **26) Prevenção à Lavagem de Dinheiro:** Em cumprimento à Lei 9613/98 e 13260/2016 e Circular BCB 3978/2020, e às melhores práticas para sua gestão eficiente, são feitas revisões periódicas e extraordinárias em todos os setores, em especial, no Cadastro; esses procedimentos e medidas ocorrem em consonância uníssona com a gestão de riscos e controles internos. **27) Outras Informações Res. BCB nº 4966/2021:** No segundo semestre de 2021 foi promulgada a Resolução nº 4.966/21 do CMN, que trata dos conceitos e critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros. De acordo com o Item I, § 1º do art. 1º da Res. 5100/23 a empresa está dispensada, de atender à legislação.

A Diretoria

Valdemir Soprani - Contador - CRC-1SP 88327/O-0

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Diretores e Administradores da
Fair Corretora de Câmbio S/A. - São Paulo - SP

Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações contábeis da FAIR Corretora de Câmbio S/A, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelo assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FAIR Corretora de Câmbio S/A, em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião com ressalva:** Em junho de 2022 foi firmado entre a FAIR Corretora de Câmbio S/A com o Banco Central do Brasil, acordo de parcelamento referente à penalidade aplicada pelo órgão regulamentador, cujos pagamentos estão sendo realizados mensalmente e registrado contabilmente rubrica despesas tributárias no resultado do exercício, por ocasião dos efetivos pagamentos mensais, ou seja, pelo regime contábil de caixa. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Ênfase:** Destacamos o mencionado na nota explicativa nº 13, em observância a Normas Brasileiras de Contabilidade NBC TG 25 (R2), que descreve as contingências tributárias e cíveis referentes aos processos instaurados pelos órgãos reguladores contra a FAIR Corretora de Câmbio S/A, considerados pelos seus Assessores Jurídicos com probabilidade de perda possível. Nossa opinião não está ressalvada sobre esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Corretora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da FAIR Corretora de Câmbio S/A continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Corretora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria, das constatações relevantes de auditoria e, quando eventualmente identificadas durante nossos trabalhos, as deficiências significativas nos controles internos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 01 de abril de 2024.

SACHO – AUDITORES INDEPENDENTES
CRC – 2SP 017.676/O-8 - CNAI-IPJ-000155
HUGO FRANCISCO SACHO
CRC – 1SP 124.067/O-1

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **0002124-27.2022.8.26.0020** A MM. Juíza de Direito da 6ª Vara Cível, do Foro Regional XII - Nossa Senhora do Ó, Estado de São Paulo, Dra. Sabrina Salvadori Sandy Severino, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a MARGARETE ANDRADE FONTES, CPF 148.563.308-70, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por Colégio Pegassus Ltda. - ME. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 11.908,41 (maio/2022), devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato,afixado e publicado na forma da lei.NADA MAIS.Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 1 de abril de 2024. **[4,5]**

São Martinho Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF 01.099.967/0001-35 - NIRE 35300145038

Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária

Ficam os acionistas da **São Martinho Empreendimentos Imobiliários S.A.** convocados a se reunir em Assembleia Geral Extraordinária, na sede social, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Groenlândia, 100, sala 12, às 10:00 horas do dia 18/04/2024, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** dissolução e liquidação da sociedade; e **(ii)** eleição do liquidante. São Paulo, 1º de abril de 2024. **A Diretoria**

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1013420-90.2016.8.26.0003 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional III - Jabaquara, Estado de São Paulo, Dr(a). Lidia Regina Rodrigues Monteiro Cabrini, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Roberto Paschoalini Silva, CPF/CNPJ 091.706.918-86, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Maria Kurihara, com o seguinte objeto: locação de imóvel para fins residenciais. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO e INTIMAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta, do arresto do imóvel registrado na matrícula nº 14.461 do 7º CRI-SP e para que, no prazo de 03 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague(m) a dívida no valor de R$ 49.326,39, que deverá ser atualizada até a data do efetivo pagamento, acrescida dos honorários advocatícios da parte exequente arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do débito. Caso o(a)(s) executado(a)(s) efetue(m) o pagamento no prazo acima assinalado, os honorários advocatícios serão reduzidos pela metade (art. 827, § 1º, do CPC), ou, no prazo de 15 dias, apresente(m) embargos à execução. Alternativamente, no prazo para embargos, reconhecendo o crédito do(a) exequente e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, poderá(ão) o(a)(s) executado(a)(s) valer-se do disposto no art. 916 e §§, do CPC. Indeferida a proposta, seguir-se-ão os atos executivos, nos termos do art. 916, § 4º, do CPC. O não pagamento de qualquer das parcelas acarretará o disposto no art. 916, § 5º, do CPC. A opção pelo parcelamento importa renúncia ao direito de opor embargos (art. 916, § 6º, do CPC). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1132214-94.2021.8.26.0100. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Espécies de Títulos de Crédito. Exequente: Banco Daycoval S/A. Executado: Mirella Transporte e Logistica Eireli - Epp e outro. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1132214-94.2021.8.26.0100**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 18ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Caramuru Afonso Francisco, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) a Mirella Transporte e Logistica Eireli - Epp (CNPJ. 24.326.674/0001-49) e Juliana Berioni da Silva (CPF. 413.285.268-79), que Banco Daycoval S/A lhes ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 96.602,11 (março de 2024), representada pela Cédula de Crédito Bancário – Fundo Garantidor para Investimentos nº 96246-7. Estando as executadas em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, paguem o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embarguem ou reconheçam o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de converter-se em penhora o arresto procedido sobre uma Chácara 06-A do Jardim Maria Vitória, do loteamento Estância Climatérica Ipê, situado no Bairro dos Pereiras ou Maracanã, zona urbana do município de Jarinu-SP, com a área de 2.500m², registrada sob matrícula nº 127.013 do Oficial do Registro de Imóveis da Comarca de Atibaia/SP. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 26 de março de 2024. 04 e 05/04/2024

Pirapora Agropecuária S/A

CNPJ/MF nº 83.699.231/0001-62 - NIRE: 35.300.48.401-1

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária

Ficam os senhores acionistas da Pirapora Agropecuária S/A, convocados a se reunirem em **AGO/AGE** que será realizada no dia 26 de abril de 2024, com início às 09:00 horas, na sede social da Companhia, situada na Av. Brig. Luís Antônio, nº 2.344, 13º andar, em São Paulo - SP, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do dia em **AGO: 1)** Apreciar as contas dos administradores, examinar, discutir acerca das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; **2)** Fixar o limite de valor da remuneração anual dos membros da Diretoria e do Conselho Consultivo para o exercício social de 2024; **3)** Outros assuntos de interesse social. Em **AGE: 1)** Aprovação para venda do imóvel de Curitibanos.

São Paulo, 01/04/2024
Márcio Koiti Takiguchi - Diretor Presidente

União Química Farmacêutica Nacional S.A.

CNPJ/MF nº 60.665.981/0001-18 - NIRE 35.300.006.658

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser Realizada em 25 de Abril de 2024

A **União Química Farmacêutica Nacional S.A.,** sociedade por ações, com sede na cidade do Embu-Guaçu, Estado do São Paulo, na Rua Coronel Luiz Tenório de Brito, nº 90, Centro, CEP 06900-095, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 60.665.981/0001-18 ("Companhia"), vem pela presente, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") convocar os senhores acionistas para se reunirem, exclusivamente, de forma digital, por meio do acesso na plataforma de videoconferência "*Microsoft Teams*" ("Plataforma Digital"), em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, ambas a serem realizadas, no dia 25 de abril de 2024, às 10:30 horas, para examinar, discutir e votar a respeito das seguintes ordens do dia: **Em sede de Assembleia Geral Ordinária: (i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(iii)** eleição dos membros do Conselho Fiscal; **(iv)** fixar a remuneração global do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício de 2024. **Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: (i)** Deliberar sobre a renúncia do membro Úrsula Cristina Favale do Conselho de Administração da Companhia, no dia 21 de março de 2024. **(ii)** Deliberar sobre a distribuição proporcional de juros sobre o capital próprio aprovada por unanimidade pelo Conselho de Administração, no dia 06 de março de 2024, nos termos do artigo 16, "v", do Estatuto Social. Consoante o artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, apenas as pessoas que comprovarem a qualidade de acionistas ou de representantes de acionistas, na forma da legislação aplicável, poderão comparecer e participar da Assembleia Geral. A Companhia solicita aos acionistas interessados em participar das assembleias gerais que encaminhem a versão digitalizada do documento de identidade e instrumento de mandato ao endereço eletrônico **ri@uniaoquimica.com.br,** de forma a permitir melhor coordenação dos trabalhos durante as assembleias. Embu-Guaçu, 03 de abril de 2024. **Paula Melo Suzana Gomes -** Presidente do Conselho de Administração.

São Paulo Serviços Médicos de Anestesia Ltda

CNPJ 62.032.313/0001-89

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam os sócios da Sociedade para se reunirem em **AGOE** ("Assembleia"), que serão realizadas sequencialmente, às 20h00 do dia 11/04/2024, em 1ª convocação, e às 20h30 do dia 11/04/2024, em 2ª convocação caso não ocorra instalação em 1ª convocação, ambas a serem realizadas por meio digital. Endereço digital. A Assembleia será realizada via plataforma Zoom https://us02web.zoom.us/j/88519630320?pwd=UWsvV0ZhOVp0TytMeFZ4YjBUbkZyZz09 ID da reunião: 885 1963 0320 Senha: 676467. **Ordem do Dia**: Seguindo as determinações do contrato social, a AGO será realizada para deliberar sobre as seguintes ordens do dia; a) Apreciação e aprovação do balanço de contas do exercício do ano de 2023; b) Eleição da Diretoria Administrativa para o biênio 2024 a 2026. **Ordem do Dia**: A AGE será realizada para deliberar sobre as seguintes ordens do dia; c) a proposta da administração da Sociedade para reformular o contrato social, com a alteração de diversas cláusulas com alterações principalmente a respeito: (i) ao ingresso de novos sócios; (ii) aumento do capital social da sociedade devido ao aumento do valor nominal de cada quota; (iii) readequação do quadro de quotas sociais em razão de mudanças no quadro societário; (iv) retirada de sócios e transferência de quotas; (v) alteração do objeto social da sociedade e forma de registro das alterações; (vi) supressão da Cláusula 3ª com a consequente renumeração das cláusulas seguintes; (vii) alteração da cláusula 5ª, sendo que seu §1º será suprimido com a consequente renumeração dos demais §§; (viii) a alteração do capítulo IV do contrato social que terá seu título alterado e passará a ser chamado por "**IV dos Direitos, Obrigações e da Exclusão de Sócio**". As cláusulas 8ª a 11º serão integrantes deste capítulo e terão suas redações alteradas, passando a tratar dos direitos e deveres dos sócios; (ix) a inclusão das cláusulas 12ª e 13ª bem como as cláusulas 15ª a 22ª que farão parte do Capítulo IV "**Dos Direitos, Obrigações e da Exclusão de Sócio**", pois tratam das novas obrigações dos sócios e das possibilidades de exclusões, e ainda incluem a possibilidade de exclusão extrajudicial; (x) a inclusão do Capítulo V, intitulado "**Separação, Impedimento, Falência, Insolvência ou Falecimento do Sócio**", que abordará questões relacionadas à separação, impedimento, falência, insolvência ou falecimento dos sócios. Este capítulo será composto por novas cláusulas numeradas de 23ª a 29ª, cada uma com redações específicas; (xi) a alteração do antigo Capítulo V, que será denominado "**Capítulo VI da Administração da Sociedade**" e ele será inteiro reformulado e irá dispor a respeito dos órgãos integrantes da estrutura administrativa da sociedade com a respectiva indicação da competência. Serão parte deste capítulo as cláusulas de 30ª a 36ª; (xii) a alteração do antigo Capítulo VI que será denominado Capítulo VII e os §1º e §3º da antiga clausula 13ª agora denominada cláusula 37ª, sofrerão pequenas alterações, bem como alterações na cláusula 38ª que será regulamentada a eleição do conselho consultivo; (xiii) a alteração da cláusula 39ª do Capítulo VII, com a supressão dos §1º e §2º, assim o antigo §3º, passará a ser denominado por §1º e terá sua redação alterada; (xiv) a inclusão do Capítulo "**IX da Apuração de Haveres**", com inclusão da cláusula 41ª que irá dispor sobre a forma de apuração dos haveres dos sócios. (xv) A supressão do antigo Capítulo X "**Das Disposições Transitórias**" e reformular o **Capítulo "XI Das Disposições Finais**", que irá conter a declaração de desimpedimento, alterações sobre a forma de assinatura do contrato e a inclusão da modalidade de assinatura eletrônica; d) Aprovar a minuta do 18ª Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social da Sociedade.

São Paulo, 01.04.2024. Carlos Alberto Leme - Diretor Geral

PROVÍNCIA
COMPANHIA SECURITIZADORA

Companhia Província de Securitização

CNPJ/MF nº 04.200.649/0001-07 - NIRE 35300546547

Edital de Primeira e Segunda Convocação de Assembleia Especial de Investidores dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 1ª Emissão da Companhia Província de Securitização

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA") da 1ª Série da 1ª Emissão da Companhia Província de Securitização ("Titulares dos CRA", "Emissora" e "Emissão", respectivamente), a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0004-34 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, em consoante ao disposto na cláusula 12.2.3 do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para a Emissão Companhia Província de Securitização de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 1ª (Primeira) Emissão, celebrado em 27 de setembro de 2021, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a se reunirem em assembleia especial de investidores da Emissão ("AEI"), a ser realizada, **em primeira convocação, aos 24 de abril de 2024, às 11h00min e em segunda convocação aos 02 de maio de 2024, às 11h00min,** de forma exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60" e "CVM", respectivamente), através de videoconferência, via plataforma Microsoft Teams (vide informações gerais abaixo), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização), apresentadas pela Emissora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM nº 60; e (ii) deliberar acerca da alteração da cláusula 12.2.3 do Termo de Securitização, de modo a atualizar a previsão de publicação dos editais de convocação de assembleias especiais de investidores para que estas passem a ocorrer nos termos do artigo 26 da Resolução CVM nº 60. Ficam os Titulares dos CRA da Emissão cientes de que, nos termos do §2º, do artigo 25, da Resolução CVM nº 60, as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado cujo relatório dos auditores independentes não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia especial de investidores não seja instalada em virtude do não comparecimento de investidores. Os termos iniciados por letras maiúsculas não definidos nesta convocação terão os significados a eles atribuídos nos Documentos da Operação. **Informações Gerais:** O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRA da Emissão está disponível (i) na página da Emissora na rede mundial de computadores - Internet (http://provinciasecuritizadora.com.br/). As procurações e/ou boletins de voto a distância, conforme aplicáveis, deverão ser enviados acompanhados de cópia: (i) da totalidade dos documentos que comprovem a representação do Titular dos CRA, incluindo mas não se limitando a, contratos e/ou estatutos sociais, regulamentos, atas e procurações; e (ii) do documento de identificação dos signatários, em até 02 (dois) dias úteis antes da realização da AEI, para os correios eletrônicos assembleias@provinciasecuritizadora.com.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br. Nos termos do artigo 31 da Resolução CVM nº 60, somente podem votar na assembleia especial os investidores detentores de títulos de securitização na data da convocação da assembleia. São Paulo, 04 de abril de 2024.

Companhia Província de Securitização - Roberto Saka - Diretor de Securitização e de Relação com Investidores

JERSÉ RODRIGUES DA SILVA, Oficial do 2º Registro de Imóveis da Capital, faz saber aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que nos termos da escritura pública lavrada aos 06 de março de 2024 (Livro 4978, páginas 345/348), do 23º Tabelião de Notas desta Comarca da Capital, FÁBIO MORAES RODRIGUES, brasileiro, do comércio, portador da cédula de identidade RG n° 11.943.548-SSP/SP e inscrito no CPF sob n° 013.037.388-56, e sua mulher MÔNICA BUENO DE AVELLAR PIRES, brasileira, professora, portadora da cédula de identidade RG n° 17.548.457-SSP/SP e inscrita no CPF sob n° 148.396.688-76, casados pelo regime da comunhão parcial de bens, na vigência da Lei 6.515/77, residentes e domiciliados nesta Capital, na Rua Coronel Melo de Oliveira, n° 190, apto. 31, Perdizes, *INSTITUIRAM*, como lhes faculta o Código Civil Brasileiro, em seu artigo nº 1711 e seguintes, bem como a Lei 8.009 de 29 de março de 1990, e ainda em conformidade com os artigos nºs 260 a 265 da Lei nº 6.015 de 31 de dezembro de 1973, Lei de Registros Públicos, BEM DE FAMÍLIA, pelo valor atribuído de R$-1.100.000,00, sobre o APARTAMENTO SOB N° 31, localizado no 3o andar ou 3° pavimento do EDIFÍCIO PONTEVEDRA, situado na Rua Coronel Melo de Oliveira, n° 190, no 19° Subdistrito - Perdizes, do distrito, município, comarca e 2ª Circunscrição Imobiliária desta Capital, minuciosamente descrito e caracterizado na matrícula nº 96.727, livro 2 – Registro Geral, junto ao 2º Oficial de Registro de Imóveis desta Capital, ficando dispensada a descrição pormenorizada de conformidade com o artigo 3º do Decreto número 93.240/86, que regulamentou a Lei nº 7.433/85; imóvel esse cadastrado na Prefeitura do Município de São Paulo, pelo contribuinte nº 022.067.0279-7, com o valor de referência de R$-1.683.030,00; imóvel esse adquirido pelos instituidores, pela escritura de permuta de 01 de fevereiro de 2018 (Livro 4978, página 205) e aditamento notarial retificativo de 03 de abril de 2018 (Livro 5030, páginas 267/268) ambas do 14º Tabelião de Notas de São Paulo, pelo valor de R$-1.100.000,00, devidamente registrado sob nº 8, na mencionada matrícula 96.727. Assim, se alguém se julgar prejudicado, deverá, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da data desta publicação, reclamar, com base na legislação própria, contra essa instituição, por escrito e perante o Oficial que esta subscreve, na sede do 2º Registro de Imóveis desta Capital, sito na rua Vitorino Carmilo nº 576, Barra Funda, CEP 01153-000, nos dias úteis e no horário das 9:00 às 16:00.

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Rumo Malha Paulista S.A.

CNPJ nº 02.502.844/0001-66

Demonstrações Financeiras

Balanços patrimoniais *(Em milhares de Reais - R$)*

Ativos	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	3.015.027	2.236.300
Títulos e valores mobiliários	337.916	205.663
Contas a receber de clientes	528.036	168.109
Instrumentos financeiros derivativos	1.300	11.284
Estoques	69.549	60.988
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	65.217	68.950
Outros tributos a recuperar	9.981	41.605
Adiantamento a fornecedores	33.016	32.833
Outros ativos	67.293	14.141
Ativo circulante	**4.127.335**	**2.839.873**
Contas a receber de clientes	499	630
Caixa restrito	341	338
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.515.942	1.495.069
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	14.387	5.216
Outros tributos a recuperar	613.232	549.774
Depósitos judiciais	49.180	37.130
Instrumentos financeiros derivativos	203.338	58.331
Adiantamento a fornecedores	36.905	76.593
Outros ativos	2.187	2.066
Investimentos em associadas	44.811	44.701
Direito de uso	3.951.742	3.774.829
Imobilizado	6.438.477	5.480.842
Intangíveis	1.088	1.544
Ativo não circulante	**12.872.129**	**11.527.063**
Total do ativo	**16.999.464**	**14.366.936**

Passivos	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos, financiamentos e debêntures	179.599	184.136
Passivo de arrendamento	155.659	125.482
Instrumentos financeiros derivativos	166.167	232.317
Fornecedores	538.264	550.677
Ordenados e salários a pagar	52.214	49.756
Imposto de renda e contribuição social correntes	688	768
Outros tributos a pagar	20.781	11.274
Adiantamento de clientes	22.700	501.910
Arrendamentos e concessões em litígio e parcelados	232.391	194.286
Receitas diferidas	38.066	38.099
Outros passivos financeiros	161.760	385.785
Outras contas a pagar	54.342	25.578
Passivo circulante	**1.622.631**	**2.300.068**
Empréstimos, financiamentos e debêntures	4.736.435	4.673.903
Passivos de arrendamento	1.427.652	1.178.923
Instrumentos financeiros derivativos	93.829	60.043
Provisão para demandas judiciais	149.466	159.195
Arrendamentos e concessões em litígio e parcelados	1.025.147	1.100.288
Adiantamento de clientes	395.282	795.283
Receitas diferidas	193.024	233.204
Outras contas a pagar	8.996	9.127
Passivo não circulante	**8.029.831**	**8.209.966**
Total do passivo	**9.652.462**	**10.510.034**
Patrimônio líquido		
Capital social	6.643.595	6.643.595
Reserva de capital	77.089	77.089
Ajustes de avaliação patrimonial	35	12
Adiantamento para futuro aumento de capital	3.500.000	–
Prejuízos acumulados	(2.873.717)	(2.863.794)
Total do patrimônio líquido	**7.347.002**	**3.856.902**
Total do passivo e patrimônio líquido	**16.999.464**	**14.366.936**

Demonstrações de resultados do exercício *(Em milhares de Reais - R$)*

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	3.657.583	2.812.474
Custos dos serviços prestados	(2.799.274)	(2.659.526)
Lucro bruto	**858.309**	**152.948**
Despesas comerciais	(29)	(278)
Despesas gerais e administrativas	(83.749)	(109.704)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	4.203	(80.073)
Despesas operacionais	**(79.575)**	**(190.055)**
Resultado antes do resultado da equivalência patrimonial e do resultado financeiro líquido	**778.734**	**(37.107)**
Equivalência patrimonial	105	–
Resultado de equivalência patrimonial	**105**	**–**
Resultado antes do resultado financeiro líquido e do imposto de renda e contribuição social	**778.839**	**(37.107)**
Despesas financeiras	(999.069)	(910.188)
Receitas financeiras	361.699	355.128
Variação cambial, líquida	76.963	85.890
Derivativos e valor justo	(249.437)	(233.624)
Resultado financeiro líquido	**(809.844)**	**(702.794)**
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	**(31.005)**	**(739.901)**
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	–	(91)
Diferido	21.082	257.623
	21.082	257.532
Resultado do exercício	**(9.923)**	**(482.369)**
Resultado por ação:		
Por ação ordinária	(0,00000)	(0,00010)
Por ação preferencial	(0,00000)	(0,00010)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido *(Em milhares de Reais - R$)*

	Capital social	AFAC	Reserva de capital: Opções outorgadas reconhecidas	Reserva de capital: Ágio na emissão de ações	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2023	**6.643.595**	**–**	**17.566**	**59.523**	**12**	**(2.863.794)**	**3.856.902**
Resultado do exercício	–	–	–	–	–	(9.923)	(9.923)
Outros resultados abrangentes:							
Ganhos atuariais com plano de pensão	–	–	–	–	23	–	23
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	**–**	**–**	**–**	**–**	**23**	**(9.923)**	**(9.900)**
Contribuição e distribuições dos acionistas							
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	3.500.000	–	–	–	–	3.500.000
Total das transações com e para acionistas	**–**	**3.500.000**	**–**	**–**	**–**	**–**	**3.500.000**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**6.643.595**	**3.500.000**	**17.566**	**59.523**	**35**	**(2.873.717)**	**7.347.002**

	Capital social	Reserva de capital: Opções outorgadas reconhecidas	Reserva de capital: Ágio na emissão de ações	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2022	**6.643.595**	**17.566**	**59.523**	**(121)**	**(2.381.425)**	**4.339.138**
Resultado do exercício	–	–	–	–	(482.369)	(482.369)
Outros resultados abrangentes:						
Ganhos atuariais com plano de pensão	–	–	–	133	–	133
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	**–**	**–**	**–**	**133**	**(482.369)**	**(482.236)**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**6.643.595**	**17.566**	**59.523**	**12**	**(2.863.794)**	**3.856.902**

Diretoria
João Alberto Fernandez de Abreu - Diretor Presidente

Contadora
Renata Pavanelli Chaves - CRC -1SP 283.861/O-1

Rumo Malha Oeste S.A.

CNPJ: 39.115.514/0001-28

Demonstrações Financeiras

Balanços Patrimoniais *(Em milhares de Reais - R$)*

Ativos	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	31.782	2.083
Títulos e valores mobiliários	19.633	105
Contas a receber de clientes	4.299	19.750
Estoques	4.398	3.483
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	2.736	2.292
Outros tributos a recuperar	5.611	5.513
Adiantamento a fornecedores	29	247
Outros ativos	3.354	3.963
Ativo circulante	**71.842**	**37.436**
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	–	9.925
Outros tributos a recuperar	1.896	2.803
Depósitos judiciais	35.530	34.677
Adiantamento a fornecedores	–	376
Outros ativos	2.375	2.819
Ativo não circulante	**39.801**	**50.600**
Total do ativo	**111.643**	**88.036**

Passivos	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores	15.520	16.347
Ordenados e salários a pagar	5.995	6.848
Outros tributos a pagar	342	429
Passivos de arrendamentos	62.703	65.040
Outros passivos financeiros	1.951	6.589
Outras contas a pagar	9.405	4.757
Passivo circulante	**95.916**	**100.010**
Provisão para demandas judiciais	69.569	61.074
Passivos de arrendamentos	68.334	120.284
Arrendamentos e concessões em litígio	2.206.945	1.957.148
Outras contas a pagar	776	877
Passivo não circulante	**2.345.624**	**2.139.383**
Total do passivo	**2.441.540**	**2.239.393**
Patrimônio líquido		
Capital social	691.915	591.915
Adiantamento para futuro aumento de capital	105.000	50.000
Reserva de capital	17.566	17.566
Ajustes de avaliação patrimonial	19	(4)
Prejuízos acumulados	(3.144.397)	(2.810.834)
Total do patrimônio líquido	**(2.329.897)**	**(2.151.357)**
Total do passivo e patrimônio líquido	**111.643**	**88.036**

Demonstrações dos resultados do exercício *(Em milhares de Reais - R$, exceto resultado por ação)*

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	74.415	90.057
Custos dos serviços prestados	(55.004)	(65.790)
Lucro (prejuízo) bruto	**19.411**	**24.267**
Despesas comerciais	4	53
Despesas gerais e administrativas	(7.179)	(7.777)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(48.700)	(65.521)
Despesas operacionais	**(55.875)**	**(73.245)**
Resultado antes do resultado financeiro líquido e do imposto de renda e contribuição social	**(36.464)**	**(48.978)**
Despesas financeiras	(302.089)	(272.267)
Receitas financeiras	4.122	3.851
Derivativos	–	–
Resultado financeiro líquido	**(297.967)**	**(268.416)**
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	**(334.431)**	**(317.394)**
Imposto de renda e contribuição social		
Diferido	868	–
	868	**–**
Resultado do exercício	**(333.563)**	**(317.394)**
Resultado por ação:		
Por ação ordinária	(0,02490)	(0,64615)
Por ação preferencial	(0,02490)	(0,64615)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido *(Em milhares de Reais - R$)*

	Capital social	Reserva de capital	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2023	**591.915**	**17.566**	**50.000**	**(4)**	**(2.810.834)**	**(2.151.357)**
Resultado do período	–	–	–	–	(333.563)	(333.563)
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos		**–**	**–**	**–**	**(333.563)**	**(333.563)**
Outros resultados abrangentes:						
Ganhos (Perdas) atuariais com plano de pensão	–	–	–	23	–	23
Contribuição e distribuição para acionistas						
Aumento de capital social	100.000	–	(50.000)	–	–	50.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	105.000	–	–	105.000
Total das transações com e para acionistas	**100.000**	**–**	**55.000**	**23**	**–**	**155.023**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**691.915**	**17.566**	**105.000**	**19**	**(3.144.397)**	**(2.329.897)**

	Capital social	Reserva de capital	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2022	**551.915**	**17.566**	**–**	**(100)**	**(2.493.440)**	**(1.924.059)**
Resultado do período	–	–	–	–	(317.394)	(317.394)
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	**–**	**–**	**–**	**–**	**(317.394)**	**(317.394)**
Outros resultados abrangentes:						–
Ganhos atuariais com plano de pensão	–	–	–	96	–	96
Contribuição e distribuição para acionistas						
Aumento de capital social	40.000	–	–	–	–	40.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	50.000	–	–	50.000
Total das transações com e para acionistas	**40.000**	**–**	**50.000**	**96**	**–**	**90.096**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**591.915**	**17.566**	**50.000**	**(4)**	**(2.810.834)**	**(2.151.357)**

Diretoria
João Alberto Fernandez de Abreu - Diretor Presidente

Contadora
Renata Pavanelli Chaves - CRC 1SP283861/O-1

Rumo Malha Central S.A.

CNPJ: 33.572.408/0001-97

Demonstrações Financeiras

Balanços patrimoniais *(Em milhares de Reais - R$)*

Ativos	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	167.547	1.338.345
Títulos e valores mobiliários	26.710	59.487
Contas a receber de clientes	58.925	43.093
Estoques	849	1.422
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	18.198	–
Outros tributos a recuperar	6.045	2.227
Adiantamento a fornecedores	6.074	–
Outros ativos	11.324	7.086
Ativo circulante	**295.672**	**1.451.660**
Caixa restrito	108.560	84.969
Imposto de renda e contribuição social diferidos	340.238	338.405
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	42.237	61.462
Outros tributos a recuperar	27.224	32.503
Depósitos judiciais	3.802	4
Instrumentos financeiros derivativos	17	5.886
Outros ativos	192	–
Direito de uso	2.766.630	2.806.013
Imobilizado	2.995.111	2.297.462
Intangíveis	877	1.213
Ativo não circulante	**6.284.888**	**5.627.917**
Total do ativo	**6.580.560**	**7.079.577**

Passivos	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e financiamentos	69.624	64.928
Passivos de arrendamento	11.114	7.022
Instrumentos financeiros derivativos	145.319	174.512
Fornecedores	156.186	107.167
Ordenados e salários a pagar	9.259	7.625
Imposto de renda e contribuição social correntes	82	90
Outros tributos a pagar	2.684	4.904
Pagáveis a partes relacionadas	–	24.563
Adiantamento de clientes	–	4.726
Arrendamentos e concessões	9.260	8.753
Outros passivos financeiros	40.173	84.179
Outras contas a pagar	12.785	–
Passivo circulante	**456.486**	**488.469**
Empréstimos e financiamentos	2.200.559	2.070.010
Fornecedores	197.186	–
Instrumentos financeiros derivativos	146.724	89.849
Provisão para demandas judiciais	107	7
Passivo de arrendamento	929.366	785.353
Arrendamentos e concessões	15.440	9.823
Pagáveis a partes relacionadas	–	1.000.000
Outros passivos financeiros	–	29.985
Outras contas a pagar	12.090	12.095
Passivo não circulante	**3.501.472**	**3.997.122**
Total do passivo	**3.957.958**	**4.485.591**
Patrimônio líquido		
Capital social	3.250.000	3.250.000
Prejuízos acumulados	(627.398)	(656.014)
Total do patrimônio líquido	**2.622.602**	**2.593.986**
Total do passivo e passivo a patrimônio líquido	**6.580.560**	**7.079.577**

Demonstrações de resultados do exercício *(Em milhares de Reais - R$, exceto resultado por ação)*

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	1.262.540	1.014.788
Custos dos serviços prestados	(769.606)	(659.895)
Lucro bruto	**492.934**	**354.893**
Despesas comerciais	(16)	(664)
Despesas gerais e administrativas	(45.146)	(34.076)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(2.375)	2.653
Despesas operacionais	**(47.537)**	**(32.087)**
Resultado antes do resultado financeiro líquido e do imposto de renda e contribuição social	**445.397**	**322.806**
Despesas financeiras	(298.794)	(355.505)
Receitas financeiras	97.466	210.460
Variação cambial, líquida	113.234	110.274
Derivativos e valor justo	(316.522)	(309.665)
Resultado financeiro líquido	**(404.616)**	**(344.436)**
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	**40.781**	**(21.630)**
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(13.999)	4
Diferido	1.834	7.617
	(12.165)	**7.621**
Resultado do exercício	**28.616**	**(14.009)**
Resultado por ação básico e diluído:	**0,00640**	**(0,00313)**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido *(Em milhares de Reais - R$)*

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2023	**3.250.000**	**(656.014)**	**2.593.986**
Resultado do exercício	–	28.616	28.616
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	**–**	**28.616**	**28.616**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**3.250.000**	**(627.398)**	**2.622.602**

	Capital social	Ajuste Avaliação Patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2022	**3.250.000**	**(445)**	**(642.005)**	**2.607.550**
Resultado do exercício	–	–	(14.009)	(14.009)
Outros resultados abrangentes:				
Resultado com *hedge accounting* de fluxo de caixa, líquido	–	445	–	445
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	**–**	**445**	**(14.009)**	**(13.564)**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**3.250.000**	**–**	**(656.014)**	**2.593.986**

Diretoria
João Alberto Fernandez de Abreu - Diretor Presidente

Contadora
Renata Pavanelli Chaves - CRC 1SP 283.861/O-1

EDITAL DE INTIMAÇÃO- PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0146936-79.2009.8.26.0001 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 9ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Marcelo Tsuno, na forma da Lei, etc.FAZ SABER a(o) LUIZ CARLOS BIAZZI VIEGAS, MARCIA NICOLOU MENIN e seus filhos LUCIANA ROCCO VIEGAS, LUIZ GUSTAVO ROCCO VIEGAS, CARLOSAUGUSTO ROCCO VIEGAS E ALINE FERNANDA ROCCO VIEGAS que foi declarada a INEFICÁCIA DO NEGÓCIO JURÍDICO celebrado entre o executado, sua esposa e seus filhos supracitados, qual seja, a doação do imóvel de matrícula n° 107.759 registrado no 15°CRI/SP. Encontrando-se as partes interessadas em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua INTIMAÇÃO, por EDITAL. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

1ª Vara Cível - Foro Regional IX - Vila Prudente - São Paulo. 1º Ofício Cível Edital de Citação. Prazo 20 dias. Processo nº: **1003692-41.2015.8.26.0009.** A Dra. Fabiana Pereira Ragazzi, Juíza de Direito da 1ª Vara Cível - Foro Regional IX - Vila Prudente, Faz Saber ELIANA ALVES DOS SANTOS, CPF: 022.821.598-61 que Banco do Brasil S/A lhe ajuizou ação MONITÓRIA, para cobrança da quantia de R$ 260.000,00 (abril de 2015), referente ao contrato de abertura de crédito em conta corrente. Estando o requerido em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito (ficando isento de custas processuais), acrescido de honorários advocatícios equivalentes a 5% do valor do débito (artigo 701 do NCPC), ou ofereça embargos, sob pena de converter-se o mandado inicial em mandado executivo. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito, nos moldes do artigo 257, IV do NCPC. Será o presente, afixado e publicado. São Paulo, 29/08/2023. 04 e 05/04/2024

Cartonifício Valinhos S/A

CNPJ 45.992.476/0001-94

Edital de Convocação

Conforme disposto no §2º da Lei nº 6.404/76, convocamos os acionistas para AGO a realizar-se dia 22/04/2024, às 15:00hs na sede da Empresa à Rua 12 de Outubro, nº 20 - Vila Santana, município de Valinhos, estado de São Paulo, a fim de deliberarem sobre: Ordem do dia: 1) Exame, discussão e votação do Balanço Patrimonial e Demonstrações financeiras do Exercício findo 2023; 2) Eleição da diretoria; 3) Outros assuntos. Valinhos, 03 de abril de 2024. **Cartonifício Valinhos S/A.**

SWISS RE BRASIL RESSEGUROS S.A.

CNPJ/MF nº 15.047.380/0001-97 - NIRE 35.300.439.368

Extrato da Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 12 de março de 2024

Aos 12/03/2024, às 10h, na sede social, com a totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Sr. Fabio Arturo Corrias; e Secretário: Sr. Gustavo Amado León. **Deliberações Unânimes: (a) Aprovar**, sem reservas, (i) as contas dos administradores; (ii) as Demonstrações Financeiras; (iii) o Relatório da Administração da Companhia; e (iv) o Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023; **(b) Consignar** que não haverá distribuição de dividendos aos acionistas, tendo em vista que os lucros apurados no exercício social encerrado em 31/12/2023, no montante total de **R$ 21.617.445,60**, serão utilizados para absorção do prejuízo acumulado, remanescendo o montante total de **R$ 56.673.784,47** na conta de prejuízos acumulados da Companhia, nos termos do artigo 189 da Lei das Sociedades por Ações; e **(c) Fixar** a remuneração anual e global dos membros da administração da Companhia em R$ 5.400.000,00. Nada mais. São Paulo, 12/12/92024. **Mesa: Fabio Arturo Corrias -** Presidente; **Gustavo Amado León -** Secretário. **JUCESP** nº 128.336/24-9 em 26/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

UP.P HOLDING S.A.

CNPJ/ME nº 43.562.306/0001-44 - NIRE 35.300.577.167

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam os senhores acionistas da **UP.P HOLDING S.A.** ("Companhia") convocados a comparecem à assembleia geral extraordinária que será realizada às 09h30 horas da manhã do dia 12 de abril de 2024, em primeira convocação, exclusivamente de forma presencial, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Elvira Ferraz, 250, 11º andar, conjunto 1.106, Edifício F.L Office, Vila Olímpia, CEP 04552-040, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), e da cláusula 11 do estatuto social da Companhia, para deliberar sobre: (i) a homologação do aumento de capital social no valor de R$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) mediante a subscrição de 1.215.224 (um milhão, duzentas e quinze mil, duzentas e vinte e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 1.215.224 (um milhão, duzentas e quinze mil, duzentas e vinte e quatro) ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, em razão da conversão das debêntures emitidas pela Companhia em 26 de dezembro de 2024, nos termos do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, em 2 (duas) Séries, da Espécie Quirografária, para Colocação Privada, da Companhia; e (ii) a consequente alteração da cláusula 5º do estatuto social da Companhia. A Companhia esclarece que para participação na assembleia geral extraordinária, os acionistas deverão apresentar à Companhia o documento de identidade e, caso o acionista se faça representar por procurador, além do documento de identidade, será necessário apresentar, o instrumento de mandato com reconhecimento de firma do outorgante, observado o disposto no parágrafo 1º do artigo 126 da Lei das S.A. Os documentos necessários para a tomada de decisão estão disponíveis para consulta na sede social.

São Paulo, 4 de abril de 2024. **Gabriel Campos Pérgola -** Diretor, **Roger Keiti Sasazaki -** Diretor

BRKNI S.A.

CNPJ/MF nº 34.480.942/0001-36 – NIRE 35.300.539.966

Ata da Assembleia Extraordinária realizada em 08 de janeiro de 2024, às 10:00 horas

Dia, Hora e Local: 08/01/2024, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, 29º andar, Ala B, Vila Gertrudes, em São Paulo-SP. **Convocação:** Dispensada a Convocação, na forma do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76, conforme alteradas ("Lei das S.A."). **Presenças:** Representantes da totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente, Sra. Gabriela Velloso Tavares, e Secretário, Sr. Rodolfo Duarte Bruscain. **Ordem do Dia: (1)** a lavratura da presente ata na forma de sumário; **(2)** a aprovação da alteração do artigo 2º do Estatuto Social da Companhia, a fim de alterar o endereço da sede; e **(3)** a alteração do jornal utilizado pela Companhia, para divulgação e publicação dos atos e documentos. **Deliberações:** Instalada a Assembleia, após apresentação, exame e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas detentores da totalidade do capital social da Companhia, sem quaisquer restrições, **(1)** resolvem autorizar a lavratura da presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o artigo 130, § 1º da Lei das S.A.; **(2)** aprovar a alteração do artigo 2º do Estatuto Social da Companhia, a fim de alterar o endereço da sede da Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, 29º andar, Ala B, Vila Gertrudes, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04.794-000, para Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, 7º andar – parte, Torre Corporativa B2 – Paineira, Setor B, Vila Gertrudes, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04.794-000. Como consequência, o artigo 2º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação: "***Art. 2º***. *A Companhia tem sua sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, 7º andar – parte, Torre Corporativa B2 – Paineira, Setor B, Vila Gertrudes, CEP 04.794-000, podendo, onde e quando convier, abrir ou encerrar filiais, sucursais, agências, escritórios, representações e dependências similares em qualquer parte do território nacional ou no exterior, mediante deliberação da Diretoria.*"; e **(3)** aprovar a alteração do jornal utilizado pela Companhia, para divulgação e publicação dos atos e documentos da Companhia, o qual deixa de ser o Valor Econômico, e passa a ser, exclusivamente, o Jornal O Dia SP. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. São Paulo/SP, 08/01/2024. **Mesa:** Gabriela Velloso Tavares, *Presidente;* e Rodolfo Duarte Bruscain, *Secretário*. **Acionistas:** BRK Ambiental Participações S.A. e BRK Ambiental – Projetos Ambientais S.A. (representada nos termos do seu estatuto social). Certifico e dou fé que a presente Ata é cópia fiel da Ata lavrada no Livro de Atas de Assembleias Gerais da Companhia. Rodolfo Duarte Bruscain – Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 27.123/24-8 em 19/01/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Kadisha Investimentos Ltda.

CNPJ nº 32.423.308/0001-36

Convocação Assembleia de Sócios 2024

1. A signatária, Leda Maria Barjas Baléche, CPF nº 578.997.388-49 infra-assinada, na qualidade de sócia e administradora da KADISHA, vem, com fundamento no artigo 1078 Lei nº 10.406/02, convocar V.Sa para participar de Assembleia que se realizará no 16.04.2024 às 9:00 hs em primeira convocação e às 10:00 hs em segunda convocação (§2º do item 6 do contrato social) para: **(a)** Prestação de contas dos Administradores referentes aos exercícios sociais encerrados em 31.12.2018, 31.12.2019, 31.12.2020, 31.12.2021, 31.12.2022 e 31.12.2023; **(b)** Análise dos balanços patrimoniais e os de resultados econômicos dos exercícios sociais encerrados em 31.12.2021, 31.12.2022 e 31.12.2023 para apuração e confirmação de lucros em cada um daqueles exercícios sociais e sua respectiva distribuição; **(c)** Apresentação, pelo administrador Vinicius Barjas Baléche, CPF nº 223.209.008-61, de todos os documentos que respaldaram todos os aportes feitos ao capital da KADISHA a título de integralização conforme itens 2 e 3 da 3ª Alteração do Contrato Social, registrada na JUCESP sob o nº 568.252/21-4, em sessão de 08/12/2021, haja vista ter a signatária sido induzida em erro para firmar mencionada alteração social — que em razão disso deverá ter seu registro cancelado e consequentemente anulados todos os seus efeitos legais, o que será feito através de ação própria; **(d)** Caso o sócio Vinicius Barjas Baléche, CPF nº 223.209.008-61, entenda, como exposto na alínea "c" acima, ter havido erro ensejador da assinatura da 3ª Alteração do Contrato Social pela signatária, sem necessidade do recurso ao Poder Judiciário, ser então deliberada a retificação da ata que instrumentou aquela 3ª Alteração do Contrato Social, para dela constar a subscrição pela signatária, de tantas quotas sociais quantas as integralizadas pelo sócio Vinicius Barjas Baléche, para a observância da proporção de 50% de cada um dos sócios no capital da sociedade. **(e)** Apresentação, pelo administrador Vinicius Barjas Baléche, CPF nº 223.209.008-61, de todos os documentos que respaldaram todos os aportes ao capital da KADISHA ou ingressos de qualquer natureza , conforme item 3 da 3ª Alteração do Contrato Social, registrada na JUCESP sob o nº 568.252/21-4 , em sessão de 08/12/2021; **(f)** Outras matérias relacionadas e pertinentes aos tópicos anteriores especificamente atinentes à origem de recursos para a integralização de capital e contabilização de despesas. 2. De qualquer forma e já para os fins legais, por meio desta fica o socio Vinicius Barjas Baléche, ciente de que: **(i)** Nos termos do Artigo 126 da LSA e da IN DREI nº 81/2020, para participar da Assembleia o sócio deverá apresentar o documento de identificação e/ou o documento societário respectivo. Com relação à participação de sócio por meio de procurador, deverão ser observados os requisitos do artigo 126 da LSA. **(ii)** Os sócios que desejarem participar da Assembleia deverão solicitar o link e demais dados de acesso ao sistema eletrônico, obrigatoriamente, até 30 minutos antes da abertura dos trabalhos da Assembleia, mediante envio de e-mail ao seguinte endereço eletrônico: hlaw@hlaw.com.br, até 48 horas antes do horário previsto para a realização da Assembleia, e para o qual também serão encaminhados os documentos de identificação e de representação. O e-mail enviado com a solicitação e respectivos documentos será considerado e-mail de credenciamento. Os sócios que se credenciarem e participarem via Zoom, serão considerados presentes à Assembleia e assinantes da respectiva ata, que deverá ser firmada pelo Presidente e Secretário da mesa. **(iii)-** Após o envio do e-mail pelo sócio com o seu documento ou de seu procurador, será enviado um convite individual com o link de acesso e instruções sobre o registro no sistema eletrônico. Os convites individuais para acesso virtual serão enviados aos endereços de e-mail que tiverem sido validados no credenciamento. **(iv)** Participação e voto a distância: As manifestações de voto e/ou outras manifestações, por escrito, dos sócios, se for o caso, serão entregues pelos sócios na respectiva ordem, durante a realização da Assembleia. Cada manifestação escrita poderá ser enviada durante a Assembleia para o e-mail mencionado acima, ou, ainda, ser anexada no sistema eletrônico. Os sócios, desde já, autorizam a KADISHA a utilizar quaisquer informações constantes da gravação da Assembleia, em qualquer esfera administrativa e/ou judicial. Eventuais dúvidas sobre as questões acima poderão ser dirimidas por meio de mensagem eletrônica para o endereço eletrônico acima mencionado. Leda Maria Barjas Baléche. São Paulo, 05/04/2024. (05, 08 e 09/04/2024)

CREDITCORP SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/ME 49.947.676/0001-86 - NIRE 35300611292

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: No dia 28 de março de 2024, às 10:00 (dez) horas, realizada na sede da Creditcorp Securitizadora S.A. (**"Companhia"**), localizada na Rua Fidêncio Ramos, nº 100, 14º andar, Bairro Vila Olímpia, CEP 04551-010, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação prévia, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei n.º 6.404/76, conforme alterada (**"Lei das S.A."**), tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. Companhia. **3. MESA:** Sr. Luiz Fernando Castello Branco Gonçalves Júnior – Presidente e Sr. Henrique Carvalho Silva – Secretário. **4. ORDEM DO DIA:** Apreciar e deliberar sobre (i) a 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em 3 (três) séries, a ser realizada pela Companhia (**"Debêntures"** e **"Emissão"**, respectivamente), a qual será objeto de oferta privada de distribuição (**"Oferta Privada"**), nos termos do *"Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em 3 (Três) Séries, para Colocação Privada, da Creditcorp Securitizadora S.A."*, a ser celebrado entre a Companhia, na qualidade de **"Emissora"**, e **AUGME CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA.; BANCO RNX S.A.; BTG PACTUAL WM GESTÃO DE RECURSOS LTDA.; ITAÚ UNIBANCO S.A.; MARC BUCKINHAM SLEZYNGER; MARCELLO DA COSTA SILVA; MARCOS BARTOLINI SPIELER; PEDRO HENRIQUE DE OLIVEIRA; WARREN BRASIL GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS LTDA.; WESTERN ASSET MANAGEMENT COMPANY DTVM LIMITADA e MILÊNIO CAPITAL GESTÃO DE INVESTIMENTOS LTDA.**, na qualidade de **"Debenturistas"** (**"Escritura de Emissão"**); (ii) aprovar a celebração, pela Companhia, do Instrumento Particular de Cessão Fiduciária em Garantia e Outras Avenças (**"Instrumento de Cessão Fiduciária"**), cujo objeto é a cessão fiduciária da totalidade dos Direitos Creditórios Alienados (conforme definido abaixo), em benefício da totalidade dos Debenturistas; (iii) a delegação de poderes e autorização à Diretoria da Companhia para tomar todas as providências necessárias à realização da Emissão, inclusive, mas não limitado à (a) contratação dos prestadores de serviços da Emissão; (b) discussão, negociação, definição dos termos e celebração, pela Companhia, no âmbito da Emissão, da Escritura de Emissão e demais documentos necessários à Emissão e à Oferta Privada; e (c) bem como todos os demais documentos e eventuais aditamentos no âmbito da Emissão, além da prática de todos os atos necessários à efetivação da Emissão e da Oferta Privada; e (iv) a ratificação de todos os atos praticados pela Diretoria da Companhia no âmbito da Emissão e da Oferta Privada. **5. DELIBERAÇÕES:** Após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, foi aprovado por acionistas representando 100% (por cento) do capital social da Companhia o quanto segue: **(I)** aprovaram a realização da Emissão, a qual terá as características e condições descritas no Anexo I desta Ata. **(II)** Aprovaram a delegação de poderes à Diretoria da Companhia, a qual fica autorizada a adotar todas as providências necessárias à realização da Emissão e da Oferta Privada, inclusive, mas não se limitando, à (a) contratação dos prestadores de serviços da Emissão; (b) discussão, negociação, definição dos termos e celebração, pela Companhia, no âmbito da Emissão e da Oferta Privada, da Escritura de Emissão e demais documentos necessários à Emissão e à Oferta Privada; e (c) bem como todos os demais documentos e eventuais aditamentos no âmbito da Emissão, além da prática de todos os atos necessários à efetivação da Emissão e da Oferta Privada; e **(III)** Aprovaram a celebração do Instrumento de Cessão Fiduciária e a consequente cessão fiduciária, pela Companhia, da totalidade dos **(i)** direitos creditórios vinculados as CCB efetivamente alienadas e endossadas para a Emissora e os créditos que delas decorrem, vinculados à Emissão, **(ii)** direitos creditórios decorrentes da conta bancária exclusiva vinculada à Emissão, e **(iii)** direitos creditórios decorrentes dos investimentos permitidos no âmbito da Emissão, em benefício da totalidade dos Debenturistas (em conjunto, os **"Direito Creditórios Alienados"**). **(IV)** Ratificaram todos os atos praticados pela Diretoria da Companhia no âmbito da Emissão, da Oferta Privada e do Instrumento de Cessão Fiduciária. **6. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, a qual foi lida, achada conforme, aprovada, e por todos os presentes assinada. **7. ASSINATURAS:** Acionistas presentes: Luiz Fernando Castello Branco Gonçalves Junior, Mesa: Sr. Luiz Fernando Castello Branco Gonçalves Júnior – Presidente e Sr. Henrique Carvalho Silva - Secretário. Certifico que a presente é cópia fiel extraída do Livro de Atas de Assembleias Gerais da **CREDITCORP SECURITIZADORA S.A.** São Paulo, 28 de março de 2024. Mesa: Luiz Fernando Castello Branco Gonçalves Júnior - Presidente; Henrique Carvalho Silva - Secretário

CGN BRASIL COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 48.563.988/0001-23

As demonstrações financeiras completas referente ao exercício findo em 31/12/2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/.
O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitida em 01 de abril de 2024 sem modificações.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	33.706	10.089
Contas a receber de clientes	8	13.788	–
Tributos e contribuições a compensar		1	–
Contratos futuros de energia	9	7.808	–
Total do ativo circulante		**55.303**	**10.089**
Tributos e contribuições a compensar		996	–
Contratos futuros de energia	9	2.342	–
Total do ativo não circulante		**3.338**	–
Total do ativo		**58.641**	**10.089**

	Nota	2023	2022
Passivo			
Fornecedores	11	10.783	–
Obrigações sociais e trabalhistas		580	–
Obrigações fiscais		68	5
Dividendos a pagar	10	286	14
Contas a pagar à partes relacionadas	10	1.561	–
Imposto de renda e contribuição social a pagar		652	25
Contratos futuros de energia	9	3.188	–
Total do passivo circulante		**17.117**	**44**
Contratos futuros de energia	9	9.263	–
Tributos diferidos		1.275	–
Total do passivo não circulante		**10.538**	–
Capital social		30.000	10.000
Reserva legal		65	3
Reserva de lucros		920	43
Total do patrimônio líquido	12	**30.985**	**10.046**
Total do passivo e patrimônio líquido		**58.641**	**10.089**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E PERÍODO DE 26 DE OUTUBRO À 31 DE DEZEMBRO DE 2022 *(Em milhares de Reais)*

		Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Integralização de capital	12.a	10.000	–	–	–	10.000
Lucro líquido do exercício		–	–	–	60	60
Constituição da reserva legal	12.b	–	3	–	(3)	–
Dividendos mínimo obrigatório	12.c	–	–	–	(14)	(14)
Reserva de lucros	12.c	–	–	43	(43)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**10.000**	**3**	**43**	–	**10.046**
Integralização de capital	12.a	20.000	–	–	–	20.000
Lucro líquido do exercício		–	–	–	1.232	1.232
Constituição da reserva legal	12.b	–	62	–	(62)	–
Dividendos mínimo obrigatório	12.c	–	–	–	(293)	(293)
Reserva de lucros	12.c	–	–	878	(878)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**30.000**	**65**	**920**	–	**30.985**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E PERÍODO DE 26 DE OUTUBRO À 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Receita líquida de venda de energia	13	65.264	–
Custo do serviço de energia	14	(61.718)	–
Resultado contratos futuros de energia	9	(2.300)	–
Lucro operacional bruto		**1.245**	–
Despesas gerais e administrativas	14	(2.557)	(8)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	14	2.386	(5)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**1.074**	**(12)**
Receitas financeiras	15	2.454	97
Despesas financeiras	15	(58)	–
Resultado financeiro líquido		**2.395**	**97**
Resultado antes dos impostos		**3.469**	**85**
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	(2.237)	(25)
Lucro líquido do exercício		**1.232**	**60**
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		0,0411	0,0020

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E PERÍODO DE 26 DE OUTUBRO À 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de Reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	1.232	60
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente total	**1.232**	**60**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E PERÍODO DE 26 DE OUTUBRO À 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício		**1.232**	**60**
Ajustes para:			
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	2.237	25
Contratos futuros de energia	9	2.300	–
		5.770	**85**
Variações em:			
Contas a receber de clientes	8	(13.788)	–
Tributos e contribuições a compensar		(997)	–
Partes relacionadas		1.561	–
Fornecedores	11	10.783	–
Obrigações sociais e trabalhistas		580	–
Obrigações fiscais		(118)	5
Tributos diferidos		1.275	–
Caixa proveniente das atividades operacionais		**5.067**	**89**
Impostos pagos sobre o lucro		(1.429)	(377)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		**3.638**	**(287)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Dividendos pagos		(21)	–
Integralização de capital	12	20.000	10.000
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		**19.979**	**10.000**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**23.617**	**10.089**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**10.089**	–
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**33.706**	**10.089**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DIRETORIA

Ana Carolina Cabral Molina – Diretora
Li Li – Diretor

CONTADOR

Pedro Paganni Lopes – CRC PR - 077115/O-1

HERES PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 22.554.410/0001-17

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço Patrimonial para os Exercícios Findos em 31 de dezembro - (Valores em milhares de reais - R$)

Ativo	Notas	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3	3
Total do ativo circulante		**3**	**3**
Não circulante			
Investimentos	5	39.110	36.492
Total do ativo não circulante		**39.110**	**36.492**
Total do ativo		**39.113**	**36.495**

Passivo	Notas	2023	2022
Circulante			
Fornecedores	6	9	6
Total do passivo circulante		**9**	**6**
Patrimônio líquido	7		
Capital social	7.1	18.033	18.033
Reserva de lucros	7.3	20.151	17.519
Ajustes de avaliação patrimonial	7.4	920	937
Total do patrimônio líquido		**39.104**	**36.489**
Total do passivo		**39.113**	**36.495**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de reais - R$)

	Notas	Capital social: Capital subscrito	Capital social: Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Retenção de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021		**17.001**	**1.032**	**1.324**	**8.631**	**953**	**-**	**28.941**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	11.651	11.651
Realização de avaliação patrimonial do imobilizado		-	-	-	-	(17)	17	-
Constituição de reserva legal		-	-	583	-	-	(583)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	7.2	-	(1.032)	-	-	-	-	(1.032)
Integralização do capital		1.032	-	-	-	-	-	1.032
Destinações:								
Constituição de reservas		-	-	-	6.981	-	(6.981)	-
Distribuição de lucros		-	-	-	-	-	(4.104)	(4.104)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**18.033**	**-**	**1.907**	**15.612**	**937**	**-**	**36.489**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	6.241	6.241
Realização de avaliação patrimonial do imobilizado		-	-	-	-	(17)	17	-
Constituição de reserva legal		-	-	312	-	-	(312)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	7.2	-	-	-	-	-	-	-
Integralização do capital		-	-	-	-	-	-	-
Destinações:								
Constituição de reservas		-	-	-	2.320	-	(2.320)	-
Distribuição de lucros		-	-	-	-	-	(3.626)	(3.626)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**18.033**	**-**	**2.219**	**17.932**	**920**	**-**	**39.104**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras completas, findas em 31 de dezembro de 2023 e as notas explicativas na íntegra encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia.

Diretoria: Miriam Persinotti Lanzi — **Marcelo de Castro Cicconi** - Contador CRC 1SP260428/O-4

Demonstração do Resultado para os Exercícios Findos em 31 de dezembro - (Valores em milhares de reais - R$)

Receita operacional líquida	Notas	2023	2022
Resultado de equivalência em investimento em controlada	5	**6.342**	**11.721**
Despesas gerais e administrativas	8	(98)	(67)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		**6.244**	**11.653**
Despesas financeiras	9	(3)	(2)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**6.241**	**11.651**
Lucro líquido do exercício		**6.241**	**11.651**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente para os Exercícios Findos em 31 de dezembro - (Em milhares de reais - R$)

	Notas	2023	2022
Lucro líquido do exercício		**6.241**	**11.651**
Total do resultado abrangente		**6.241**	**11.651**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa - para os Exercícios Findos em 31 de dezembro - (Em milhares de reais - R$)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	6.241	11.651
Ajuste para reconciliar o lucro (prejuízo) líquido ao caixa consumido nas atividades operacionais		
Resultado de equivalência patrimonial	(6.342)	(11.721)
	(101)	**(70)**
Variações passivo		
Fornecedores	3	(1)
Caixa gerado pelas operações		
Dividendos recebidos	3.724	4.174
Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades operacionais	**3.622**	**4.103**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Distribuição de lucros	(3.626)	(4.104)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos	**(3.626)**	**(4.104)**
Caixa líquido (consumido nas) gerado pelas atividades operacionais e de financiamentos	**-**	**(1)**
A variação das disponibilidades é assim demonstrada		
No início do exercício	3	4
No fim do exercício	3	3
(Diminuição) aumento das disponibilidades	**-**	**(1)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Citação - Prazo 20 dias Processo nº 0008740-69.2022.8.26.0100 O Doutor DANILO FADEL DE CASTRO, Juiz da 10ª Vara Cível - Foro Central Cível – SP,FAZ SABER: a Milton Lopes de Oliveira, CPF nº 110.693.841-00, ação: Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica (Inadimplemento), reqte: Alexandre Dantas Fronzaglia, e não localizado o requerido defere-se a CITAÇÃO por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 (quinze) dias fluídos após o decurso do prazo do presente edital, a ação ou apresente resposta, com advertência de que será nomeado curador especial em caso de revelia (art. 257, IV do CPC). Afixe-se e Publique-se o edital.

Edital de 1ª e 2ª Praça de Bem Imóvel e para Intimação dos executados **OLIVEIRA & BUSSE LTDA., CNPJ Nº 34.007.171/0001-64; ANDRÉ FERNANDO BUSSE GALLÃO, CPF Nº 144.545.718-05,** dos credores **BANCO SANTANDER S/A, CNPJ Nº 90.400.888/0001-42, VALECRED SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S/A, CNPJ Nº 26.680.185/0001-16, FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL ONE7 LP, CNPJ Nº 08.654.210/0001-05,** e demais interessados, expedido nos autos da Ação de Execução, requerida por **ONE7 SECURITIZADORA DE CRÉDITOS COMERCIAIS LTDA., CNPJ Nº 32.324.875/0001-35. Processo nº 1003903-31.2022.8.26.0624.** Dr. Rubens Petersen Neto, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível do Foro da Comarca de Tatuí, na forma da Lei, etc. ... **FAZ SABER** aos que o presente edital de 1ª e 2ª Praça de bem imóvel virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que na forma do art. 879 do CPC, regulamentado pelo Provimento 1625/2009, através do gestor judicial homologado pelo Tribunal de Justiça www.faroonline.com.br, sob o comando do leiloeiro oficial Renato Morais Faro, Jucesp nº 431, no dia 09/04/2024, às 15:00 horas, terá início a 1ª praça e se estenderá por três dias subsequentes, encerrando-se em 12/04/2024, às 15:00 horas, sendo entregue a quem mais der igual ou acima da avaliação, sendo que, em não havendo licitantes, abrir-se-á a 2ª praça no dia 12/04/2024, às 15:01 horas e se encerrará no dia 30/04/2024, às 15:00 horas, para o 2º Leilão, ocasião em que os referidos bens serão entregues a quem mais der, não devendo ser aceito lance inferior a 50% da avaliação atualizada. Pelo presente edital, ficam intimados os executados e demais interessados, se não intimados pessoalmente ou na pessoa de seus advogados. **IMÓVEL**: **LOTE ÚNICO:** Um lote de terreno, situado na Alameda 7, lote 01, quadra SK, no Residencial Riviera Di Capri, na cidade de Guaraci/SP, constante da matrícula nº 42.307, do CRI de Olímpia/SP, cadastro municipal nº 1310110001001-0. Descrição em matrícula: ALAMEDA SETE, lote nº 01, da quadra "SK', no loteamento denominado "RESIDENCIAL RIVIERA DI CAPRI", na cidade de Guaraci-SP. Um lote de terreno, sem benfeitorias, medindo e confrontando da seguinte forma: "Inicia-se em um ponto localizado na Alameda Sete, distante 32,47 metros da Alameda Um-A, segue com distância de 15,77 metros (quinze metros e setenta e sete centímetros) de frente para a Alameda Sete. Deste deflete à direita com distância de 30,00 (trinta) metros, confrontando com o lote nº 02, da quadra SK. Deste deflete à direita com distância de 14,25 metros (catorze metros e vinte e cinco centímetros), confrontando com a Área Verde IV. Deste deflete à direita com distância de 30,00 (trinta) metros, confrontando com a Área Verde IV, até o ponto inicial, encerrando a área de 450,19 metros quadrados (quatrocentos e cinquenta metros e dezenove centímetros). De acordo com o auto de avaliação, o imóvel não tem construções, encontra-se cercado e com algumas plantas. Terreno com ótima topologia, área verde ao lado, em condomínio fechado e as margens do Rio Grande. VALOR DA AVALIAÇÃO: R$85.000,00 (oitenta e cinco mil reais), conforme auto de avaliação de fls., constante dos autos, datado de setembro/2023. **VALOR DA AVALIAÇÃO ATUALIZADO PELA TABELA DO TJ/SP PARA JANEIRO/2024: R$85.750,00 (oitenta e cinco mil, setecentos e cinquenta reais). Obs.1:** Da matrícula do referido imóvel, consta que no Registro Anterior R.4 – Matrícula nº 35.470, do Registro Geral, do Cartório de Olímpia (Processo autuado sob o nº 25.2.013 – Lot., deste Ofício, onde constam Projeto do Loteamento e demais documentos pertinentes ao artigo 18 da Lei n.6.766/79, e requerimento da proprietária datado de 10/01/2013, cujo projeto é de responsabilidade do Engenheiro Agrimensor – Ailton Pinto Neto – CREA/SP 040.040826-5, aprovado pela municipalidade de Guaraci em data de 01 de março de 2013, e reaprovado em data de 05 de setembro de 2013, tendo recebido Certificado do Graprohab nº 682/2012, datado de 18/12/2012, constando condições constantes do contrato padrão do loteamento, arquivado neste Ofício); **Obs.2**: Consta da Av. 05 da referida matrícula a existência de Ação de Execução, processo nº 1004589-64.2021.8.26.0072, promovido por Banco Santander S/A, CNPJ nº 90.400.888/0001-42, em face de AFB Gallão Bebedouro e Outro, em trâmite perante a 1ª Vara Judicial de Bebedouro/SP; **Obs. 3:** Consta da Av. 06 da referida matrícula penhora nos autos da Ação de Execução, processo nº 1004589-64.2021.8.26.0072, promovido por Banco Santander S/A, CNPJ nº 90.400.888/0001-42, em face de AFB Gallão Bebedouro e Outro, em trâmite perante a 1ª Vara Judicial de Bebedouro/SP; **Obs. 4:** Consta da Av. 07 da referida matrícula penhora nos autos da Execução Civil, processo nº 1006509-66.2021.8.26.0624, promovida por VALECRED SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S/A, CNPJ Nº 26.680.185/0001-16, em face de André Fernando Busse Gallão; **Obs. 5**: Consta da Av. 08 da referida matrícula arresto nos autos da Execução Cívil, processo nº 1006770-90.2022, promovida por FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL ONE7 LP, CNPJ Nº 08.654.210/0001-05, em face ANDRÉ FERNANDO BUSSE GALLÃO E OUTRO, em trâmite perante a 1ª Vara Cível do Foro Regional de Pinheiros; **Obs. 6:** Consta da Av. 09 da referida matrícula existência de Ação de Execução de Título Extrajudicial, processo nº 1052238-07.2022.8.26.0002, promovida por Money Money Serviços Financeiros S/A, CNPJ nº 34.892.366/0001-34, em face ANDRÉ FERNANDO BUSSE GALLÃO E OUTRO, em trâmite perante a 23ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo; **Obs.: 7:** Consta da Av. 10 da referida matrícula, consta a penhora destes autos. Os interessados terão acesso à integra do edital de leilão e à maiores informações, por telefone: (11) 3105-4872 ou no site www,faroonline.com.br.

Número de trabalhadores estrangeiros quase dobrou no Paraná entre 2018 e 2022

O número de trabalhadores estrangeiros com emprego formal quase dobrou no Paraná entre 2018 e 2022. A informação faz parte de uma análise feita pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes) a partir de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego.

No período analisado, o total de trabalhadores formais não nascidos no País saltou de 19.605 para 37.703 no Estado, o que representa um aumento de 92% neste contingente. Ou seja, nos cinco anos, o Estado teve 18.098 contratações a mais que o número de demissões. O número também inclui os brasileiros naturalizados – estrangeiros que vivem no Brasil e passaram pelo processo legal de obtenção de cidadania.

Nos cinco anos mais recentes com dados consolidados pela RAIS, o Paraná foi o segundo estado com maior crescimento de imigrantes contratados formalmente, atrás apenas de Santa Catarina, que teve 29.639 admissões a mais do que demissões no mesmo período.

Em 2022, o Paraná registrou o maior volume de imigrantes que ingressaram no mercado formal de trabalho no Brasil: 8.379. O número representa 23,4% de todos os estrangeiros que obtiveram um emprego com carteira assinada no Brasil no ano.

De acordo com o presidente do Ipardes, Jorge Callado, o aquecimento do mercado de trabalho paranaense, decorrente do crescimento econômico do Estado, tem atraído muitos trabalhadores do exterior. "Observamos um crescente número de imigrantes oriundos de países em crise, em busca de melhores condições de vida, mas também de pessoas provenientes de nações desenvolvidas, o que reflete os investimentos das multinacionais no Estado devido ao ambiente favorável de negócios", afirma.

Entre os ocupados formais estrangeiros em território estadual, a maior parcela é de venezuelanos, que somaram 14.507 trabalhadores em 2022, seguidos pelos haitianos (9.156), paraguaios (6.475) e argentinos (1.038). Já entre aqueles de fora da América Latina, destacaram-se os japoneses (544) e portugueses (330).

Curitiba foi a segunda cidade brasileira a receber mais trabalhadores de fora do País entre 2018 e 2022, com 5.844 trabalhadores contratados, fazendo com que a Capital paranaense também quase dobrasse o número de imigrantes empregados, chegando a 10.152. Na sequência, aparecem Cascavel (4.790), Foz do Iguaçu (2.511) e Toledo (1.815).

Em termos proporcionais, os números mais relevantes foram contabilizados em Matelândia, Pato Bragado e Itapejara D´Oeste, com os ocupados estrangeiros respondendo por 10,1%, 7% e 6,1%, respectivamente, do total de empregados com carteira assinada nessas localidades.

Além do aspecto econômico, outro fator que contribui com o alto fluxo de imigrantes para o Paraná são as políticas públicas desenvolvidas pelo Governo do Estado para este público. O atendimento aos imigrantes é prestado sobretudo pela Secretaria da Justiça e Cidadania (Seju) e a Secretaria do Trabalho, Qualificação e Renda (Setr). Em 2022, a Coordenação Estadual dos Direitos Humanos aprovou o 2º Plano Estadual para a Promoção e Defesa dos Direitos dos Migrantes, Refugiados e Apátridas.

A Seju conta também com o Centro Estadual de Informações para Migrantes, Refugiados e Apátridas (Ceim). Neste espaço, localizado no Centro de Curitiba, os imigrantes têm acesso a uma série de serviços como regularização documental, cursos de português e profissionalizantes, confecção de currículos e intermediação de mão de obra, apoio na revalidação de diplomas e acesso a serviços de saúde, educação e assistência social.

O aumento no número de trabalhadores de outros países no acompanha um cenário geral favorável em todo o Paraná. Ao longo dos últimos doze meses, dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) apontaram a criação de 107 mil novos postos de trabalho nos 399 municípios paranaenses, consolidando o Estado como o maior empregador da região Sul do Brasil. (AENPR)

Limões, laranjas e tangerinas: citricultura ocupa 54% da área da fruticultura no Paraná

A citricultura é a principal atividade da fruticultura no Paraná, respondendo por 53,7% da área de 55,2 mil hectares com frutas no Estado. Os municípios de Paranavaí (Noroeste do Estado), Cerro Azul (Região Metropolitana de Curitiba) e Altônia (Noroeste) lideram, respectivamente, os cultivos de laranjas, tangerinas e limões. As informações estão no Boletim de Conjuntura Agropecuária referente à semana de 29 de março a 4 de abril. O documento é preparado pelos técnicos do Departamento de Economia Rural (Deral), da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (Seab).

Os dados mais recentes do Deral, de 2022, mostram que o Paraná cultivou aproximadamente 29 mil hectares de frutas cítricas. Elas representam 63,4% do volume de 1,3 milhão de toneladas produzidas na fruticultura. A laranja é cultivada em 20,8 mil hectares, e Paranavaí responde por 18,7% dos volumes colhidos. A tangerina ocupa 6,9 mil hectares, sendo 57,4% das frutas extraídas de Cerro Azul; já a área destinada ao cultivo de limão é de 1,3 mil hectares e oferta a partir do mês de maio, com Altônia recolhendo 67,8% do total.

De acordo com o engenheiro agrônomo Paulo Andrade, a laranja, com intensificação da safra a partir de julho, tem grande parte da produção destinada ao processamento industrial, transformada em suco concentrado e subprodutos encaminhados ao mercado externo, além do suco "pronto para beber" dirigido ao mercado nacional. A comercialização de frutas frescas é focada no consumo interno, local e regional.

A tangerina, com início de colheitas modestas em abril, se destina ao mercado "in natura", é uma fruta com oferta concentrada em 10 semanas do ano, tem alta perecibilidade e baixa vida de prateleira. Segundo Andrade, a produção de suco é uma realidade de buscada pelos citricultores do Vale do Ribeira, visando o fornecimento – via transformação agroindustrial – de um produto diferenciado, o que representaria um novo nicho de mercado para os produtores.

Com o calor intenso no Paraná, aliado a poucas chuvas, as condições de lavoura do milho segunda safra 2023/24 tiveram uma piora significativa nesta semana. Segundo o Deral, 81% dos 2,4 milhões de hectares plantados têm condição boa no campo, enquanto 17% têm condição mediana. Em relação à soja, a colheita chegou nesta semana a 93% dos 5,7 milhões de hectares plantados nesta safra. Já no mercado os preços permanecem estáveis nos últimos meses.

Apesar de o zoneamento já permitir o plantio de trigo em alguns municípios do Paraná, especialmente na região Norte, não há registro de semeadura até o momento. Com os trabalhos podendo se estender nesses municípios até, no mínimo, o final de maio, a intensificação dos tratores a campo ainda deve demorar algumas semanas para acontecer.

Durante o mês de março, a arroba do boi-gordo foi comercializada, em média, a R$ 228,11 no Paraná, correspondendo a uma queda de aproximadamente 1,4% em relação a fevereiro. Apesar da pequena variação no comparativo entre os últimos dois meses, o produto já acumula queda de 16,4% em um ano.

Segundo a Embrapa Suínos e Aves, o custo de produção do frango vivo no Paraná atingiu em fevereiro de 2024 o valor de R$ 4,38/kg, uma redução de 0,23% em relação ao mês anterior (R$ 4,39/kg) e uma diminuição de 19,93% em comparação com fevereiro de 2023, cujo valor foi de R$ 5,47/kg.

Sobre os ovos, o boletim destaca o levantamento de março do Deral sobre os preços do produto. O preço nominal médio do ovo tipo grande ao produtor no Paraná foi de R$ 149,46 por caixa de 30 dúzias. Isso representa uma queda de 0,51% em relação a fevereiro (R$ 150,26) e uma elevação de 3,4% em comparação a março de 2023 (R$ 144,49). (AENPR)

Jornal O DIA SP

Troféu Adhemar reúne federados e universitários em Bragança Paulista

Com a participação de atletas federados e universitários, o Troféu Adhemar Ferreira da Silva Loterias Caixa de Atletismo marca o início de uma temporada que promete ser emocionante com a disputa de clubes pelos títulos nacionais e a corrida por pontos no Ranking e índices olímpicos. A TV Atletismo Brasil transmite ao vivo e a entrada no estádio do Centro Nacional Loterias Caixa de Desenvolvimento do Atletismo é franca, a partir de sexta-feira e até domingo (5 a 7/4).

O evento é categoria "E" da World Athletics, oportunidade para a busca de pontos no Ranking da corrida olímpica até os Jogos de Paris, na França - o atletismo será disputado de 1 a 11 de agosto.

A competição também é uma homenagem ao bicampeão olímpico do salto triplo Adhemar Ferreira da Silva (Helsinque-1952 e Melbourne-1956) e é realizada sob a hashtag #somosatletismo permitindo que o atletismo universitário possa competir junto com o olímpico.

"Para os atletas será a primeira grande competição destas últimas 12 semanas para o Troféu Brasil e em busca de índices, pontos e convocações. Tem atletas fora do Brasil, mas alguns confrontos vão ser determinantes para a formação da equipe que disputará o Ibero-Americano (de 10 a 12 de maio, em Cuiabá-MT)", avaliou o treinador Neilton Moura, integrante do Conselho Técnico da CBAt. Dentre as provas prometem boas disputas: no feminino, os 100 m com barreiras, o salto em altura, os 400 m, o lançamento do dardo, o heptatlo e o salto com vara e no masculino, os 400 m, o salto em distância e o decatlo.

O treinador vai comandar o decatleta José Ferreira Santana, o Balotelli, pelo Praia Clube/Exército/Futel, de Minas Gerais. "Vai competir em algumas provas individuais e no final de abril viaja para a Europa para a disputa de duas competições importantes", afirmou Neilton.

A Associação Desportiva e Cultural São Bernardo do Campo (SP) inscreveu 52 atletas, o Praia Clube/Exército/Futel (MG) 43, o EC Pinheiros (SP) 43, a Orcampi (SP) 36, a ASPM Pindamonhangaba (SP) 35, a AD Centro Olímpico (SP) 32, e a União Catarinense de Atletismo (UCA-SC) 30. No total, 745 atletas federados representarão 87 clubes, de 16 Estados e do Distrito Federal. Já as associações atléticas terão 125 representantes de 18 entidades universitárias.

"O Troféu Adhemar é uma boa prévia daquilo que a gente vai ter ao longo do ano. Ter várias equipes fortes disputando uma competição como essa é sinal de que as coisas estão andando no caminho para termos um atletismo cada vez mais forte", disse Clodoaldo Lopes do Carmo, treinador Chefe do Pinheiros.

Explicou que vários atletas do clube estão participando de GPs Sul-Americanos ou treinando e competindo em outros países, fora do Brasil. "Mas é uma prévia boa, ver no que a gente ainda pode melhorar para os Jogos Olímpicos, pensar na formação das equipes para o Ibero-Americano e o Troféu Brasil", acrescentou.

"O troféu Adhemar com toda certeza será uma prévia bem interessante e um termômetro para o Troféu Brasil deste ano. O Praia Clube tem objetivos e metas para a temporada bem traçados. Para isso, nada melhor do que trabalhar", disse Felipe Cacique Calixto, coordenador de Atletismo no Praia Clube.

Serão disputadas seis etapas, duas por dia. A competição começa nesta sexta-feira (5/4), às 8 horas, com o decatlo para universitários e federados. E termina no domingo (7/4), com os revezamentos 4x400 m masculino, às 17:10 para federados e às 17:25 para universitários.

O Troféu Adhemar Ferreira da Silva terá transmissão ao vivo pela TV Atletismo Brasil, por meio do YouTube da Confederação Brasileira de Atletismo (CBAt), e a entrada para o público é gratuita. O Centro Nacional fica na Estrada Municipal Antônio Franco de Lima, 64 (acesso pela Rodovia Alkindar Monteiro Junqueira, km 50,5 – SP 063), no bairro do Campo Novo.

Foto/ Wagner Carmo

Troféu *Adhemar Ferreira da Silva*

No ano passado, também em Bragança Paulista, o Esporte Clube Pinheiros foi o campeão. Dentre as Atléticas, as três primeiras foram AAA Politécnica (189 pontos), Medicina Einstein (163) e a AAA Osvaldo Cruz – Medicina USP (121 pontos).

A Prevent Senior NewOn é patrocinadora do atletismo brasileiro oferecendo medicina esportiva de precisão e estilo de vida para os que se ligam no esporte e apoio às competições.

As Loterias Caixa são a patrocinadora máster do atletismo brasileiro.

Jovens kartistas disputam prêmio no BRB Fórmula 4 Brasil

Com o objetivo de dar oportunidades para jovens talentos vindos do kart, o BRB Fórmula 4 Brasil Certificado pela FIA fechou parceria com a Copa São Paulo Light RBC de Kart para uma ação especial. Quatro aspirantes a pilotos profissionais serão premiados com treinos e a oportunidade de vivenciar os bastidores da categoria que se consolidou como formadora de pilotos no país.

Serão contemplados dois pilotos da categoria Graduados A e B e dois da categoria Júnior. Os premiados vão ter a oportunidade de participar de treinos, acelerando com o carro da Fórmula 4 Brasil, com datas e local a serem definidos pela organização. A experiência contribui para o primeiro contato com um carro do tipo fórmula com padrões internacionais, enriquecendo o repertório e aguçando a curiosidade dos pilotos.

Além disso, os jovens terão credenciais para acompanhar a etapa final do campeonato 2024, que acontece em 15 de dezembro, no tradicional Autódromo de Interlagos. O acesso aos boxes e toda a estrutura da Fórmula 4 Brasileira estará disponível, para que os pilotos tenham a experiência completa de um fim de semana na categoria.

A ação reforça o compromisso da F-4 Brasil em se estabelecer como um campeonato voltado para a formação de talentos para o automobilismo nacional e internacional, incentivando o contato entre kartistas e pilotos e equipes da categoria-escola.

"Realizar essa parceria entre a Fórmula 4 e a Copa São Paulo Light RBC de Kart é mais uma forma de trazer pilotos para o ambiente da F-4 Brasil, que tem o mesmo padrão internacional estabelecido pela FIA e que eles devem enfrentar em categorias mais avançadas no futuro. Ter esse olhar para a nossa base, que é o kart, é essencial para atingir os nossos objetivos. Tenho certeza que os premiados vão aproveitar a experiência para aprender, vivenciando o ambiente e conhecendo em detalhes os carros da F-4", comentou Gastão Fráguas Filho, gestor do projeto da Fórmula 4 Brasil.

Foto/ Duda Bairros

Jovens *kartistas terão a oportunidade de vivenciar os bastidores da categoria*

"A integração entre a Copa São Paulo Light RBC de Kart e a Fórmula 4 Brasil através de experiências é um passo importantíssimo para que os jovens pilotos, sejam atuais ou futuros, tenham segurança em investir na carreira dentro do automobilismo. Ver nossos kartistas tendo o primeiro contato com um carro de fórmula, além de vivenciarem o ambiente da F-4, é motivo de orgulho para nós. Temos certeza de que essa união entre as categorias vai contribuir muito para o futuro da modalidade no Brasil", acrescentou Rafael Cançado, diretor da RBC e copromotor do campeonato.

*Mais informações e detalhes sobre regulamento e critérios de seleção serão divulgados pela Copa São Paulo Light RBC de Kart.

Brasil cresce no Mundial de Rally Raid

A terceira etapa do Mundial de Rally Raid iniciou suas atividades na quarta-feira (3) e será disputada até sete de abril. Os competidores passarão por Portugal e Espanha em um desafio de mais de mil quilômetros. Ao todo, uma comitiva de 11 pilotos representará o Brasil na prova, reafirmando o crescimento da modalidade no país. No último Dakar, principal prova do Campeonato, disputada em janeiro, a representação contava com 17 brasileiros.

Embora não tenha o carisma do Dakar, a etapa realizada em Portugal e na Espanha atrai nomes de destaque do cenário brasileiro. Um deles é o tricampeão mundial da modalidade na divisão UTV, Reinaldo Varela, que participa da prova com a equipe Benito Racing em parceria com o navegador Filipe Grândoli – também brasileiro. Campeão do Dakar e oito vezes campeão brasileiro, o experiente piloto representará o país ao lado de nomes como a nova estrela do Mundial, Lucas Moraes, além de Marcos Baumgart, Cristian Baumgart e Gustavo Gugelmin.

Foto/ Benimoto

Bianchini *(esq.) e Varela (centro) na rampa de largada da etapa em Portugal*

"Eu participo de competições de rally desde os anos 1980 e é emocionante ver como a categoria tem se fortalecido nos últimos anos", diz Reinaldo Varela. "É importante termos essa representação em provas internacionais. Isso inspira novos praticantes para o esporte que é nossa paixão", completou o piloto, que soma mais de 36 títulos em sua carreira.

Programação da prova até o encerramento:

4ª especial – 05/04 – Grândola até Badajoz (Espanha) – 300 km; 5ª especial – 06/04 – Badajoz até Grândola – 270 km; 6ª especial – 07/04 – Grândola até Grândola – 130 km.

Porsche Cup

Léo Sanchez acelera no Velocitta em busca de repetir pódio da abertura

Foto/ Bruno Terena

Léo *Sanchez*

A Porsche Cup retoma a temporada 2024 neste final de semana com a disputa da segunda etapa do campeonato de corridas Sprint, marcada para o Velocitta, em Mogi Guaçu (SP). Piloto da EMS Racing, Léo Sanchez parte empolgado para a visita da categoria ao interior paulista após conquistar um pódio na rodada dupla de Goiânia, em março. Na ocasião, o piloto foi o segundo colocado da divisão Rookie da Carrera Cup, a principal categoria do campeonato.

O piloto do Porsche número 16 disputa nesta temporada todas as etapas da Porsche Cup, o que inclui os seis encontros da categoria para corridas curtas e também as três etapas de endurance da Porsche Cup. Para este final de semana, Sanchez destaca a experiência no Velocitta em outras categorias e mira repetir o bom desempenho obtido na capital goiana.

"O Velocitta é uma pista em que eu já andei muitas vezes. É uma pista que eu chego com grandes expectativas. Vamos aguardar os treinos livres, mas tenho boas perspectivas para este final de semana", disse Léo Sanchez, que tem o patrocínio da EMS.

A programação da Porsche Cup no Velocitta será aberta na sexta-feira (5) com os treinos livres, enquanto o sábado terá a classificação e a primeira corrida do final de semana. A segunda etapa do campeonato da Sprint Challenge será encerrada no domingo com a corrida 2. Band, Sportv e YouTube mostram as disputas ao vivo.

Itaú BBA IRONMAN 70.3 Florianópolis traz histórias reais de como o esporte muda a vida das pessoas

O esporte não se cansa de produzir histórias inspiradoras e que confirmam o poder do ser humano de superar barreiras. No triatlo, com seus desafios e preparações específicos, esses feitos se tornam ainda mais especiais. A prova de abertura da temporada 2024, o Itaú BBA IRONMAN 70.3 Florianópolis, no dia 14 de abril, na Praia dos Ingleses, promete ser um marco na vida de Fabiano Pereira, de 45 anos.

O paulista fará sua estreia na distância menos de um ano após fazer sua primeira prova de triatlo. "O esporte mudou minha vida. Hoje sou uma pessoa resolvida no trabalho, na saúde e sou muito feliz com minha prática esportiva. Sei do meu potencial e quero, inclusive, ir para o Mundial no ano que vem", ressalta.

O entusiamo não é à toa. Quando criança, ele não era muito fã de esportes e sofreu bastante com o controle de peso. Já adulto, depois de chegar aos 140 quilos, tomou a decisão de colocar sua saúde de definitivamente em primeiro lugar. Optou por uma cirurgia bariátrica que marcou uma mudança de rumo em sua vida. "Não me arrependo e hoje sei que deveria ter feito antes", confessa.

Uma das orientações na nova vida foi a prática de exercícios. Começou com o kickboxing, mas em janeiro de 2023 mudou para o ciclismo empurrado pelo irmão. Fabiano chegou a disputar um desafio entre ciclistas profissionais e sedentários. Esse clima de preparação teve um efeito imediato, ajudando também com o outro problema, a ansiedade. "Ajudou muito a controlar isso e o resultado obtido me encantou. Vi que os desafios me moviam", explica.

A ideia era seguir no ciclismo, mas um amigo indicou o triatlo e ele se inscreveu na categoria sprint do Itaú BBA TRIDAY Series em julho de 2023, em Sorocaba, e teve seis semanas de preparação. O resultado, quinto lugar na categoria por idade, foi o impulso que faltava, e ele já quis fazer o IRONMAN 70.3 no fim do ano, em Fortaleza. O técnico desaconselhou e optou sua estreia para Floripa, neste ano.

"É pensar que em apenas nove meses minha vida mudou totalmente. Iniciei o ano federado e pronto para minha estreia no Itaú BBBA IRONMAN 70.3 Florianópolis. Mas a grande conquista foi ter mudado meu estilo de vida, e um dos segredos do sucesso é a rede de apoio que tenho. Minha esposa, sem dúvida minha fã número 1, minha família e toda a equipe. Meu sonho é grande e espero que meu exemplo ajude a mudar a vida de outras pessoas", completa Fabiano.

O Itaú BBA IRONMAN 70.3 reunirá cerca de 1900 triatletas amadores de várias partes do Brasil e de outros 25 países. A etapa classificará 30 atletas das categorias Faixa Etária Masculina e Feminina para o IRONMAN 70.3 World Championship 2024 em Taupo, na Nova Zelândia. Além disso, ainda oferecerá mais 15 vagas dedicadas exclusivamente às mulheres, com o objetivo de aumentar a participação feminina nos eventos mundiais.

O Itaú BBA IRONMAN 70.3 Florianópolis é organizado pela Unlimited Sports, com Tile Sponsor Itaú BBA, patrocínio de Track Field, SOS Cardio, Omint e Heineken, com copatrocínio de Dux, Doozy Sports, Boali, OakBerry, PACCO, FELT, Governo de Santa Catarina, Prefeitura de Florianópolis e apoio de Paçoquita e Sococo. Mais informações no site oficial, www.ironmanbrasil.com.br